

**BRASKEM S.A.**

**C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70**

**N.I.R.E. 29300006939**

*Companhia Aberta*

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO  
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.  
A SER REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020**

Senhores Acionistas,

A Administração da Braskem S.A. ("Companhia" ou "Braskem") vem apresentar aos seus Acionistas a presente proposta ("Proposta") sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária da Braskem a ser realizada em 29 de maio de 2020 ("Assembleia"), às 15h00, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("IN CVM 481").

**1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras da Companhia, contendo as Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal**

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 03 de abril de 2020, nos termos do artigo 26, inciso "V", de seu Estatuto Social, a Administração da Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos da IN CVM 481, contendo as notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia, que foram disponibilizados aos investidores em 03 de abril de 2020. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram devidamente arquivados junto à CVM em 03 de abril de 2020 e publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Correio da Bahia" em 14 de abril de 2020.

Adicionalmente, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), artigo 9º da IN CVM 481 e artigo 25, §1º da Instrução da CVM nº 480, de 07 de junho de 2009 ("IN CVM 480"), os seguintes documentos são disponibilizados para a análise dos Srs. Acionistas acerca das contas da Administração:

(i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

- (ii) Demonstrações Financeiras e notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- (iii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- (iv) Relatório e Parecer dos Auditores Independentes;
- (v) Parecer do Conselho Fiscal;
- (vi) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes;
- (vii) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras; e
- (viii) Os comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 10 de seu Formulário de Referência.

Os documentos acima referidos, bem como as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que sobre eles deliberaram, conforme aplicável, também se encontram disponíveis para consulta dos Srs. Acionistas na sede da Companhia, no seu *website* ([www.braskem-ri.com.br](http://www.braskem-ri.com.br)) e nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

O documento indicado no item (viii) segue anexo à presente Proposta como Anexo I.

**2. Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com a utilização parcial das reservas de lucros para absorção do prejuízo apurado no exercício**

A Administração da Companhia propõe que seja consignada a apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 2.797.570.437,91 (dois bilhões, setecentos e noventa e sete milhões, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos) constante das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a Administração da Companhia propõe que o valor de R\$ 2.767.965.566,14 (dois bilhões, setecentos e sessenta e sete milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e catorze centavos) correspondente ao valor do prejuízo apurado no exercício, após considerar os efeitos dos valores lançados diretamente na rubrica Lucros (Prejuízos) Acumulados, conforme consta da Demonstração do Patrimônio Líquido das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, seja integralmente absorvido pelas Reservas de Lucros da Companhia, passando o saldo de R\$ 4.673.220.931,10 (quatro bilhões, seiscentos e setenta e três milhões, duzentos e vinte mil, novecentos e trinta e um reais e dez centavos), em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1.905.255.364,96 (um bilhão,

novecentos e cinco milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 2/2020 e da decisão do Colegiado da CVM de 27.09.2011, proferida no âmbito do Processo CVM RJ2010/14687, a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo 9-1-II da IN CVM 481 em razão da apuração de prejuízo no exercício.

### 3. **Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia e suplentes**

A Administração da Companhia propõe aos Acionistas deliberar sobre a eleição de 11 (onze) membros efetivos e de suplentes para seu Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 (dois) anos, que vigorará até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, conforme disposto nos artigos 18 e 20 do Estatuto Social da Companhia.

A Administração submete aos Acionistas a eleição da chapa a seguir, indicada pelas acionistas Odebrecht S.A. e OSP Investimentos S.A. (em conjunto, referidas como “Odebrecht”) e pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”):

EFETIVOS	SUPLENTES
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA ( <u>PRESIDENTE</u> )	ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA
JOÃO COX NETO ( <u>VICE-PRESIDENTE</u> )	DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES
LAURO MARCOS MUNIZ BARRETTO COTTA	-
ANDREA DA MOTTA CHAMMA	MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO	MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA	MARCELO MANCINI STELLA
JULIO SOARES DE MOURA NETO	-
ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES	JOSÉ MARCELO LIMA PONTES
PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA	GUILHERME DUARTE ABUD
ROBERTO FALDINI	-
ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA	GUILHERME SIMÕES DE ABREU

As informações relativas à experiência profissional dos candidatos indicados para compor a chapa estão disponíveis no Anexo II da presente Proposta, conforme artigo 10, inciso I, da IN CVM 481 (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência).

#### Procedimento para a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia:

##### A. *Eleição em separado*

Em primeiro lugar, a Companhia realizará, caso observados os requisitos abaixo, a votação em separado de membro efetivo do Conselho de Administração e respectivo suplente.

Tal votação somente ocorrerá se houver requisição: (i) por Acionistas titulares de ações ordinárias que representem, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total de ações com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 141, §4º, inciso I, da Lei das S.A., cenário este que não é possível, tendo em vista a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação (desconsideradas, portanto as ações vinculadas ao Acordo de Acionistas da Companhia); ou (ii) por Acionistas titulares de ações preferenciais que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, nos termos do artigo 141, §4º, inciso II da Lei das S.A. Caso os quóruns previstos nos itens (i) e (ii) não sejam atingidos, a votação em separado para a eleição de 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente poderá ser exigida por titulares de ações ordinárias e ações preferenciais representando em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, nos termos do artigo 141, §5º, da Lei das S.A.

Os Acionistas somente poderão participar do processo de votação em separado com as ações detidas de forma ininterrupta durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia. Tal comprovação de titularidade ininterrupta das ações, emitida pela entidade competente, deverá ser encaminhada diretamente à Companhia, por meio do e-mail [ago2020@braskem.com](mailto:ago2020@braskem.com), com cópia para o e-mail [braskem-ri@braskem.com](mailto:braskem-ri@braskem.com), até o dia 27 de maio de 2020.

#### *B. Eleição majoritária*

Caso a eleição em separado não seja requisitada ou seja requisitada sem a observância dos requisitos impostos no artigo 141, §§4º e 5º da Lei das S.A., a Companhia procederá à eleição majoritária dos membros de seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 129 da Lei das S.A. A votação será por chapa, sendo os votos proferidos a uma relação de candidatos já previamente estabelecida, de modo que, ao final, serão eleitos todos os membros indicados pela Odebrecht e pela Petrobras, que possuem a maioria das ações com direito de voto.

Se a votação em separado tiver sido requisitada de forma regular, 1 (um) dos 11 (onze) cargos vagos do Conselho de Administração será ocupado pelo conselheiro eleito pelo voto em separado dos Acionistas minoritários, restando 10 (dez) cargos vagos para serem ocupados por membros indicados para compor a chapa, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

As ações detidas pelos Acionistas com direito de voto que forem usadas na votação em separado, caso aplicável, serão excluídas do cálculo do número de ações votantes para fins da eleição majoritária.

#### *C. Voto Múltiplo*

Como forma de votação alternativa à eleição majoritária, também devendo ocorrer posteriormente à eleição em separado, caso aplicável, a Lei das S.A. contemplou a possibilidade de adoção do voto múltiplo.

Cumprido esclarecer, contudo, que a adoção de tal forma de votação não é um cenário possível para a Companhia, tendo em vista que as ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação representam menos que 5% (cinco por cento) do capital social com direito de voto da Companhia (artigo 141 da Lei das S.A. e Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991).

**4. Deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia**

A Administração da Companhia propõe aos Acionistas que sejam eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, os Srs. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha e João Cox Neto, respectivamente.

**5. Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia e respectivos suplentes**

A Administração da Companhia propõe deliberar sobre a eleição de até 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes para o Conselho Fiscal da Companhia, para mandato que vigorará até a data de realização da próxima Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020, nos termos dos artigos 42 e 43 de seu Estatuto Social.

A Administração submete aos Acionistas a eleição da chapa a seguir, indicada pela Odebrecht e pela Petrobras:

EFETIVOS	SUPLENTES
ISMAEL CAMPOS DE ABREU	IVAN SILVA DUARTE
GILBERTO BRAGA	TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO
CARLOS ALBERTO RECHELO NETO	HERBERT LUIZ DE ARAÚJO GUIMARÃES
AMÓS DA SILVA CANCIO	RAFAEL MENEZES PERES

A informações relativas à experiência profissional dos candidatos indicados para compor a chapa estão disponíveis no Anexo II, nos termos do artigo 10, inciso I, da IN CVM 481 (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência).

**6. Deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2020**

O montante total proposto para o exercício social de 2020 referente à remuneração anual e global dos Administradores é de R\$ 83.039.380,15 (oitenta e três milhões, trinta e nove mil, trezentos e oitenta reais e quinze centavos), incluindo os honorários fixo e variável e respectivos encargos sociais reconhecidos no resultado da Companhia, assim como os benefícios aplicáveis. Adicionalmente, a Administração propõe para o exercício social de 2020 o montante de R\$ 1.171.800,00 (um milhão, setecentos e setenta e um mil e oitocentos reais) referente à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, observado o disposto no artigo 162, §3º, da Lei das S.A., totalizando, portanto, uma remuneração anual e global dos Administradores e Conselho Fiscal no montante de R\$ 84.211.180,15 (oitenta e quatro milhões, duzentos e onze mil, cento e oitenta reais e quinze centavos).

Conforme o artigo 12 da IN CVM 481, encontram-se detalhadas na presente Proposta as informações referentes à fixação da remuneração dos Administradores e de seu Conselho Fiscal, nos termos de seus Anexos III e IV.

## II. Participação dos Acionistas

Considerando as recentes atualizações de casos de COVID-19 (coronavírus) no Brasil, sobretudo em razão das restrições atualmente existentes à circulação e reunião de pessoas, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser:

- (a) via boletim de voto a distância (“Boletim”), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim que pode ser acessado nos *websites* da Companhia ([www.braskem-ri.com.br](http://www.braskem-ri.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)); e
- (b) via Plataforma Digital Webex, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da IN CVM 481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas.

### Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital Webex:

Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail [ago2020@braskem.com](mailto:ago2020@braskem.com) com cópia para [braskem-ri@braskem.com](mailto:braskem-ri@braskem.com), com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 27 de maio de 2020**, os seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira, depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado do instrumento de constituição, estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria caso o Acionista seja pessoa jurídica; e/ou (iii) relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital Webex de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Caso o Acionista deseje requerer eleição em separado para o Conselho de Administração, deve apresentar também, com a antecedência mencionada acima, o extrato de participação ininterrupta, nos termos do artigo 141, §6º da LSA.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia não admite procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital).

Abaixo, descrevemos informações detalhadas sobre os prazos e procedimentos para participação na Assembleia, observado que, caso o acionista deseje, exercer seu direito de votação em separado, deverá, ainda, apresentar a documentação destacada no item 3 acima:

(a) **Boletim de Voto a Distância:** a Companhia adotará a votação a distância nos termos da IN CVM 481, permitindo que seus Acionistas enviem seus votos: (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia; (ii) por meio do escriturador das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.), localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, São Paulo, CEP 04538-132, atendimento a acionista pelos telefones 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas); ou 0800 7209285 (demais localidades), ou ainda pelo e-mail atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br ou através do site <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>; ou (iii) diretamente à Companhia: (iii.1) por via física, mediante o envio ao escritório localizado à Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050; ou (iii.2) por via eletrônica, para o e-mail [ago2020@braskem.com](mailto:ago2020@braskem.com) com cópia para [braskem-ri@braskem.com](mailto:braskem-ri@braskem.com), com solicitação de confirmação de recebimento, conforme as orientações constantes no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e no próprio Boletim de Voto.

(b) **Plataforma Digital Webex:** o Acionista que desejar participar da Assembleia deverá enviar tal solicitação para a Companhia através do e-mail [ago2020@braskem.com](mailto:ago2020@braskem.com) com cópia para [braskem-ri@braskem.com](mailto:braskem-ri@braskem.com), com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 2 dias da realização da Assembleia (ou seja, **até o dia 27 de maio de 2020**), a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de toda a documentação do Acionista para participação na Assembleia (conforme detalhada acima, no Manual para Participação na Assembleia e nesta Proposta da Administração para a Assembleia), **ressaltando que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 5º, §3º da IN CVM 481.**

A Companhia enviará os convites individuais de acesso à Plataforma Digital Webex e as respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital Webex aos Acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. O Acionista que participar por meio da Plataforma Digital Webex será considerado presente à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva Ata da Assembleia, nos termos do art. 21-V, §1º da IN CVM 481.

Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na Assembleia com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as 15h00 do dia 28 de maio de 2020), deverá entrar em contato com a Companhia pelos telefones +55 (11) 3576-9531 – em qualquer cenário, antes das 13h00 do dia 29 de maio de 2020, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os Acionistas terem quaisquer problemas para participar da Assembleia. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na Assembleia.

A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o seu uso, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por

vídeo e áudio). Para tanto, a Companhia realizará um *webinar* no dia 28 de maio de 2020, entre 15h00 e 16h00, para aqueles Acionistas que tenham recebido o e-mail da Companhia com as respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital e que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. O *webinar* terá por objetivo esclarecer eventuais dúvidas que os Acionistas tenham com relação ao funcionamento da Plataforma Digital Webex no dia da Assembleia. A Companhia sugere fortemente que todos os Acionistas que tenham recebido o e-mail da Companhia com as respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital Webex participem do referido *webinar*.

Adicionalmente, a Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da Assembleia, acessem a Plataforma Digital Webex com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da Assembleia a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem.

A decisão da Companhia para a realização da Assembleia exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da IN CVM 481, foi tomada em contexto bastante específico e excepcional, uma vez que o País e o resto do mundo estão vivenciando uma crise provocada pela pandemia do COVID-19, onde o trânsito de pessoas está sendo cada vez mais limitado pelas autoridades competentes e que, inclusive a abertura do espaço aéreo, é um dos aspectos de maior instabilidade. Assim, a realização da Assembleia exclusivamente digital diminui a necessidade de viagem aérea e o risco à saúde de todos, facilitando a participação dos Acionistas e dos demais envolvidos na realização da Assembleia.

A Companhia reitera seu compromisso com a adoção das medidas de combate à pandemia da COVID-19 e com a segurança de seus acionistas e colaboradores e das comunidades das regiões onde atua.

Por fim, encontram-se detalhados nesta Proposta todos os anexos nos termos legais e regulatórios.

### **A Administração**

\* \* \*



ANEXO	PÁGINA
<b>ANEXO I</b> – Comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.	10
<b>ANEXO II</b> – Indicação de candidatos indicados pela Odebrecht e pela Petrobras para ocupar cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, nos termos do artigo 10, inciso I, da IN CVM 481.	61
<b>ANEXO III</b> – Proposta de remuneração dos administradores, nos termos do artigo 12, inciso I, da IN CVM 481.	93
<b>ANEXO IV</b> – Proposta de remuneração dos administradores, conforme informações do item 13 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 12, inciso II, da IN CVM 481.	95



**BRASKEM S.A.**

**C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70**

**N.I.R.E. 29300006939**

*Companhia Aberta*

**ANEXO I**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO  
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.  
A SER REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020**

***Comentários dos Administradores da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência.***

**10. Comentários dos diretores**

**10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais**

**(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu objetivo estratégico de atender as necessidades de seus Clientes na cadeia de valor da indústria química e petroquímica e de plástico no Brasil e no mundo, maximizando o valor para seus acionistas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou EBITDA de US\$ 2.008 milhões (R\$ 7.840 milhões), em comparação a US\$ 3.105 milhões (R\$ 11.315 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e US\$ 3.872 milhões (R\$ 12.334 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Para mais informações, vide item 10.2 (b) desta proposta da administração.

A geração livre de caixa da Companhia<sup>1</sup> no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 3.108 milhões ante R\$ 7.068 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma queda de 56%, o qual apresentou um crescimento de 187% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.460 milhões). Para mais informações, vide item 10.2 (b) desta proposta da administração.

Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento líquido<sup>2</sup> (US\$ 5.369 milhões / R\$ 21.641 milhões) da Companhia em dólares apresentou um aumento de 5% em relação ao endividamento de 31 de dezembro de 2018 (US\$ 5.129 milhões/R\$ 18.873 milhões), o qual, por sua vez, foi 15% inferior ao endividamento líquido em dólares apresentado em 31 de dezembro de 2017 (US\$ 6.031 milhões/R\$ 19.951 milhões).

<sup>1</sup> Geração Livre de Caixa (=) Caixa Líquido Gerado (Aplicado) pelas Atividades Operacionais (-) Acordo de Leniência (+) efeitos das reclassificações entre as linhas de Aplicações Financeiras (inclui LFT's e LF's) e Caixa e Equivalentes de Caixa (-) Outros Ativos Financeiros (+) Utilização de Caixa em Atividades de Investimentos (+) Arrendamento Mercantil (+) Receita a Performar.

<sup>2</sup> Não considera o endividamento líquido da controlada Braskem Idesa S.A.P.I



A alavancagem financeira da Companhia<sup>3</sup> medida pela relação dívida líquida/EBITDA recorrente, nos últimos três exercícios sociais, quando mensurada em dólar, foi de, respectivamente, 4,71x, 2,18x e 1,91x, uma aumento de 116% em relação a 31 de dezembro de 2018, que apresentou um aumento de 16% em relação a 31 de dezembro de 2017. Para mais informações, vide item 10.1 (h) desta proposta da administração.

Com relação às condições patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido consolidado atribuível aos acionistas da Companhia<sup>4</sup> era de R\$ 4.885 milhões, comparado a R\$ 6.788 milhões em 31 de dezembro de 2018 e, R\$ 6.518 milhões em 31 de dezembro de 2017. Para mais informações, vide item 10.1 (h) desta proposta da administração.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um retorno sobre o patrimônio negativo de 59%, expresso pelo prejuízo (lucro) líquido sobre o patrimônio líquido, comparado a um retorno positivo de 42% e 63% referente aos exercícios sociais encerrados em 2018 e 2017, respectivamente.

Os indicadores de liquidez da Companhia dos últimos três exercícios sociais são apresentados na tabela abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2019	2018	2017
<b>Liquidez Corrente (x)</b> <sup>(1)</sup>	1,23	1,54	1,79
<b>Liquidez Geral (x)</b> <sup>(2)</sup>	1,09	1,16	1,17
<b>Alavancagem (x)</b> <sup>(3)</sup>	4,71	2,06	1,91

<sup>(1)</sup> Liquidez Corrente = Ativo Circulante/ Passivo Circulante. Não considera Braskem Idesa.

<sup>(2)</sup> Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante). Não considera Braskem Idesa.

<sup>(3)</sup> Alavancagem = [(Dívida Bruta + Derivativos + Acordo de Leniência) – Caixa – R\$ 1,7 bilhões (caixa bloqueado destinado ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação de Alagoas)]/ EBITDA recorrente (a Companhia modificou sua metodologia de cálculo do EBITDA a partir do 4T19 para excluir efeitos não recorrentes, sendo o principal os créditos de PIS e COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS). Não considera Braskem Idesa.

## (b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os diretores indicam, no quadro abaixo, a evolução da estrutura de capital da Companhia com relação aos três últimos exercícios sociais:

<sup>3</sup> Não considera: (i) o endividamento líquido e do EBITDA da controlada Braskem Idesa S.A.P.I.; e (ii) o montante de R\$ 1,7 bilhões destinados ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação de Alagoas. A Companhia modificou sua metodologia de cálculo do EBITDA a partir do quarto trimestre de 2019 para excluir efeitos não recorrentes do EBITDA, sendo o principal os créditos de PIS e COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS).

<sup>4</sup> Não considera a participação de acionistas não controladores em controladas.



Estrutura de Capital	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Capital Próprio	3.945	6%	5.911	10%	5.690	11%
Capital de Terceiros	63.951	94%	53.283	90%	47.651	89%

O capital de terceiros está composto primordialmente pela abertura a seguir:

Capital de Terceiros	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
<b>Financiamentos</b>	29.292	46	25.193	47	26.675	50
<i>Mercado de Capitais</i>	24.490	38	21.999	41	20.150	42
<i>Agentes Governamentais Nacionais</i>	407	1	330	1	716	2
<i>Agentes Governamentais Estrangeiros</i>	3.030	5	1.957	4	742	2
<i>Operações Estruturadas</i>	958	2	499	1	735	2
<i>Capital de Giro</i>	406	1	407	1	1.332	3
<b>Operações com derivativos</b>	219	0	232	0	7	0
<b>Financiamentos Braskem Idesa</b>	9.982	16	10.505	20	9.691	20
<b>Acordo de Leniência</b>	1.742	3	1.443	3	1.629	3
<b>Fornecedores</b>	9.121	14	8.615	16	5.525	12
<b>Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa</b>	2.396	4	2.184	4	1.757	4
<b>Outros</b>	11.200	17	5.112	10	5.367	11
<b>Total</b>	<b>63.951</b>	<b>100</b>	<b>53.283</b>	<b>100</b>	<b>47.651</b>	<b>100</b>

A Companhia busca diversificar suas fontes de recurso através da utilização do mercado de capitais, de agentes governamentais, por meio de capital de giro e de outras operações estruturadas. A estratégia financeira da Companhia segue focada na captação de recursos através do mercado de capitais, mantendo disponíveis linhas de crédito bancário para operações de capital de giro.

**(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os diretores da Companhia acreditam que os níveis de liquidez e de alavancagem financeira são adequados para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras e para aproveitar oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir, embora os diretores da Companhia não possam garantir que tal situação permanecerá igual.



A Companhia assumiu compromissos (captação de recursos de terceiros)<sup>5</sup> no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante total de R\$ 20.586 milhões, ante R\$ 4.302 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 8.492 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A estratégia de assunção de compromissos tem como objetivo o alongamento do perfil da dívida. Se consideradas as captações de recursos de terceiros efetuadas pela controlada Braskem Idesa, o montante total de compromissos captados é de R\$ 24.084 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R\$ 4.302 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 8.680 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em todos os três exercícios, a Companhia buscou manter seu nível de liquidez elevado, refletindo sua capacidade de pagamento via geração de caixa operacional e a manutenção da linha de stand-by, garantindo assim a cobertura de suas obrigações financeiras em 71 meses em 31 de dezembro de 2019.

A capacidade de pagamento da Companhia, porém, poderá vir a ser afetada por diversos fatores de risco. De forma resumida, é possível dizer que as principais necessidades de caixa da Companhia compreendem: (i) necessidades de capital de giro; (ii) pagamento do serviço da dívida; (iii) investimentos de capital relacionados a investimentos em operações, modernização e investimentos estratégicos; (iv) pagamentos de impostos; e (v) pagamento de dividendos referentes às ações. Para fazer frente a tais necessidades de caixa, a Companhia tem contado tradicionalmente com o fluxo de caixa decorrente de suas atividades operacionais, com empréstimos de curto e longo prazo e com a emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia permaneceu com grau de investimento pela Standard & Poor's e pela Fitch Ratings e apresentou risco de crédito acima do risco soberano pelas três maiores agências de classificação de risco (S&P, Fitch e Moody's).

Ao final de novembro de 2019, a Fitch e a S&P alteraram a perspectiva de risco da Companhia de estável para negativa, enquanto a Moody's manteve a perspectiva em estável ao longo do ano de 2019.

Agência/Ano	2019	2018	2017
Fitch Ratings	BBB- Negativa	BBB- Estável	BBB- Estável
Standard & Poor's	BBB- Negativa	BBB- Estável	BBB- Negativa
Moody's	Ba1 Estável	Ba1 Estável	Ba1 Negativa

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

A Companhia utilizou como fontes de recursos para financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, além dos compromissos (captação de recursos de terceiros) mencionados no item anterior, a própria geração de caixa operacional, que foi de R\$ 2.265 milhões no exercício social encerrado

<sup>5</sup> Não considera a captação de recursos de terceiros efetuada pela controlada Braskem Idesa S.A.P.I.



em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R\$ 9.250 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 2.462 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

- Empréstimos e financiamentos para o capital de giro: nos três últimos exercícios sociais, a Companhia captou recursos através de operações de crédito à exportação nas modalidades de ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) e PPEs (Pré-Pagamento de Exportação), e por meio de operações de true sale/ cessão de recebíveis.
- Financiamentos de investimentos correntes e demais projetos estratégicos: nos três últimos exercícios sociais foram utilizados recursos diretos e indiretos, assim como seguros de créditos, de órgãos governamentais brasileiros e estrangeiros, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste do Brasil, FINEP, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, NEXI (agência de crédito japonesa), SACE (agência de crédito italiana) e a Euler-Hermes (agência de crédito alemã).

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Os diretores acreditam que poderão suprir eventuais deficiências de liquidez da Companhia, por meio de combinação de: (i) recursos originados das operações em geral da Companhia; (ii) recursos originados por meio de financiamentos, incluindo novas captações e refinanciamento da dívida já existente; e (iii) recursos originados devido à redução do ciclo operacional e consequente redução da necessidade de financiamento de capital de giro.

**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

A tabela abaixo demonstra a evolução da alavancagem financeira da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais, medida pelo indicador “Dívida Líquida/EBITDA”:

(Milhões)	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	Reais	Dólar	Reais	Dólar	Reais	Dólar
Dívida Líquida <sup>(1)</sup>	21.641	5.369	19.873	5.129	19.951	6.031
EBITDA UDM <sup>(2)</sup>	4.460	1.140	9.052	2.486	10.045	3.153
Alavancagem (x)	4,85	4,71	2,20	2,06	1,99	1,91

<sup>(1)</sup> Endividamento Líquido = Financiamentos CP + Financiamento LP+ Derivativos + Acordo de Leniência – Caixa e Equivalentes de Caixa. Não considera: (i) o endividamento líquido da Braskem Idesa S.A.P.I.; e (ii) montante de R\$ 1,7 bilhões destinados ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação de Alagoas

<sup>(2)</sup> A Companhia modificou sua metodologia de cálculo do EBITDA a partir do 4T19 para excluir efeitos não recorrentes, sendo o principal os créditos de PIS e COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS)



O perfil de endividamento da Companhia pode ser resumido pela tabela abaixo, o qual não considera a dívida da controlada Braskem Idesa no montante de US\$ 2,5 bilhões pelo fato de a mesma ser na modalidade *project finance* e, portanto, deve ser paga exclusivamente com a geração de caixa do projeto:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(R\$ Milhões)		
Dívidas de Curto Prazo	822	765	1.212
Dívidas de Longo Prazo	28.470	27.427	22.463
Dívidas em reais	6%	5%	6%
Dívidas sujeitas à variação cambial do dólar	94%	95%	94%
Dívidas sujeitas à variação cambial de outras moedas	0%	0%	0%
Dívidas Quirografárias	99%	98%	96%
Dívidas cobertas por garantias reais	0%	2%	3%
Dívidas cobertas por outros tipos de garantias	1%	0%	1%

A agenda de amortização das dívidas da Braskem pode ser resumida pelo quadro abaixo, o qual não considera a dívida da controlada Braskem Idesa conforme explicado acima:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	TOTAL
	(R\$ Milhões)							
Moeda Nacional <sup>(1)</sup>	145	134	134	326	713	51	139	1.643
Moeda Estrangeira <sup>(1) (2)</sup>	750	394	1.535	1.204	3.797	372	20.124	28.176
<b>Total</b>	<b>895</b>	<b>529</b>	<b>1.669</b>	<b>1.531</b>	<b>4.510</b>	<b>423</b>	<b>20.262</b>	<b>29.819</b>

<sup>(1)</sup> Não considera custos de transação

<sup>(2)</sup> Considera a amortização de R\$ 26 milhões em 2021 referente ao swap NCE, conforme nota explicativa nº 20 (20.3.1) das Demonstrações Financeiras de 2019.

#### (i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os diretores da Companhia passam a descrever, abaixo: (i) as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimo e financiamento que classificam como relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor.



## BRASKEM

### Fixed-rate Bonds

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
mai/12	US\$	500	mai/22	PRÉ	5,375%	Semestral	Final	292	1.176
out/17	US\$	500	jan/23	PRÉ	3,500%	Semestral	Final	210	848
fev/14	US\$	750	fev/24	PRÉ	6,450%	Semestral	Final	770	3.103
out/17	US\$	1.250	jan/28	PRÉ	4,500%	Semestral	Final	1.277	5.145
nov/19	US\$	1.500	jan/30	PRÉ	4,500%	Semestral	Final	1.511	6.091
jul/11	US\$	750	jul/41	PRÉ	7,125%	Semestral	Final	773	3.118
nov/19	US\$	750	jan/50	PRÉ	5,875%	Semestral	Final	757	3.052

### Perpetual Bonds

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
out/10	US\$	700	Não há	PRÉ	7,375%	Trimestral <sup>(1)</sup>	Final	509	2.051

<sup>(1)</sup> Em 26 de setembro de 2018 a Companhia realizou o resgate parcial de US\$ 200 milhões, como parte de sua estratégia de redução do custo do endividamento.



### Pré-pagamento de exportações

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros		Amortização principal		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
mar/17 <sup>(1)</sup>	US\$	135,0	mar/27	LIBOR	1,61%	Semestral	Semestral <sup>(2)</sup>	114	458
out/19	US\$	100,0	out/24	LIBOR	1,75%	Semestral	Final	101	406

<sup>(1)</sup> Financiamento com seguro de crédito da Nippon Export and Investment Insurance (NEXI), agência de crédito de exportação do Japão.

<sup>(2)</sup> A amortização de principal iniciou em set/18.

### Financiamento para investimentos

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros		Amortização principal		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
jul/18 <sup>(1)</sup>	US\$	225 <sup>(2)</sup>	dez/28	LIBOR	0,65%	Semestral	Semestral <sup>(3)</sup>	186	751

<sup>(1)</sup> Financiamento com seguro de crédito da Euler Hermes, agência de crédito de exportação da Alemanha, contratado para financiamento de parte da nova planta de PP nos Estados Unidos.

<sup>(2)</sup> Valor desembolsado de US\$ 179 milhões até 31 de dezembro de 2019.

<sup>(3)</sup> A amortização de principal será iniciada em dez/20.

### Outras linhas de crédito em moeda estrangeira

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros		Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019		
				Indexador	Spread (% a.a.)		Pagamento	Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
nov/18 <sup>(1)</sup>	US\$	295,0	nov/28	LIBOR	0,90%	Semestral	Semestral <sup>(2)</sup>	266	1.074
abr/19 <sup>(3)</sup>	US\$	80,4	abr/26	LIBOR	1,00%	Semestral	Semestral <sup>(4)</sup>	68	274
dez/19 <sup>(5)</sup>	US\$	150,0	dez/29	LIBOR	0,90%	Semestral	Semestral <sup>(6)</sup>	150	605

<sup>(1)</sup> Financiamento com seguro de crédito da SACE, agência de crédito de exportação da Itália.

<sup>(2)</sup> A amortização de principal iniciou em mai/19.



(3) Financiamento contratado pela Braskem S.A. com prazo de 7 anos. Para a concretização deste financiamento, alguns ativos de plantas da Companhia foram transferidos para a instituição financeira. De acordo com o CPC 48/IFRS 15, esta transferência não é caracterizada como uma venda.

(4) A amortização de principal iniciou em set/19.

(5) Financiamento com seguro de crédito da SACE, agência de crédito de exportação da Itália.

(6) A amortização de principal iniciará em jun/20.

### Notas Promissórias

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
nov/19	R\$	500,0	nov/24	CDI	100% CDI + 0,85%	Final	Final	138	554

### Notas de crédito para exportação

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
abr/18	R\$	400,0	mar/24	CDI	100% CDI + 0,70%	Final	Final <sup>(1)</sup>	101	406

(1) A companhia possui operação de swap para compensar a flutuação do CDI.

### Linhas de Financiamento com BNDES

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
			Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
dez/09	R\$	jan/21	PRÉ	4,00%	Mensal	Mensal	5	20
jan/19	R\$	jan/31	IPCA	6,04%	Mensal <sup>(1)</sup>	Mensal <sup>(1)</sup>	67	271

(1) Após período de carência (até jan/21).



### Debêntures

Data de Emissão/ contratação	Série	Vencimento	Juros		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
			Indexador	Spread (% a.a.)	Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
mar/13	Única <sup>(1)</sup>	mar/25	IPCA	6,00%	50	203
set/13	Única <sup>(2)</sup>	set/25	CDI	126,50%	18	72

<sup>(1)</sup> Emitido pela Distribuidora de Águas de Camaçari

<sup>(2)</sup> Emitido pela Cetrel

### Financiamentos Braskem Idesa

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2019	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
jul/13-set/15	US\$	3.193	fev/27-fev/29	PRÉ	4,33% - 6,17%	Trimestral	Trimestral	610	2.458
				LIBOR	2,73% - 4,65%	Trimestral	Trimestral	1.049	4.228
nov/19	US\$	900	nov/29	PRÉ	7,45%	Semestral	Final	903	3.640

### (ii) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Além das relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, cujos itens mais relevantes foram descritos no item 10.1.f.(i) acima, a Companhia mantém as seguintes relações de longo prazo com instituições financeiras decorrentes de operações com derivativos:



Identificação	Tipo	Valor nominal	Proteção	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		US\$ milhões	(taxa de juros % a.a.)		2019
Swap de taxa de juros ligados à libor (Braskem Idesa)	Swap Libor	761,2	1,9825%	mai/25	26,71

Identificação	Tipo	Valor nominal	Strike Médio	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		R\$ milhões	(câmbio R\$ / US\$)		2019
Opção de compra e de venda de dólar	Compra de puts e venda de calls	6.848,0	3,55 (put) e 4,88 (call)	jan/20 - dez/21	2,35

Identificação	Tipo	Valor nominal	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		R\$ milhões		2019
Swap IPCA - Dólar	Swap IPCA - Dólar	269,6	jan/20	(38,63)

Identificação	Tipo	Valor nominal	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		R\$ milhões		2019
Swap NCE	Swap NCE	400,0	mar/20 - mar/21	(25,79)

Identificação	Tipo	Valor nominal	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		US\$ milhões		2019
Swap CDI - Dólar	Swap de câmbio	1.269,4	jan/21 - jan/25	(108,15)

Identificação	Tipo	Valor nominal	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		US\$ milhões		2019
NDF Braskem Argentina	Swap de câmbio	2,6	jan/20	(4,39)

**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Exercício Social (31/12/2019)						
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real	0	0	-	-	0
Financiamento	Garantia Real	35	2	-	-	36
Empréstimo	Quirografia	36	63	1.266	-	1.366
Financiamento	Quirografia	342	799	804	1.519	3.464
Títulos de dívida	Quirografia	415	1.166	3.857	19.146	24.583
Financiamento	Outro Tipo de Garantia ou Privilégio	20	37	9	1	68
Títulos de dívida	Outro Tipo de Garantia ou Privilégio	47	105	105	19	276
<b>Total</b>		<b>895</b>	<b>2.172</b>	<b>6.041</b>	<b>20.685</b>	<b>29.794</b>
<b>Descrição Outro Tipo de Garantia ou Privilégio</b>						
Fiança bancária						
<b>Observação</b>						
As informações acima se referem às demonstrações financeiras [individuais/consolidadas] da Companhia.						

Para fins de ordem de classificação dos créditos, as dívidas da Companhia são cobertas por garantias fidejussórias, à exceção das dívidas contratadas junto ao BNDES, BNB, FINEP e NEXI, que são cobertas por



garantias reais e financeiras, e das dívidas tomadas diretamente pela subsidiária Braskem Idesa. Do ponto de vista contratual, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

<i>(R\$ Milhões)</i>	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante e Não Circulante	63.075,4	53.283	47.651
Patrimônio Líquido Atribuível aos Acionistas	5.240	6.788	6.158
Índice de Endividamento	12,0	7,8	7,3

**(iv) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

As dívidas em que a Companhia figura como emissora ou garantidora não possuem restrições em relação a limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Entretanto, alguns desses contratos de financiamento contêm outras obrigações que restringem, dentre outras, a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de assumir garantias ou passar por processo de incorporação ou fusão com outras entidades, alterar seu controle acionário e alienar de outra forma seus ativos.

As restrições pactuadas não ensejaram a aceleração de nenhum dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia ou, quando aplicável, foram devidamente dispensadas pelos credores.

**(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2019, todos os limites de crédito já contratados pela Companhia haviam sido inteiramente utilizados, à exceção (i) da linha de crédito rotativo (stand by) no valor de US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2023; (ii) da linha de financiamentos com o BNDES, cujo limite total é de US\$ 115,8 milhões, permanecendo com saldo total devedor de aproximadamente US\$ 67 milhões; e (iii) da operação de Euler Hermes, cujo montante total é de US\$ 225 milhões, que continuou sendo desembolsada ao longo de 2019 e totalizou saldo devedor de aproximadamente US\$ 177 milhões.

Vale ressaltar que para esta última, os desembolsos são atrelados aos gastos referentes a construção da nova planta de polipropileno nos Estados Unidos e o montante restante está previsto para ser desembolsado ao longo de 2020.



(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	2019	AV%	2018	AV%	2017	AV%	2019 x 2018	2018 x 2017
CONSOLIDADO	(A)		(B)		(B)		(A)/(B)	(A)/(B)
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>52.324</b>	<b>100%</b>	<b>58.000</b>	<b>100%</b>	<b>49.261</b>	<b>100%</b>	<b>-10%</b>	<b>18%</b>
Custo dos Produtos Vendidos	(45.680)	-87%	(46.553)	-80%	(36.401)	-74%	-2%	28%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>6.644</b>	<b>13%</b>	<b>11.447</b>	<b>20%</b>	<b>12.860</b>	<b>26%</b>	<b>-42%</b>	<b>-11%</b>
Despesas com Vendas e Distribuição	(1.783)	-3%	(1.689)	-3%	(1.460)	-3%	6%	16%
(Perda) reversões por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7)	0%	87	0%	-	0%	-108%	n.a.
Despesas Gerais e Administrativas	(2.224)	-4%	(1.793)	-3%	(1.434)	-3%	24%	25%
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(248)	0%	(219)	0%	(167)	0%	13%	31%
Resultado de Participações Societárias	10	0%	(1)	0%	40	0%	n.a.	-102%
Outras receitas	2.408	5%	1.027	2%	(479)	-1%	134%	n.a.
Outras despesas	(4.857)	-9%	(555)	-1%	-	0%	776%	n.a.
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(57)</b>	<b>0%</b>	<b>8.304</b>	<b>14%</b>	<b>9.359</b>	<b>19%</b>	<b>n.a.</b>	<b>-11%</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(4.746)</b>	<b>-9%</b>	<b>(4.651)</b>	<b>-8%</b>	<b>(3.942)</b>	<b>-8%</b>	<b>2%</b>	<b>18%</b>
Despesas Financeiras	(3.872)	-7%	(2.984)	-5%	(3.747)	-8%	30%	-20%
Receitas Financeiras	851	2%	589	1%	604	1%	44%	-2%
Variações cambiais, líquidas	(1.725)	-3%	(2.257)	-4%	(799)	-2%	-24%	183%
<b>Lucro Antes do IR e CS</b>	<b>(4.803)</b>	<b>-9%</b>	<b>3.653</b>	<b>6%</b>	<b>5.417</b>	<b>11%</b>	<b>n.a.</b>	<b>-33%</b>
Imposto de Renda / Contribuição Social	1.906	4%	(745)	-1%	(1.292)	-3%	n.a.	-42%
Resultado de operações descontinuadas	-	0%	-	0%	9	0%	n.a.	n.a.
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>(2.897)</b>	<b>-6%</b>	<b>2.907</b>	<b>5%</b>	<b>4.133</b>	<b>8%</b>	<b>n.a.</b>	<b>-30%</b>
<b>Atribuível a</b>								
Acionistas da Companhia	(2.798)	-5%	2.867	5%	4.083	8%	-198%	-30%
Participação de acionista não controlador na Braskem Idesa	(99)	0%	41	0%	50	0%	-345%	-19%

As principais variações nos resultados operacionais dos três últimos exercícios sociais são explicadas no item 10.2 (b) abaixo.

CONTAS PATRIMONIAIS

ATIVO (R\$ milhões)	dez/19	AV%	dez/18	AV%	dez/17	AV%	2019 x 2018	2018 x 2017
	(A)		(B)		(C)		(A)/(B)	(B)/(C)
<b>Circulante</b>	<b>23.390</b>	<b>34%</b>	<b>21.384</b>	<b>36%</b>	<b>17.992</b>	<b>34%</b>	<b>9%</b>	<b>19%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.804	10%	5.548	9%	3.775	7%	23%	47%
Aplicações Financeiras	1.688	2%	2.358	4%	2.303	4%	-28%	2%
Contas a Receber de Clientes	2.286	3%	3.075	5%	3.281	6%	-26%	-6%
Estoques	7.625	11%	8.487	14%	6.847	13%	-10%	24%
Tributos a Recuperar	1.238	2%	423	1%	453	1%	193%	-7%
Imposto de renda e contribuição social	440	1%	774	1%	896	2%	-43%	-14%
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	3	0%	1	0%	11	0%	245%	-92%
Despesas Pagas Antecipadamente	115	0%	240	0%	134	0%	-52%	78%
Operações com derivativos	5	0%	28	0%	4	0%	-83%	631%
Bloqueio Judicial	2.572	4%	0	0%	0	0%	0%	0%
Outros Ativos	615	1%	452	1%	288	1%	36%	57%
<b>Não Circulante</b>	<b>44.507</b>	<b>66%</b>	<b>37.810</b>	<b>64%</b>	<b>35.349</b>	<b>66%</b>	<b>18%</b>	<b>7%</b>
Aplicações Financeiras	10	0%	10	0%	10	0%	-3%	-3%
Contas a Receber de Clientes	21	0%	18	0%	37	0%	18%	-53%
Adiantamentos a fornecedores	0	0%	0	0%	46	0%	0%	-100%
Tributos a Recuperar	2.258	3%	1.369	2%	813	2%	65%	68%
Imposto de renda e contribuição social	240	0%	242	0%	211	0%	-1%	15%
IR e CS Diferidos	2.663	4%	1.104	2%	1.166	2%	141%	-5%
Depósitos Judiciais	1.509	2%	170	0%	290	1%	790%	-41%
Indenizações Securitárias	83	0%	63	0%	40	0%	32%	58%
Operações com derivativos	18	0%	47	0%	33	0%	-62%	43%
Outros Ativos	192	0%	221	0%	113	0%	-13%	96%
Investimentos	64	0%	66	0%	101	0%	-3%	-35%
Imobilizado	32.315	48%	31.760	54%	29.762	56%	2%	7%
Intangível	2.762	4%	2.741	5%	2.727	5%	1%	0%
Direito de uso de ativos	2.373	3%	0	0%	0	0%	0%	0%
<b>Total do Ativo</b>	<b>67.896</b>	<b>100%</b>	<b>59.194</b>	<b>100%</b>	<b>53.342</b>	<b>100%</b>	<b>15%</b>	<b>11%</b>



PASSIVO E P.L. (R\$ milhões)	dez/19 (A)	AV%	dez/18 (B)	AV%	dez/17 (C)	AV%	2019 x 2018 (A)/(B)	2018 x 2017 (B)/(C)
<b>Circulante</b>	<b>16.147</b>	<b>24%</b>	<b>23.116</b>	<b>39%</b>	<b>19.138</b>	<b>36%</b>	<b>-30%</b>	<b>21%</b>
Fornecedores	9.117	13%	8.341	14%	5.266	10%	9%	58%
Financiamentos	775	1%	737	1%	1.185	2%	5%	-38%
Financiamentos Braskem Idesa	744	1%	10.505	18%	9.691	18%	-93%	8%
Debêntures	47	0%	28	0%	27	0%	68%	2%
Operações com derivativos	49	0%	70	0%	7	0%	-30%	923%
Salários e Encargos Sociais	624	1%	645	1%	631	1%	-3%	2%
Tributos a Recolher	323	0%	432	1%	421	1%	-25%	3%
Imposto de renda e contribuição social	35	0%	419	1%	840	2%	-92%	-50%
Dividendos	7	0%	672	1%	4	0%	-99%	n.a.
Adiantamentos de Clientes	356	1%	153	0%	353	1%	132%	-57%
Acordo de Leniência	363	1%	288	0%	257	0%	26%	12%
Provisões Diversas	203	0%	192	0%	179	0%	6%	7%
Outras Obrigações	931	1%	623	1%	277	1%	49%	125%
Provisão de gastos Alagoas	1.450	2%	0	0%	0	0%	0%	0%
Outros passivos financeiros	517	1%	0	0%	0	0%	0%	0%
Arrendamento mercantil	607	1%	10	0%	0	0%	6119%	0%
<b>Não Circulante</b>	<b>47.804</b>	<b>70%</b>	<b>30.167</b>	<b>51%</b>	<b>28.513</b>	<b>53%</b>	<b>58%</b>	<b>6%</b>
Fornecedores	4	0%	273	0%	260	0%	-99%	5%
Financiamentos	28.242	42%	24.161	41%	22.177	42%	17%	9%
Financiamentos Braskem Idesa	9.237	14%	0	0%	0	0%	0%	0%
Debêntures	228	0%	267	0%	286	1%	-15%	-7%
Operações com derivativos	170	0%	162	0%	0	0%	5%	0%
Tributos a Recolher	129	0%	86	0%	53	0%	51%	63%
Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa	2.396	4%	2.184	4%	1.757	3%	10%	24%
IR e CS Diferidos	273	0%	325	1%	940	2%	-16%	-65%
Benefícios pós emprego	389	1%	206	0%	194	0%	89%	7%
Adiantamentos de Clientes	0	0%	0	0%	0	0%	0%	0%
Contingências	1.152	2%	965	2%	1.093	2%	19%	-12%
Acordo de Leniência	1.380	2%	1.155	2%	1.372	3%	19%	-16%
Provisões Diversas	302	0%	233	0%	235	0%	30%	-1%
Provisão de gastos Alagoas	1.933	3%	0	0%	0	0%	0%	0%
Outras Obrigações	134	0%	59	0%	148	0%	126%	-60%
Arrendamento mercantil	1.836	3%	91	0%	0	0%	1923%	0%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>3.945</b>	<b>6%</b>	<b>5.911</b>	<b>10%</b>	<b>5.690</b>	<b>11%</b>	<b>-33%</b>	<b>4%</b>
Capital Social	8.043	12%	8.043	14%	8.043	15%	0%	0%
Reserva de Capital	232	0%	232	0%	232	0%	0%	0%
Reservas de Lucros	1.905	3%	4.673	8%	3.946	7%	-59%	18%
Ágio na aquisição de controlada sob controle comum	-488	-1%	-488	-1%	0	0%	0%	0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-4.758	-7%	-5.623	-9%	-5.654	-11%	-15%	-1%
Ações em Tesouraria	-50	0%	-50	0%	-50	0%	0%	0%
Lucros Acumulados	0	0%	0	0%	0	0%	0%	0%
<b>Total Atribuível ao Acionista da Companhia</b>	<b>4.885</b>	<b>7%</b>	<b>6.788</b>	<b>11%</b>	<b>6.518</b>	<b>12%</b>	<b>-28%</b>	<b>4%</b>
Participação de Acionista não Controlador na Braskem Idesa	-941	-1%	-876	-1%	-828	-2%	7%	6%
<b>Total do Passivo e PL</b>	<b>67.896</b>	<b>100%</b>	<b>59.194</b>	<b>100%</b>	<b>53.342</b>	<b>100%</b>	<b>15%</b>	<b>11%</b>

Comparação entre as principais variações nas contas patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

**Ativo Circulante**

O saldo do Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 23.390 milhões, representando 34% do Ativo Total. No exercício social anterior o saldo foi de R\$ 21.384 milhões, representando 36% do Ativo Total da Companhia.

As principais variações no Ativo Circulante estão detalhadas a seguir:

- impacto em “Caixas e equivalentes de caixa” relacionado, principalmente, pela geração operacional de caixa (R\$ 2.265 milhões), reduzida pelas aplicações em imobilizado e intangível (R\$ 2.683 milhões), captações líquidas em financiamentos (captações (-) pagamentos) (R\$ 2.305 milhões) e pagamento de dividendos (R\$ 669 milhões);



- redução em “Contas a receber de clientes”, devido a redução nos preços médios, queda nas exportações e pela alienação de títulos para fundos e instituições financeiras no valor de R\$ 2 bilhões (Nota explicativa nº 7 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- redução em “Estoques” decorrente, principalmente, da redução de R\$ 636 milhões em importações em andamento (Nota explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- impacto em “Tributos a recuperar”, pelo registro de superveniência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$ 2.049 milhões no exercício de 2019. O saldo dessa superveniência registrado no ativo circulante é de R\$ 783 milhões (Nota explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras de 2019); e
- impacto em “Bloqueio judicial” no valor de R\$ 2.572 milhões, decorrente de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas, que havia requerido o bloqueio liminar de aproximadamente R\$ 3.700 milhões para reparação de danos aos moradores dos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Com a homologação do Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco em 3 de janeiro de 2020, firmado pela Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, houve o desbloqueio desse valor (Nota explicativa nº 26.1(i) das Demonstrações Financeiras de 2019).

### **Ativo Não Circulante**

O saldo do Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.507 milhões, comparados aos R\$ 37.810 milhões apresentados no exercício social anterior.

As principais variações no Ativo Não Circulante estão detalhadas a seguir:

- impacto em “Tributos a recuperar”, pelo registro de superveniência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$ 2.049 milhões no exercício de 2019. O saldo dessa superveniência no Ativo Não Circulante é de R\$ 1.568 milhões (Nota explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- impacto em “Depósitos judiciais” no valor de R\$ 1.174 milhões, decorrente de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas, que havia requerido o bloqueio liminar de aproximadamente R\$ 3.700 milhões para reparação de danos aos moradores dos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Com a homologação do Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco em 3 de janeiro de 2020, firmado pela Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, houve o desbloqueio desse valor (Nota explicativa nº 26.1(i) das Demonstrações Financeiras de 2019);



- impacto em “Imobilizado” relacionado, principalmente, pelas aquisições no montante R\$ 2.724 milhões, ajuste positivo de conversão de moeda estrangeira derivado do imobilizado de subsidiárias no exterior no valor de R\$ 1.085 milhão, reduzido da depreciação no montante de R\$ 3.062 milhões. A rubrica do Imobilizado representa 48% do Ativo Total em 2019 e 54% do Ativo Total em 2018;
- criação da rubrica “Direito de uso de ativos”, decorrente da adoção do IFRS 16/CPC 6 (R2), que determina que os arrendamentos passem a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. O valor desse incremento em 2019 é de R\$ 2.373 milhões (Notas explicativas nºs. 2.3(a) e 14 das Demonstrações Financeiras de 2019).

O saldo do imobilizado da Companhia representou 48% e 54%, respectivamente, do Ativo Total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em relação ao Ativo Total, o Ativo Não Circulante representava, nos exercícios de 2019 e 2018, 66% e 64%, respectivamente.

### **Passivo Circulante**

O saldo do Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 16.148 milhões, representando 24% do Passivo Total, enquanto no exercício anterior o saldo era de R\$ 23.116 milhões, representando 39% do Passivo Total.

As principais variações no Passivo Circulante são explicadas por:

- aumento em “Fornecedores” derivado, principalmente, do incremento de aproximadamente R\$ 900 milhões em compras de nafta importada com prazo de pagamento de 360 dias (Nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- redução em “Financiamentos Braskem Idesa”, decorrente da transferência para o passivo não circulante das parcelas de longo prazo, devido à obtenção, pela Braskem Idesa, das aprovações para os descumprimentos de obrigações contratuais (Nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- constituição da “Provisão gastos de Alagoas”, no valor de R\$ 3.383 milhões, sendo R\$ 1.450 milhões no passivo circulante, derivado do fenômeno geológico em quatro bairros da cidade de Maceió, onde estão localizados ou em área próxima aos poços de extração de sal-gema, os quais eram operados pela Braskem (explicação em detalhes pode ser obtida na Nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras de 2019).

### **Passivo Não Circulante**

O saldo do passivo não circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 47.805 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o saldo era de R\$ 30.167 milhões.

As principais variações no Passivo Não Circulante são explicadas por:



- aumento em “Financiamentos” derivado, principalmente, da valorização do dólar frente ao real. A Braskem emitiu novos Bonds em novembro de 2019, com vencimentos em janeiro de 2030 e janeiro de 2050, cujos saldos em 2019 montam R\$ 6.091 milhões e R\$ 3.052 milhões, respectivamente. Essas captações foram utilizadas para liquidação antecipada de Bonds (Nota explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- aumento em “Financiamentos Braskem Idesa”, decorrente da transferência para o passivo não circulante das parcelas de longo prazo, devido à obtenção, pela Braskem Idesa, das aprovações para os descumprimentos de obrigações contratuais. A Braskem Idesa emitiu Bond em dezembro de 2019 com vencimento em novembro de 2029. Os recursos provenientes de tal captação foram utilizados para a liquidação total e pre-pagamento parcial de parcelas da dívida do Project Finance (Nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- constituição da “Provisão gastos de Alagoas”, no valor de R\$ 3.383 milhões, sendo R\$ 1.933 milhões no passivo não circulante, derivado do fenômeno geológico em quatro bairros da cidade de Maceió, onde estão localizados ou em área próxima aos poços de extração de sal-gema, os quais eram operados pela Braskem (explicação em detalhes pode ser obtida na Nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras de 2019);
- criação da rubrica “Arrendamento mercantil”, decorrente da adoção do IFRS 16/CPC 6 (R2), que determina que os arrendamentos passem a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. O valor desse incremento em 2019 é de R\$ 2.443 milhões, sendo R\$ 1.836 milhões registrados no passivo não circulante (Notas explicativas nºs. 2.3(a) e 14 das Demonstrações Financeiras de 2019).

### **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2019 o Patrimônio Líquido era de R\$ 3.969 milhões comparados a R\$ 5.911 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado principalmente, pela absorção do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 2.773 milhões.

*Comparação entre as principais variações nas contas patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017*

### **Ativo Circulante**

O saldo do Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 21.384 milhões, representando 36% do Ativo Total. No exercício social anterior o saldo foi de R\$ 17.992 milhões, representando 34% do Ativo Total da Companhia.

As principais variações no Ativo Circulante estão detalhadas a seguir:



- impacto em “Caixas e equivalentes de caixa” relacionado, principalmente, pela geração operacional de caixa (R\$ 9.292 milhões), reduzida pelas aplicações em imobilizado e intangível (R\$ 2.706 milhões), utilização em financiamentos (captações (-) pagamentos) (R\$ 3.103,5 milhões) e pagamento de dividendos (R\$ 1.500 milhões); e
- impacto em “Estoques” decorrente, principalmente, do aumento no custo de produtos acabados de R\$ 880 milhões e valorização do dólar frente ao real, com impacto de R\$ 551 milhões (Nota explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras de 2018).

### **Ativo Não Circulante**

O saldo do Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 37.810 milhões, comparados aos R\$ 35.349 milhões apresentados no exercício social anterior. O saldo do imobilizado da Companhia representou 54% e 56%, respectivamente, do Ativo Total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O aumento do saldo de imobilizado no exercício de 2018 decorre, principalmente, pelos ajustes de conversão de moeda estrangeira, que gerou um aumento de R\$ 2.228 milhões (Nota explicativa nº12(a) das Demonstrações Financeiras de 2018).

Outra variação relevante ocorreu na rubrica de “Tributos a recuperar”, que contempla o reconhecimento de R\$ 520 milhões, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota explicativa nº10(c) das Demonstrações Financeiras de 2018).

Em relação ao Ativo Total, o Ativo Não Circulante representava, nos exercícios de 2018 e 2017, 64% e 66%, respectivamente.

### **Passivo Circulante**

O saldo do Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 23.116 milhões, representando 39% do Passivo Total, enquanto no exercício anterior o saldo era de R\$ 19.138 milhões, representando 36% do Passivo Total.

As principais variações no Passivo Circulante são explicadas por:

- aumento em “Fornecedores” decorrente, principalmente, da valorização do dólar frente ao real (R\$ 945 milhões) e compras de nafta importada com prazo de pagamento de 360 dias (R\$ 2.541 milhões) (Nota explicativa nº14 das Demonstrações Financeiras de 2018);
- aumento em “Financiamentos Braskem Idesa” decorrente, principalmente, da valorização do peso mexicano frente ao real no montante de R\$ 1.613 milhões e pagamento (amortização de principal), no valor de R\$ 813 milhões (Nota explicativa nº18 das Demonstrações Financeiras de 2018); e



- destinação do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2018 no montante de R\$ 667 milhões (Nota explicativa nº25(e.1) das Demonstrações Financeiras de 2018).

### **Passivo Não Circulante**

O saldo do Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 30.167 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o saldo era de R\$ 28.513 milhões. Em relação ao Passivo Total, o Passivo Não Circulante representava, nos exercícios de 2018 e 2017, 51% e 53%, respectivamente.

Dentre as principais variações, destaca-se o aumento em “Financiamentos” decorrente, principalmente, da valorização do dólar frente ao real no montante de R\$ 3.608 milhões, captações de R\$ 2.042 milhões e transferências para o passivo circulante no valor de R\$ 3.303 milhões.

### **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2018 o Patrimônio Líquido era de R\$ 5.911 milhões comparados a R\$ 5.690 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado principalmente, pelo lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.867 milhões.

## **10.2 Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **(a) Resultados das operações da Companhia**

#### **(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

As informações deste item são apresentadas no item 10.2 (b) abaixo.

#### **(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

#### ***Crescimento do PIB brasileiro e demanda interna dos produtos da Companhia***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as vendas no Brasil representavam 54,5% da receita líquida de vendas da Companhia. Portanto, a Companhia é significativamente afetada pela conjuntura econômica do país. O resultado das operações e a situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro, pois os produtos da Companhia são usados na fabricação de um amplo leque de produtos de consumo e industriais.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB brasileiro e do consumo interno aparente de PE, PP e PVC nos períodos apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIB Crescimento/Redução <sup>(1)</sup> .....	1,1%	1,1%	1,0%
Inflação (IGP-M) <sup>(2)</sup> .....	7,3%	7,5%	(0,42%)
Inflação (IPCA) <sup>(3)</sup> .....	4,3%	3,7%	2,9%



	2019	2018	2017
Taxa CDI <sup>(4)</sup> .....	4.6%	6.40%	6.99%
Valorização (desvalorização) do real vs. dólar.....	4.0%	17.1%	1.5%
Taxa de câmbio do fim do período rate—US\$1.00 .....	R\$4.0307	R\$3.8748	R\$3.3080

Fontes: Fundação Getulio Vargas, Banco Central e Bloomberg

<sup>(1)</sup> PIB do Brasil de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática–SIDRA.

<sup>(2)</sup> Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado, calculado pela Fundação Getulio Vargas.

<sup>(3)</sup> Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>(4)</sup> A taxa CDI é a taxa dos Certificados de Depósito Interbancário no Brasil (na última data do período respectivo).

A taxa de crescimento do PIB brasileiro vem flutuando significativamente e a administração da Companhia acredita ser provável que a flutuação persista. A administração acredita que o crescimento econômico no Brasil poderia afetar de modo positivo no futuro a receita líquida de vendas e resultados operacionais. Contudo, um baixo crescimento econômico ou uma recessão no Brasil provavelmente levaria à redução da receita líquida de vendas futuras, causando efeito negativo nos resultados operacionais.

### ***Efeitos de flutuações da taxa de câmbio entre o real e o dólar***

Os resultados das operações da Companhia e sua situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de desvalorização ou valorização do real frente ao dólar uma vez que: (i) uma parcela substancial da receita líquida de vendas da Companhia é expressa ou está atrelada ao dólar; (ii) os custos de algumas das matérias-primas, principalmente a nafta, etano, propano, propeno e alguns catalisadores necessários nos processos de produção, são incorridos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; (iii) algumas despesas operacionais e investimentos de outra natureza são expressos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; e (iv) a Companhia tem valores significativos de passivos expressos em dólares que exigem o pagamento do principal e juros nessa moeda.

Praticamente todas as vendas da Companhia são de produtos petroquímicos para os quais há preços em dólares no mercado internacional. Em geral, a administração procura fixar preços que levem em conta: (1) o preço dos produtos petroquímicos da Companhia nos mercados internacionais; e (2) no Brasil, as variações da taxa de câmbio real/dólar. Desta forma, embora uma parcela significativa da receita líquida de vendas seja expressa em reais, substancialmente todos os produtos da Companhia são vendidos a preços que tomam por base os preços do mercado internacional, cotados em dólares. Por sua vez, flutuações do real também afetarão o custo da nafta, etano, propano, propeno e de outras matérias-primas atreladas ao dólar. A desvalorização do real frente ao dólar geralmente causa um aumento nos custos de produção dos produtos e a Companhia geralmente procura aumentar os preços de nossos produtos em reais (na medida possível à luz das condições de mercado à época vigente no País) o que pode resultar na redução dos volumes de vendas de seus produtos. Na medida em que os aumentos de preço não sejam suficientes para cobrir os aumentos de custo das matérias-primas, o lucro operacional da Companhia diminui. Inversamente, a valorização do real frente ao dólar causa geralmente uma redução nos custos de produção dos produtos e

geralmente a Companhia diminui os preços de seus produtos em reais o que pode resultar no aumento de volumes de vendas de seus produtos. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio dólar/real, com frequência há uma defasagem entre a ocasião em que o dólar se valoriza ou desvaloriza e a ocasião em que a Companhia pode efetivamente repassar tais aumentos ou reduções de custo em reais a seus clientes no Brasil. Tais descasamentos de preços diminuem quando as flutuações da taxa de câmbio dólar/real são menos voláteis.

A Companhia pode executar transações com derivativos financeiros para mitigar o risco da taxa de câmbio associado com a exposição dos custos em reais. Essas operações podem incluir opções de compra e venda e estratégias relacionadas. Por exemplo, a Companhia pode aplicar uma estratégia de proteção chamada de collar, que consiste na compra de uma opção de venda associada à venda simultânea de uma opção de compra, sendo que as duas opções possuem a mesma validade. Nesse caso, se o real desvaloriza e o preço de exercício da compra excede a taxa de câmbio da data de exercício da opção, a Companhia pode sofrer perdas financeiras significativas. No entanto, uma vez que essas estratégias serão implementadas apenas para fins não especulativos (de acordo com a política financeira da Companhia), as perdas em potencial sobre as transações com derivativos deverão ser compensadas por custos fixos mais competitivos em reais.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida consolidada da Companhia em dólares, em considerar a dívida da controlada Braskem Idesa, representou 96% do total da dívida em aberto. Assim, quando o real se desvaloriza frente ao dólar: (i) os custos com juros sobre a dívida expressa em dólares aumenta em reais, afetando negativamente o resultado das operações em reais; (ii) o valor em reais da dívida expressa em dólares aumenta, e o total do passivo e obrigações de serviço da dívida em reais aumenta; e (iii) as despesas financeiras tendem a aumentar como resultado das perdas cambiais que a Companhia registra, mitigadas pela decisão da companhia em 1 de maio e 2013 de designar parte dos passivos denominados em dólares norte-americanos como hedge de exportações futuras.

### ***Efeitos da inflação no Brasil***

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia na medida em que aumenta algumas das despesas operacionais expressas em reais (e não atreladas ao dólar). Uma parcela significativa do custo dos produtos vendidos e serviços prestados, no entanto, está atrelada ao dólar, não sendo substancialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Parte da dívida em reais está indexada de modo a levar em conta os efeitos da inflação. Nesse tipo de dívida, o valor do principal é em geral corrigido pelo Índice Geral de Preços – Mercado, de forma que a inflação resulta em aumentos nas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida. Além disso, uma parcela expressiva da dívida em reais é remunerada à TLP ou taxa do CDI, que são parcialmente ajustadas pela inflação.

### ***Efeito das Vendas no Exterior sobre o Desempenho Financeiro***

A Companhia possui significativa capacidade de produção instalada fora do Brasil a partir de unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, Alemanha e México.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 45,5% da receita líquida foi gerada pela venda de produtos fora do Brasil, em comparação a 44% em 2018 e 41,7% em 2017. A receita líquida gerada pela venda de produtos fora do Brasil aumentou 9,1% em 2019, que por sua vez aumentou 14% em 2018 ante 2017.

### ***Efeito da ciclicidade na indústria petroquímica***

O consumo global de produtos petroquímicos aumentou significativamente nos últimos 30 anos. Em razão deste crescimento, houve períodos de oferta insuficiente de tais produtos. Períodos de capacidade insuficiente, inclusive alguns devidos a escassez de matérias-primas, normalmente acarretaram aumento das taxas de utilização de capacidade e preços no mercado internacional dos produtos da Companhia, levando a aumento dos preços internos e das margens operacionais. Esses períodos foram frequentemente seguidos por períodos de adições à capacidade, que resultaram na queda das taxas de utilização da capacidade e dos preços de venda internacionais, levando à diminuição dos preços internos e das margens operacionais.

Acreditamos que essas tendências cíclicas dos preços de venda internacionais e das margens operacionais relativas a escassez e aumento da oferta global poderão persistir, principalmente em razão do impacto contínuo de quatro fatores genéricos: (i) as tendências cíclicas dos negócios em geral e das atividades econômicas produzem oscilações na demanda por petroquímicos; (ii) quando a demanda cai, a estrutura de altos custos fixos da indústria petroquímica, que é intensiva de capital, em geral leva os produtores a uma concorrência acirrada de preços a fim de maximizar a utilização de capacidade; (iii) aumentos significativos de capacidade, por meio da expansão ou construção de fábricas, podem levar de três a quatro anos para se tornarem operacionais e, por conseguinte, tomam por base necessariamente as estimativas da demanda futura; e (iv) uma vez que na maioria dos casos a concorrência com relação a produtos petroquímicos tem seu foco no preço, ser um produtor de baixo custo é vital à lucratividade. Isto favorece os produtores com fábricas maiores que maximizam economias de escala, mas a construção de plantas com alta capacidade pode acarretar em aumentos significativos de capacidade que podem suplantam o crescimento corrente da demanda.

### ***Efeitos da flutuação dos preços internacionais das principais matérias-primas***

No Brasil, nafta, etano e propano são as principais matérias-primas utilizadas na produção dos produtos da primeira e segunda geração petroquímica, os quais corresponderam a 40,7%, 0,5% e 1,0%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2019. A Companhia também adquire de terceiros parte do propeno utilizado nas plantas de PP no Brasil, que representou 4,9% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2019. Nos Estados Unidos e Europa, o propeno é principal matéria-prima consumida na produção de PP nestas regiões, e representou 15,2% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2019. No México, o etano é a principal matéria-prima utilizada na produção integrada de PE, o qual correspondeu a 1,3% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2019.



A nafta é adquirida a preços baseados nos preços da nafta do mercado Amsterdã-Roterdã- Antuérpia (“ARA”), ou preço de referência ARA, e etano e propano precificados com base no mercado Mont Belvieu. A Companhia adquire o propeno utilizado no Brasil, e pela Unidade EUA e Europa a preços baseados na referência do Golfo dos EUA e Europa. A Companhia adquire hidrocarboneto leve de refinaria (HLR) no Brasil a preços referenciados no preço do gás natural importado.

Os preços da nafta, do etano, propano e propeno têm sido e podem se manter voláteis. Um aumento nos preços da nafta, do etano, propano ou propeno reduziria a margem bruta da Companhia e afetaria negativamente seu resultado financeiro total, na impossibilidade de repasse desse aumento de custos aos clientes, e poderia reduzir o volume de vendas de nossos produtos. Inversamente, reduções significativas do preço destas matérias-primas e, conseqüentemente, dos custos de produção, geralmente aumentam as margens brutas e resultados operacionais, podendo acarretar o aumento dos volumes de vendas, se o custo mais baixo permitir que a Companhia venha a reduzir os preços que pratica. Nos períodos de grande volatilidade dos preços destas matérias-primas, costuma haver uma defasagem entre o aumento ou diminuição destes preços e a ocasião em que a Companhia consegue repassar o aumento ou redução de custos a seus clientes. Esses descasamentos de precificação diminuem quando os preços são menos voláteis.

### ***Efeitos da flutuação dos preços internacionais dos produtos vendidos***

No Brasil, os preços cobrados pela Companhia por muitos de seus produtos químicos e de resinas termoplásticas em geral são estipulados tomando por referência os preços nos mercados internacionais. Geralmente os preços dos produtos de segunda geração exportados do Brasil são baseados nos preços praticados no mercado à vista internacional. Nos Estados Unidos e na Europa, os preços do PP comercializado nestas regiões são determinados com base na precificação do mercado regional. No México, o preço do PE é definido com base nos preços na região da Costa do Golfo dos Estados Unidos.

Aumentos significativos dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que a Companhia poderia cobrar, geralmente aumentam a receita líquida de vendas e resultados operacionais à medida que a Companhia possa manter as margens operacionais, e o aumento de preços não reduza os volumes de vendas de seus produtos. Inversamente, quedas significativas dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que a Companhia poderia praticar, geralmente reduzem a receita líquida de vendas e resultados operacionais, se a Companhia não puder aumentar suas margens operacionais ou se a redução dos preços não acarretar aumento dos volumes de vendas de seus produtos.

### ***Utilização da capacidade***

As operações da Companhia são intensivas de capital. Em vista disso, a fim de obter custos de produção unitários mais baixos e de manter margens operacionais adequadas, a Companhia procura manter altas taxas de utilização de capacidade em todas as nossas instalações de produção.

A tabela a seguir demonstra as taxas de utilização de capacidade relativas às plantas de alguns dos principais produtos da Companhia nos períodos apresentados:



**Exercício encerrado em 31 de dezembro de**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Eteno .....	85%	91%	94%
PP EUA e Europa .....	88%	87%	97%
PE Mexico <sup>(1)</sup> .....	76%	77%	88%

<sup>(1)</sup> O Polo do México iniciou suas operações em 2016.

Em 2019, a utilização média de capacidade foi impactada (i) pela baixa utilização do cracker na Bahia, em virtude da paralização da planta de cloro-soda em Alagoas; (ii) pela parada programada de uma de nossas linhas de produção no cracker da Bahia no 4T19; (iii) pela baixa taxa utilização nos crackers do Rio Grande do Sul, por conta de problemas logísticos e (iv) pela queda na lucratividade marinal da exportação de resinas.

Em 2018, a utilização média de capacidade foi impactada pela greve dos caminhoneiros que ocorreu no Brasil em maio de 2018; por conta do incidente envolvendo a planta de cloro-soda em Alagoas; por conta do apagão que afetou as plantas do nordeste em março e por conta da baixa demanda no 4T19.

Em 2017, a utilização média de capacidade foi impactada pela alta performance operacional dos crackers, que resultou de uma eficiência operacional e maior disponibilidade de matéria-prima base gás no Rio de Janeiro.

***Efeitos da Política Industrial Brasileira***

O governo brasileiro possui influência significativa em alguns setores da indústria interna, inclusive no setor petroquímico no qual a Companhia opera. O governo brasileiro adotou, ou considera a adoção, de medidas que aumentem a competitividade de empresas brasileiras, conforme descreve-se a seguir.

***Reintegra***

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro implantou o programa “Reintegra”, que visa ao aumento da competitividade de fabricantes brasileiros em mercados internacionais, através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações. Como resultado de tal incentivo, a exportação de produtos de terceira geração por companhias brasileiras cresceu, aumentando assim a demanda brasileira pelos produtos da Companhia. O programa original encerrou-se no final de dezembro de 2013. Em agosto de 2014, o governo federal reestabeleceu de forma permanente o Reintegra e com taxas variáveis, com variação de até 5% das receitas de exportação das companhias, com uma alíquota de restituição de imposto de 0,1%, e em outubro de 2014 o governo brasileiro reestabeleceu a alíquota de 3,0%, válida até o final de 2015. Em março de 2015 o governo brasileiro reduziu novamente a alíquota para 1,0%, vigente para 2015 e 2016. Em outubro de 2015, de acordo com o Decreto 8.543, o governo federal reduziu a taxa de restituição para 0,1%, válida a partir de 1º de dezembro de 2015, que permaneceu em vigor até 31 de dezembro de 2016. Em 28 de agosto de 2017, conforme o Decreto 9.148, que alterou o Decreto 8.543, a taxa do Reintegra aumentou para 2% com validade a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018. Entretanto, em 30 de maio de



2018, o Presidente emitiu um novo Decreto reduzindo a taxa do Reintegra para 0,1% a partir de 1º de junho de 2018 em diante.

### ***Tarifas de Importação em Portos Locais***

Historicamente, as tarifas sobre importações são estabelecidas pelo governo federal. No entanto, nos últimos anos, alguns estados brasileiros estabeleceram benefícios fiscais a fim de atrair importações para portos locais visando aumentar a receita e desenvolver a infraestrutura local de tais portos, principalmente através da concessão de descontos sobre o ICMS que seria devido a tais estados. Líderes do setor e de associações trabalhistas alegam que tais leis criam subsídios para produtos importados, o que prejudicaria a indústria brasileira.

Em 1º de janeiro de 2013, entrou em vigor a legislação que reduz a alíquota máxima de ICMS a ser cobrado pelos estados de 12% para 4% em vendas interestaduais de matéria-prima e outros bens importados que não sejam total ou parcialmente fabricados no Brasil. Salvo limitadas exceções, a redução fiscal não se aplica a bens importados que não possuam substitutos fabricados no Brasil. Como resultado, os atuais benefícios fiscais oferecidos por alguns estados brasileiros para atrair importações de produtos na forma de redução da alíquota do ICMS tornaram-se menos atraentes.

### ***Preços e taxas***

A Companhia fixa os preços de venda do eteno tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Companhia fixa os preços de subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Companhia, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversos fatores de mercado, entre eles os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

O governo brasileiro tem recorrido a tarifas de importação para implantar políticas econômicas. Dessa forma, em geral as tarifas sofrem grandes variações, sobretudo aquelas incidentes sobre produtos petroquímicos, e podem variar no futuro. Os tributos sobre a importação de produtos petroquímicos de primeira geração, variam entre 0% e 4%, enquanto os tributos sobre as resinas de PE, PP e PVC foram fixadas em 14,0%.

As importações e exportações na área de livre comércio formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), não estão sujeitas a tributos desde dezembro de 2001. As importações de PVC em suspensão da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela não estão sujeitas a tarifas, devido a diversos acordos comerciais. As importações de PVC em suspensão do México estão



sujeitas a tarifas reduzidas de 11,2%, de acordo com um acordo comercial. As importações e exportações entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela não estão sujeitas a tarifas devido a um acordo de comércio em vigência desde 2005.

As importações de PVC em suspensão dos EUA e do México estão sujeitas a tarifas antidumping de respectivamente 16,0% e 18,0% impostas pela Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CAMEX). Desde 2008, as importações de PVC em suspensão da China também estão sujeitas à tributação de 21,6%, enquanto as importações de suspensão de PVC da Coreia do Sul estão sujeitas a tributos que variam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, em virtude da imposição de tributos antidumping pela CAMEX. Os impostos e taxas cobrados sobre importações dos EUA e do México têm vencimento em 2021. Já os impostos e taxas cobrados sobre importações da China e da Coreia do Sul venceram em 2019, mas os mesmos estão mantidos até o final do prazo de revisão, cuja estimativa é em agosto de 2020.

Adicionalmente, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um tributo antidumping de 10,6% sobre as importações de PP dos Estados Unidos. Tais medidas foram renovadas em novembro de 2016. A partir de agosto de 2014, o governo brasileiro passou a aplicar tarifas antidumping sobre importações de PP da África do Sul, Índia e Coreia do Sul, de 16,0%, 6,4% -9,9%, e 2,4%-6,3%, respectivamente. Os impostos e taxas cobrados sobre importações de PP dos Estados Unidos tem vencimento em 2021. Já os impostos e taxas cobrados sobre importações da África do Sul, Índia e Coreia do Sul venceram em 2019, mas os mesmos estão mantidos até o final do prazo de revisão, cuja estimativa é em agosto de 2020.

Em 2019, cerca de 31% das resinas de PE, PP e PVC consumidas no Brasil foram importadas, o que representou um aumento de 9% no volume de resinas importadas em relação a 2018.

### ***Regime Especial da Indústria Química (REIQ) – Incentivo Fiscal de PIS/COFINS***

Em 2013, o Poder Público aprovou a redução das alíquotas de PIS e COFINS sobre as compras de matérias-primas por produtores de primeira e segunda geração, que atendem a diversos setores da economia. A medida visou restabelecer parcialmente a competitividade da indústria, enfraquecida por fatores relacionados à infraestrutura, produtividade, custos de matéria-prima e energia, e câmbio, que exerceram pressão sobre o déficit comercial da indústria química, segundo a ABIQUIM, que encerrou 2019 em US\$ 31,5 bilhões. Ao final de 2018, a Companhia dispunha de restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas.

Em maio de 2018, o REIQ foi revogado por meio da Medida Provisória nº 836/18 com efeitos partir de 1º de setembro de 2018. Entretanto, em outubro de 2018, a Medida Provisória não foi convertida em legislação definitiva e, dessa forma, a restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas foi mantida.

### ***Impacto do nível de endividamento e taxas de juros***

Em dezembro de 2019, o endividamento consolidado da Companhia, líquido de custos de transação, era de R\$ 39.273 milhões (US\$ 9.744 milhões), incluindo R\$ 9.982 milhões (US\$ 2.477 million), que faz jus ao

financiamento do *project finance* no México. Este nível de endividamento da Companhia resulta em despesas financeiras robustas, refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Estas despesas consistem em despesas com juros, com variação cambial de dívidas em relação ao dólar e outras moedas, ganhos ou perdas cambiais, entre outros itens. Em dezembro de 2019, registramos um total de R\$ 3.866 milhões, em que R\$ 2.293 milhões estão atrelados a pagamentos de juros sobre dívidas. Também foi registrada perda de R\$ 1.726 milhões relacionados à variação cambial de ativos e passivos financeiros. As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de diversos fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais e as avaliações de risco da Companhia, do setor e da economia brasileira feitas por agências de classificação de risco que avaliam a Companhia e seus títulos de dívida.

### ***Efeito dos impostos sobre o resultado***

Estamos sujeitos a um a gama de tributos federais e estaduais genericamente incidentes em diversas jurisdições sobre nossas operações e resultados. A Companhia está em geral sujeita ao imposto de renda federal brasileiro (combinado com a Contribuições Social sobre o Lucro Líquido – CSLL) à alíquota efetiva de 34%, que é a alíquota padrão do imposto de pessoa jurídica no País. Foram concedidas à Companhia certas isenções de impostos federais baseadas na legislação federal que oferece incentivos fiscais a empresas que instalem suas unidades de produção nos estados brasileiros da Bahia e Alagoas (SUDENE). Tais isenções foram concedidas por prazos variáveis a cada uma das plantas industriais da Companhia localizadas nos referidos estados.

A Companhia tem o direito de pagar 25% da alíquota de imposto de renda sobre lucros decorrentes da venda: (i) do PE fabricado em uma das plantas de PE do Complexo Petroquímico de Camaçari até 2026; e (ii) do PE fabricado em uma das plantas do Polo de Camaçari e soda cáustica, cloro, dicloroetano (EDC) e PVC produzidos nas plantas no Polo de Camaçari e Alagoas até 2024.

Cada uma das isenções confere a Companhia o direito de pagar 15,25% de imposto de renda mais CSLL, devido à uma redução de 75% da alíquota de imposto de renda (de 25% para 6,25%) devido sobre os lucros decorrentes de produtos fabricados nessas plantas.

Os prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda a compensar no Brasil não prescrevem, porém a compensação anual está limitada a 30% do lucro líquido ajustado. Este limite também afeta a CSLL.

O montante consolidado inclui o impacto de diferentes taxas de impostos em países em que as subsidiárias estão localizadas, conforme segue:

- Braskem Europa (Alemanha) – 31,18%
- Braskem America e Braskem America Finance (Estados Unidos) – 21,00%
- Braskem Argentina (Argentina) – 30,00%
- Braskem Petroquímica Chile (Chile) – 27,00%



- Braskem Holanda, Braskem Holanda Finance e Braskem Holanda Inc Netherland (Holanda) – 25,00%
- Braskem Idesa, Braskem Idesa Serviços, Braskem México, Braskem México Serviços e Braskem México Sofom (México) – 30,00%

As vendas de exportação da Companhia estão atualmente isentas de: (1) Programa de Integração Social – PIS; (2) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto federal sobre o valor agregado; (3) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, imposto federal de valor agregado sobre produtos industrializados; e (4) ICMS.

**(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

## RESULTADO OPERACIONAL

Os Diretores apresentam abaixo a análise dos três últimos exercícios por região onde a Companhia atua:

### BRASIL

O spread dos principais químicos produzidos pela Braskem teve queda em 2019 em função da entrada em operação de crackers base etano e do bom desempenho operacional das plantas desidrogenadoras de propano, ambos nos Estados Unidos, e do início da operação de novas refinarias na Ásia, combinado ao enfraquecimento da demanda, principalmente do setor automobilístico. No ano de 2018, o spread de químicos foi inferior a 2017 explicado por menores spreads de: (i) butadieno, que em 2017 foi positivamente impactado pela demanda incentivada na China; e (ii) de cumeno devido ao aumento na oferta após a entrada em operação de novas capacidades na Ásia.

O spread de PE apresentou redução em 2019 em função da entrada de novos crackers integrados de PE base shale-gas nos Estados Unidos combinada a menor demanda face às incertezas quanto a guerra comercial entre Estados Unidos e China, Brexit, pressão regulatória sobre plásticos de uso único, dentre outras, que prejudicaram a confiança dos consumidores e da indústria mundial. Em 2018, o spread de PE foi inferior a 2017 devido à entrada em operação de novas capacidades de PE, principalmente nos Estados Unidos.

O spread de PP apresentou redução no ano de 2019, influenciado pelo enfraquecimento da demanda, principalmente da indústria automobilística, impactada pelo término dos incentivos fiscais para compra de carros na China e pelos novos padrões de emissão de gases do efeito estufa na China e Europa, combinada à entrada em operação das novas capacidades de PP na Ásia. Em 2018, o spread de PP foi inferior a 2017 devido, principalmente, à redução da demanda na Ásia.

O spread de vinílicos registrou queda em 2019, explicada pelo enfraquecimento da demanda de PVC na Ásia, devido à guerra comercial entre Estados Unidos e China e à política de antidumping da Índia, pela maior demanda por EDC no mercado, inclusive da Braskem, e pela menor demanda por soda cáustica dos setores de alumínio e papel e celulose. No ano de 2018, o spread de vinílicos foi inferior a 2017 em função, principalmente, do preço mais alto da nafta, que seguiu a tendência de alta do petróleo, e de altos níveis de estoque de soda cáustica nos Estados Unidos, combinado com a redução na demanda pelo produto, após um grande produtor de alumina ter operado a baixas taxas de utilização durante a maior parte do ano.

A demanda de resinas no mercado brasileiro (PE+PP+PVC) foi de 5,2 milhões de toneladas, um aumento de 2% em relação a 2018, explicado pela redução da taxa básica de juros da economia brasileira e pelo aumento da confiança por empresários e consumidores, o que alavancou, principalmente, os setores de agronegócio, alimentício e o início da recuperação da construção civil. Em 2018, a demanda apresentou expansão de 2,4% em relação a 2017, devido à melhora no nível de atividade econômica, impulsionada pela demanda dos setores agrícola, cosméticos, farmacêutico e de embalagens para alimentos.

A taxa de utilização foi de 85% em 2019, 6 p.p. inferior a 2018, devido à: (i) redução de carga na central da Bahia como resultado da paralização das fábricas de cloro-soda e dicloreto (EDC) em Alagoas; (ii) parada programada em uma das linhas de produção da central petroquímica da Bahia no 4T19; (iii) problemas logísticos com o recebimento de matéria-prima pela central do Rio Grande do Sul; e (iv) pela redução de carga das centrais em função da queda da rentabilidade marginal da exportação de resinas. Em 2018, a taxa de utilização havia sido 91%, 3 p.p. inferior a 2017, em função, principalmente: (i) da greve dos caminhoneiros em maio; (ii) do incidente na planta de cloro soda de Alagoas em janeiro; e (iii) da interrupção no fornecimento de energia elétrica para as plantas do Nordeste em março; e (iv) menor demanda no 4T18.

As vendas de resinas no mercado brasileiro se mantiveram em linha com 2018, totalizando 3,4 milhões de toneladas, que por sua vez havia sido 2% inferior a 2017. Com relação aos principais químicos, as vendas totalizaram 2,8 milhões de toneladas, 2% inferior ante 2018, o qual apresentou aumento de 1% em relação à 2017. Em 2019, as exportações de resinas foram de 1,4 milhão de toneladas e as de principais químicos, 628 mil toneladas, 8% e 10% superiores a 2018, respectivamente, que por sua vez foram 14% e 31% inferiores a 2017.

No ano, as unidades do Brasil e exportações apresentaram EBITDA de US\$ 821 milhões (R\$ 3.205 milhões), 57% inferior em relação a 2018, que por sua vez havia sido 27% inferior em relação a 2017, totalizando US\$ 1.905 milhões (R\$ 6.985 milhões).

## ESTADOS UNIDOS E EUROPA

O spread de PP nos Estados Unidos aumentou em 2019, como resultado da grande disponibilidade de propeno na região, em função: (i) das altas taxas de utilização das plantas de DHPs; e (ii) maior utilização de líquidos de gás natural (principalmente butano) nos crackers, aumentando a oferta de propeno. Em 2018, spread de PP aumentou, explicado pela maior oferta de propeno dado o bom desempenho operacional das plantas desidrogenadoras de propano (DHP), que tiveram taxas de utilização mais altas no ano, além do



maior uso de GLP (propano e butano) e nafta, que contribuiu para o aumento da oferta de propeno na região.

O spread de PP na Europa foi inferior em 2019, devido à desaceleração econômica na região atrelada ao aumento da oferta de propeno com a normalização das restrições logísticas no transporte fluvial, que afetaram a região no ano anterior. Em 2018, o spread de PP foi menor em função de uma menor demanda por PP na região, principalmente para o mercado automobilístico, o qual teve sua cadeia de suprimentos afetada por regulações que visam garantir a diminuição da emissão de gases de efeito estufa.

A demanda de PP no mercado norte-americano foi 3,1% inferior a 2018, devido ao enfraquecimento do setor manufatureiro e automobilístico. Em 2018, o mercado americano havia crescido 3% na comparação com 2017, com destaque para os segmentos de tampas e filme orientado, muito utilizado em embalagens de alimentos.

Em relação a demanda do mercado europeu, esta apresentou aumento de 0,7% ante a 2018 em função do maior uso de PP no setor de bens de consumo e serviços, com destaque para embalagens, utensílios domésticos, tampas e filmes orientados e na medicina, ainda que o setor automobilístico tenha apresentado queda na região. Em 2018, a demanda de PP apresentou queda de 2,6% na comparação com 2017, seguindo o fraco desempenho econômico da região, em particular de países como Alemanha e Itália.

Em 2019, a taxa de utilização foi de 88%, 1 p.p. superior a 2018, devido, principalmente, ao melhor desempenho operacional das plantas nos Estados Unidos, que contrabalanceou a queda na taxa de utilização da Europa, como resultado da restrição logística no recebimento de propeno nas plantas devido a problemas operacionais dos fornecedores. Em 2018, a taxa de utilização foi de 87%, 10 p.p. inferior à 2017, em função das paradas programadas e não programadas nas plantas dos Estados Unidos, e restrição logística no recebimento de propeno nas plantas da Europa explicado pelo baixo nível fluvial.

Neste sentido, em 2019 as vendas de PP foram em linha com 2018, totalizando 1,9 milhão de toneladas. Em 2018, as vendas de PP foram 9% inferiores a 2017, totalizando 1,9 milhão de toneladas.

No ano, as unidades de Estados Unidos e Europa apresentaram EBITDA de US\$ 316 milhões (R\$ 1.247 milhões), 48% inferior em relação a 2018, o qual por sua vez apresentou queda de 6% ante 2017, totalizando US\$ 608 milhões (R\$ 2.208 milhões).

## MÉXICO

O spread de PE na América do Norte foi inferior em 2018 na comparação com 2018, como resultado da desaceleração do ritmo de crescimento da demanda por PE combinada a entrada em operação das novas capacidades na região, compensada parcialmente por menores preços de etano. Em 2018, os spreads foram inferiores a 2017, dado o excesso de oferta de PE e da alta nos preços de etano, devido ao aumento da demanda pelos crackers recém-inaugurados, combinado com a falta de pipelines para o transporte deste gás e de fracionadoras para a separação do etano.



A demanda de PE no México foi de 2,2 milhões de toneladas em 2019, uma redução de 4,5% com relação a 2018, devido ao fraco desempenho da economia mexicana, afetada pela redução na produção industrial. Em 2018, a demanda apresentou um crescimento de 2,7% ante a 2017, totalizando 2,07 milhões de toneladas, puxado pelos setores de soprados e filmes/laminados, muito utilizados no segmento de embalagens alimentícias e de higiene.

A taxa de utilização das plantas de PE foi de 76%, 1 p.p inferior a 2018, em função do menor fornecimento de etano ao longo do ano. Em 2018, a taxa havia sido de 77%, 11 p.p inferior a 2017, também em função do menor fornecimento de etano no período e da parada programada realizada em maio.

As vendas de PE em 2019 foram 2% superiores a 2018, totalizando 813 mil toneladas, como resultado da diminuição dos estoques e por maiores vendas de PE produzido no Brasil. Como parte da estratégia comercial para alocação de produto em regiões com maior rentabilidade, as exportações para os Estados Unidos aumentaram 51% em relação a 2018, e para Europa aumentaram em 29%. Em 2018, as vendas de PE foram 18% inferiores a 2017, totalizando 799 mil toneladas, das quais 67% foram direcionadas para atendimento do mercado mexicano.

Em 2019, o resultado do México inclui uma receita no montante de US\$ 85,5 milhões referente a provisão do delivery-or-pay do contrato de fornecimento de etano. Em 2018, essa receita foi de US\$ 95 milhões. No ano, a unidade do México apresentou EBITDA de US\$ 361 milhões (R\$ 1.427 milhões), 41% inferior a 2018, o qual por sua vez foi 1% inferior a 2017, totalizando US\$ 617 milhões (R\$ 2.251 milhões).

## **CONSOLIDADO**

### **RECEITA LÍQUIDA**

Em 2019, a receita líquida foi de US\$ 13.285 milhões, 16% inferior à 2018, em função dos menores preços de resinas termoplásticas e produtos químicos no mercado internacional impactados pelo menor crescimento da demanda global combinado a entrada de novas capacidades integradas de polietileno base etano shale gas nos Estados Unidos e de novas refinarias na Ásia. Em reais, a receita foi de R\$ 52.324 bilhões, 10% inferior ao ano anterior.

Em 2018, a receita líquida foi de US\$ 15.874 milhões, 3% superior à 2017, explicada principalmente pelo preço mais alto de resinas no mercado internacional. Em reais, a receita foi de R\$58.000 bilhões, 18% superior ao ano anterior.

### **CPV**

Em 2019, o custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado foi US\$ 11.598 milhões, uma redução de 9% em relação a 2018 por conta da redução de preço das matérias-primas. Em reais, o CPV totalizou R\$45.680 milhões, 2% inferior a 2018 em função da valorização do real em relação ao dólar.



Em 2018, o custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado foi US\$ 12.689 milhões, um aumento de 11% em relação a 2017 devido ao preço mais alto das matérias-primas no mercado internacional. Em reais, o CPV totalizou R\$46.407 milhões, 27% superior a 2017 em função do impacto da desvalorização do real frente ao dólar.

## DVGA

Em 2019, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$ 4.262 milhões, 18% em relação a 2018, em função: (i) aumento nas despesas com vendas e distribuição dado o maior volume de vendas de resinas no Brasil e no México destinados à exportação, de químicos e de PP nos Estados Unidos e Europa; (ii) consultorias e escritórios de advocacia para apoiar o monitoramento externo relacionado ao Acordo Global com as autoridades; (iii) empresas de auditoria; e (iv) da cooperação com as autoridades para garantia da segurança das pessoas e do meio ambiente no âmbito do fenômeno geológico em Maceió/AL.

Em 2018, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$3.378 milhões, 10% superior do que em 2017, em função de maiores despesas com pessoas, campanhas institucionais, consultorias, honorários advocatícios e no aluguel de rail cars para as unidades dos EUA e México.

## OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LÍQUIDAS

Em 2019, a rubrica de outras receitas (despesas) líquida apresentou uma despesa de R\$ 2.448 milhões, ante uma receita de R\$ 473 milhões em 2018. O aumento de R\$ 1.381 milhões de outras receitas em relação ao ano anterior é explicado pelo reconhecimento de receita referente aos débitos de PIS e COFINS pagos a maior em períodos anteriores, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS e COFINS. Por sua vez, o aumento de outras despesas no valor de R\$ 4.302 milhões ante a 2018 é função: (i) da provisão relacionada ao Programa de Remuneração Financeira e Suporte à Realocação e às ações necessárias para fechar alguns de nossos poços de sal; (ii) a provisão do acordo de leniência com a Controladoria Geral da União (CGU) e a Procuradoria Geral da República (AGU); (iii) provisão para encerramento definitivo da planta de cloro-soda localizada em Camaçari, Bahia; e (iv) de uma maior provisão para remediação de danos ambientais.

Em 2018, a rubrica de outras receitas (despesas) líquida apresentou uma receita de R\$ 473 milhões, ante uma despesa de R\$ 479 milhões em 2017, devido a: (i) receita no montante a R\$ 337 milhões referente a multa sobre contrato de fornecimento de matéria-prima, cujo principal contrato é o de fornecimento de etano no México; e (ii) a receita de R\$ 236 milhões referente aos débitos de PIS e COFINS pagos a maior em 2017. Para mais informações sobre o reconhecimento desta receita, vide Nota Explicativa nº10 das Demonstrações Financeiras de 2018.

## EBITDA

No ano de 2019, o EBITDA recorrente da Companhia foi de US\$ 1.514 milhões, 50% inferior a 2018 explicado, principalmente, pelos menores spreads no mercado internacional, resultado do menor crescimento global



combinado com entradas de capacidades de PE nos Estados Unidos, PP e novas refinarias na Ásia, compensados parcialmente pelo maior volume de vendas de PP nos Estados Unidos e de PE do México. Em reais, o EBITDA recorrente foi de R\$ 5.936 milhões, 46% inferior a 2018.

Em 2018, a Companhia apresentou EBITDA de US\$ 3.105 milhões, 20% inferior a 2017, explicado: (i) pelo menor spread média da indústria; e (ii) pela menor taxa de operação devido a questões operacionais e greve dos caminhoneiros. Em reais, o EBITDA foi de R\$ 11.315 milhões, 8% inferior a 2019.

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro em 2019 foi uma despesa de R\$ 4.746 milhões, um aumento de 2% em relação a 2018.

Em relação às despesas financeiras da Companhia, houve aumento de 30% em relação a 2018, explicado por maiores despesas relacionadas: (i) aos juros atrelados a aplicação da nova norma IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019; (ii) ao ajuste a valor presente do acordo de leniência em função alteração do índice de correção das parcelas do Ministério Público Federal de IPCA para Selic no montante de R\$ 118 milhões; (iii) ao pagamento de prêmio devido liquidação total antecipada dos bônus com vencimento em 2020 e 2021, e parcial dos bônus com vencimento em 2022 e 2023 (breakfund costs); e (iv) a amortização dos custos de transação associados a liquidação parcial do Project Finance.

Houve aumento de 44% nas receitas financeiras ante 2018, em função: (i) do reconhecimento, e a respectiva atualização monetária, de receita referente aos débitos de PIS e COFINS apurados a maior em exercícios anteriores que totalizaram R\$ 208 milhões; e (ii) da atualização monetária do caixa bloqueado judicialmente referente a ação civil formulada pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, ambos do Estado do Alagoas, no montante de R\$ 68 milhões.

Em relação à variação cambial líquida, a despesa cambial foi 24% inferior a 2018 como resultado de uma menor depreciação do real frente ao dólar sobre a exposição líquida do resultado financeiro e da apreciação do peso mexicano frente ao dólar sobre o saldo do devedor do mútuo da Braskem Idesa no montante de US\$ 2.226 milhões em 31 de dezembro de 2019. Tais efeitos compensaram as maiores despesas com a transição do hedge accounting de exportação, que estava registrada no patrimônio líquido, no montante de R\$ 1.385 milhões na Braskem e de R\$ 267 milhões na Braskem Idesa.

Em 2018, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 4.651 milhões, 18% superior a 2017. As despesas financeiras apresentaram redução de 20% em relação a 2017, período em que as “Outras Despesas” foram impactadas em R\$ 471 milhões pela liquidação antecipada de operações de derivativos. As receitas financeiras no ano foram inferiores à 2017 em 2%, influenciadas pela redução da taxa de juros básica do Brasil. As variações cambiais líquidas, quando comparadas a 2017, foram impactadas pela depreciação do real no período sobre a exposição líquida do resultado financeiro não designado para hedge accounting, e pela despesa com a transição do hedge accounting de exportação, que estava represada no patrimônio líquido, no montante de R\$ 1.023 milhões na Braskem e R\$ 237 milhões na Braskem Idesa.

## LUCRO/PREJUÍZO

A Companhia registrou prejuízo atribuível aos acionistas de R\$ 2.798 milhões em 2019, em função da provisão contábil no montante de R\$ 3.383 milhões referente à implementação do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, das ações para fechamento de determinados poços de sal da Companhia e do Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais combinado ao impacto negativo da depreciação do real frente ao dólar sobre a exposição líquida da Companhia não designada para hedge accounting.

Em 2018, a Companhia apresentou lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 2.867 milhões, enquanto em 2017 esse valor foi de R\$ 4.083 milhões.

## GERAÇÃO LIVRE DE CAIXA

A geração livre de caixa no ano de 2019 foi de R\$ 3.108 milhões, 56% inferior a 2018, em função da queda do EBITDA e do pagamento de juros atrelados a liquidação antecipada total/parcial de alguns bônus da Companhia (breakfund costs), compensados parcialmente por: (i) queda no contas a receber, resultado de menores volumes de vendas e de preços dos produtos vendidos; (ii) menores estoques de matérias-primas e de produtos acabados; (iii) maior compra de nafta importada com prazo de pagamento alongado; (iv) monetização de R\$ 281 milhões do saldo de PIS/COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS); (v) recebimento de adiantamento de clientes relacionados à venda futura de produtos químicos no mercado brasileiro e à exportação futura de PE e PP; e (vi) menor pagamento de IR/CSLL no Brasil e nos Estados Unidos.

Em 2018, a Companhia apresentou geração líquida de caixa de R\$ 7 bilhões, 187% superior a 2017, explicada principalmente: (i) pela variação positiva do capital de giro operacional; (ii) pela depreciação do real frente ao dólar; (iii) pelo menor pagamento de imposto de renda nos Estados Unidos em dólares; e (iv) pelo menor pagamento de juros após a liquidação antecipada de dívidas em reais com custo mais elevado incluindo o pré-pagamento parcial do bond perpétuo. Neste cenário, o retorno sobre o fluxo de caixa livre foi de 19%.

**(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.**

As informações relacionadas a este item 10.2(c) encontram-se descritas no item 10.2(a) (ii) desta proposta da administração.

### 10.3 Eventos com Efeitos Relevantes, Ocorridos e Esperados, nas Demonstrações Financeiras

#### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não ocorreu a introdução ou alienação de segmento operacional.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em abril de 2018, a Companhia recebeu o montante de R\$ 81 milhões (já corrigidos monetariamente) referente ao saldo remanescente dos R\$ 100 milhões previstos pela venda das controladas Quantiq Distribuidora Ltda e IQAG Armazéns Gerais Ltda. realizada em 2017. A diferença entre o valor previsto atualizado e o montante recebido foi reconhecido no 2º trimestre de 2018 na rubrica “Outras receitas (despesas) líquidas”, no montante de R\$ 20 milhões, conforme ajustes previsto em contrato.

**c) Eventos ou operações não usuais**

**Fenômeno Geológico - Alagoas**

Há um fenômeno geológico ocorrendo em quatro bairros da cidade de Maceió, Estado de Alagoas (Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto), que estão localizados ou em área próxima aos poços de extração de sal-gema anteriormente operados pela Braskem.

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) divulgou relatório sobre o evento, indicando que as causas estariam relacionadas às atividades de exploração de sal-gema pela Braskem. Esse fenômeno geológico de causa desconhecida está sendo investigado pelas autoridades competentes, que necessitam de uma série de estudos para concluir a análise. Diante da instabilidade ocorrida nos bairros e risco aos moradores da região, em 9 de maio de 2019, a Braskem decidiu paralisar as atividades de extração de sal-gema e a operação da fábrica de cloro-soda e dicloreto.

A Companhia realizou e vem realizando, com o apoio de instituições independentes e especialistas nacional e internacionalmente renomados, uma série de estudos focados: (i) no entendimento das causas do fenômeno geológico; e (ii) na análise da situação dos poços. Referidos estudos vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração (ANM), que mantém diálogos constantes com a Companhia.

Em 14 de novembro de 2019, a Braskem apresentou à ANM medidas para encerramento definitivo das atividades de extração de sal em Maceió, com o fechamento dos seus poços. Também, propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinados poços como medidas de precaução e proteção às pessoas afetadas da região. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG) da Alemanha, referência internacional em geomecânica de poços de sal, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil e demais autoridades.

Em 31 de dezembro de 2019, com base em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração as informações existentes, diálogo com autoridades e melhor estimativa dos gastos para as diversas medidas de segurança aos moradores da região, a Companhia registrou provisão no montante de R\$ 3.383.067, sendo R\$ 1.450.476 no passivo circulante e R\$ 1.932.591 no passivo não circulante. Devido a



inerente mudança de premissas relacionadas às provisões decorrente de novos fatos e circunstâncias, do tempo de execução e extensão dos planos de ação, dos resultados de estudos futuros dos especialistas e desfecho de ações judiciais em curso, a provisão pode sofrer atualizações ao longo do tempo para refletir o desenvolvimento do tema.

As principais naturezas da provisão decorrem de:

**a)** Apoio na desocupação e compensação dos moradores das Áreas de Risco, conforme Termo de Acordo celebrado com Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública Estadual (DPE), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública da União (DPU): seguem abaixo maiores detalhes do Acordo firmado, bem como da Área de Resguardo, delimitada a partir da ampliação do raio das minas com anomalias, identificadas através de sonares.

Provisão registrada no montante de R\$ 1.725.410 compreende gastos relacionados a ações como:

- Desocupação, auxílio aluguel, transporte de mudanças e guarda volume de mobiliários; e
  - Negociação de acordos individuais para compensação de moradores afetados.
- b)** Ações para fechamento e monitoramento dos poços de sal: com base no resultado de sonares e estudos geomecânicos, a Braskem planejou ações de estabilização e monitoramento para todos os 35 poços de extração de sal existentes:
- Para 4 deles, a recomendação é de enchimento com sólidos, processo que deve durar cerca de 3 anos;
  - Para os 31 poços restantes, as ações recomendadas são de fechamento convencional, confirmação do status de preenchimento natural e monitoramento;
  - Para 15 poços, incluindo os 4 que serão preenchidos com sólidos, a recomendação é de criação de área de resguardo no entorno e monitoramento.

O total de gastos estimado para implementação dessas medidas nos 35 poços é de R\$ 1.011.696, cálculo feito com base nas técnicas existentes e possíveis soluções para as condições atuais dos poços, o que pode ser futuramente alterado de acordo com novos estudos e alterações naturais na estrutura dos poços ao longo do tempo.

Outras medidas não contempladas no Acordo compreendem: (i) ações referentes aos Instrumentos de Cooperação Técnica firmados com a Defesa Civil, (ii) assuntos classificados como obrigação presente para a Companhia, ainda que não formalizadas; e (iii) gastos com contratação de assessores externos e especialistas para elaboração de estudos para entendimento do fenômeno geológico e apoio na execução das ações recomendadas nos estudos. Os gastos estimados e incluídos na provisão contábil, relacionados a

estas medidas adicionais, somam R\$ 645.961, e também podem sofrer alterações na medida em que os estudos e ações na região avancem.

Todas as obrigações assumidas no Termo não importam em reconhecimento de culpabilidade ou responsabilidade da Companhia pela desocupação das pessoas das áreas de risco. A Braskem seguirá colaborando com as autoridades, com apoio de especialistas independentes, na identificação das causas dos eventos geológicos e na implementação de ações que tragam segurança à comunidade dos bairros afetados.

A Companhia está em tratativas com as seguradoras sobre a cobertura das suas apólices de seguro. Essas tratativas estão em um estágio inicial. Portanto, o pagamento de indenizações dependerá da avaliação de cobertura dos seguros dessas apólices. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização foi reconhecida nas demonstrações financeiras da Braskem.

Outras informações e valores envolvidos referente ao fenômeno ora tratado, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2019.

### **Acordo de Leniência**

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou especialistas em investigação interna para conduzirem uma investigação independente e reportarem os seus resultados. A Companhia cooperou e segue cooperando com autoridades públicas de diversas jurisdições, inclusive com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) e a Procuradoria Geral da Suíça (OAG).

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (Acordo MPF) e com as autoridades dos Estados Unidos e Suíça (Acordo Global), no valor aproximado de US\$ 957 milhões (aproximadamente R\$ 3,1 bilhões à época).

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 10 de julho de 2018 e fato relevante divulgado em 27 de maio de 2019, a Companhia se engajou em processo de cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), que culminou com a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades em 31 de maio de 2019 (Acordo CGU/AGU e, em conjunto com o Acordo Global, denominados simplesmente Acordos).

O Acordo CGU/AGU trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global firmado em dezembro de 2016 e prevê um desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Atendendo à solicitação da Companhia e do MPF, a Justiça Federal homologou a destinação de recursos do Acordo MPF para pagamento do Acordo CGU/AGU. As parcelas vincendas do Acordo MPF aproveitarão ao Acordo CGU/AGU e passarão a serem corrigidas pela taxa SELIC, a partir da



assinatura do Acordo CGU/AGU. O desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões será pago em duas parcelas anuais ao final do cronograma de pagamentos do Acordo MPF, nos anos de 2024 e 2025.

AGU, CGU e MPF concordaram em destinar a maior parte dos valores recebidos com base nos Acordos para a reparação das vítimas dos atos ilícitos, inclusive outras autoridades e entes públicos, e a empreender gestões perante esses terceiros com os quais a Braskem venha a iniciar tratativas em relação aos fatos objetos dos Acordos, com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade.

As informações completas sobre o tema estão divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2019.

Em 2018, não houve operações não recorrentes que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia consolidada.

Em 2017, não houve operações não recorrentes que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia consolidada.

#### **10.4 Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor**

##### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

###### **IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Leases (Arrendamentos)**

A Companhia utilizou para sua transição a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, não há rerepresentações de informações e saldos em base comparativa.

Após a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos passaram a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. Cada pagamento é alocado entre o passivo de arrendamento e o custo financeiro. O custo financeiro do passivo de arrendamento é registrado no resultado durante o prazo executável do contrato, utilizando uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. O direito de uso do ativo é depreciado pelo método linear considerando o período menor entre a vida útil do ativo e o prazo executável do contrato.

Ao determinar o prazo executável do arrendamento a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou não exercer a opção de término antecipado.

Na adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento em relação aos contratos anteriormente classificados como “arrendamentos operacionais” de acordo com a IAS 17 / CPC

06 (R1). Até as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2018, os pagamentos destes arrendamentos, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador, eram reconhecidos no resultado durante o período do contrato.

Para os arrendamentos anteriormente classificados como “arrendamentos financeiros” a Companhia reconheceu o ativo e o passivo de arrendamento considerando o valor imediatamente antes da data da aplicação inicial.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a principal mudança nas práticas contábeis da Companhia decorre da metodologia de cálculo da redução no valor recuperável (impairment) de acordo com o CPC48 / IFRS 9, cujo impacto foi uma redução de R\$ 9,4 milhões, líquido de impostos.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017.

#### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os efeitos das alterações estão demonstrados na Nota Explicativa nº 2.3(a) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019 referem-se à adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Leases (Arrendamentos), descrito no item 10.4(a) desta proposta da administração.

#### **c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

##### **Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2019**

*O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.*

##### **Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2018**

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.

##### **Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2017**

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.

#### **10.5 Políticas Contábeis Críticas**

Consideram-se políticas contábeis críticas quando estas exigem que a Administração faça estimativas, julgamentos e defina premissas baseadas na experiência histórica que possam afetar os valores reportados nas demonstrações financeiras.



Destacam-se as seguintes políticas críticas que exigem julgamentos subjetivos ou complexos que afetam o resultado:

### **Aplicação de julgamentos e estimativas críticas**

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se a:

- a) Nota Explicativa nº 14.b das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019 – Arrendamento mercantil: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação do prazo do arrendamento;
- b) Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019 – Provisão de gastos do evento geológico em Alagoas: determinação das ações e medidas para fechamento e monitoramento de poços com base nas técnicas existentes e possíveis soluções considerando tecnologia atualmente disponível.

### **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício referem-se a:

- a) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSL) diferidos

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios que anualmente é preparado pela Diretoria e submetidas à aprovação



do Conselho de Administração. Esse plano tem como principais variáveis projeções para os preços dos produtos fabricados pela Companhia, os preços das matérias-primas, crescimento do produto interno bruto de cada país onde a Companhia atua, variação cambial, taxa de juros, taxa de inflação e a flutuação na oferta e demanda de insumos e produtos acabados. Essas projeções são realizadas com base em consultorias externas especializadas e no desempenho histórico da Companhia e no planejamento estratégico.

As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 22(c) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

b) Vida útil de ativos

A Companhia reconhece a depreciação e a exaustão de seus ativos tangíveis e dos intangíveis com vida útil estimada referendada pelos técnicos da Companhia com experiência na gestão das plantas da Braskem. As vidas úteis dos ativos são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o nível de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que: (i) a depreciação deve cobrir o valor total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, apresentam valor de venda próximo ao valor residual dos bens; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

As vidas úteis aplicadas aos bens determinaram as seguintes taxas médias (%) de depreciação e exaustão: As informações sobre o ativo imobilizado estão apresentadas na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

c) Análise e teste de recuperabilidade

Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Anualmente, ou quando houver alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise para determinar se existem indicadores de que o saldo contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida poderá não ser recuperável. Essa análise é efetuada para verificar se existem cenários que poderiam impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia e a consequente recuperação dos valores investidos nestes ativos. Esses cenários são derivados de questões macroeconômicas, de ordem legal, concorrencial ou tecnológica.



A Companhia considera como pontos relevantes e que são observados nessa análise: (i) possibilidade de excesso de oferta dos produtos fabricados pela Companhia ou de redução significativa da demanda em razão de fatores econômicos adversos; (ii) perspectiva de oscilações relevantes nos preços dos produtos e insumos; (iii) possibilidade do surgimento de novas tecnologias ou matérias-primas que possam reduzir significativamente o custo de produção e, por decorrência, impactar o preço de venda levando, em última análise, à obsolescência de todo ou parte do parque industrial da Companhia; e (iv) mudanças no ambiente regulatório, de forma geral, que inviabilizem o processo produtivo da Braskem ou que impactem de maneira significativa a comercialização dos seus produtos. Para essa análise, a Companhia conta com equipe própria que tem uma visão estratégica do negócio, além de manter contato permanente com consultores externos. Caso as variáveis citadas indiquem riscos significativos para a geração de caixa, a Administração da Braskem faz o teste de recuperabilidade nos moldes descritos na Nota Explicativa nº 3.2.3(b) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

Os ativos da Companhia são agrupados inicialmente em segmentos operacionais que seguem uma lógica de linha de produtos e local de produção, representada pelos segmentos reportáveis divulgados na Nota Explicativa nº 36 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ao identificar se as entradas de caixa provenientes de um ativo (ou grupo de ativos) são, em grande parte, independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos (ou grupos de ativos), a entidade considera vários fatores, tais como: linhas de produto, localidades individuais e a maneira como a Administração toma decisões sobre a continuidade das operações da entidade.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia revisou e alterou a forma como seus ativos estão agrupados em UGCs, a fim de preservar o conceito de independência de entradas de caixa entre cada UGC e outros ativos da Companhia, além de favorecer uma melhor apresentação das demonstrações financeiras.

Como resultado da revisão, os ativos passaram a ser agrupados de acordo com as seguintes UGCs:

Brasil:

- UGC Polo petroquímico Nordeste (Polo NE): representada pelos ativos das plantas de eteno, PE, PVC e Cloro soda localizadas na região Nordeste;
- UGC Polo petroquímico Sul (Sul): representada pelos ativos das plantas de eteno, propeno, PE e PP, localizadas na região Sul;
- UGC Polo petroquímico Rio de Janeiro (Polo RJ): representada pelos ativos das plantas de eteno, propeno, PE e PP, localizadas no estado do Rio de Janeiro;
- UGC Polo petroquímico São Paulo (Polo SP): representada pelos ativos das plantas de eteno e PE, localizadas nos municípios de Santo André e Cubatão;
- UGC Paulínia: representada pelos ativos da planta de PP; e
- UGC ABC, região da Grande São Paulo: representada pelos ativos da planta de PP.

Estados Unidos e Europa:

- UGC EUA: representada pelos ativos das plantas de PP localizadas nos Estados Unidos; e
- UGC Europa: representada pelos ativos das plantas de PP localizadas na Alemanha.

México:

- UGC México: representada pelos ativos das plantas de eteno e PE localizadas no México.

Ativo intangível com vida útil indefinida

Os saldos dos ágios de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios são testados anualmente para fins de mensuração da recuperabilidade. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Esses testes são fundamentados na projeção de geração de caixa em cada UGC ou grupos de UGCs, extraída do plano de negócios de 5 anos da Companhia, mencionado na Nota Explicativa nº 3.2.1 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019, e do plano da Administração para período

superior a 5 anos para refletir padrões de ciclo do setor dos produtos. Também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo. Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Os ágios de rentabilidade futura estão apresentados na Nota Explicativa nº 13 (a) e (b) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019. Na referida nota explicativa também estão apresentados os resultados do teste de impairment.

d) Contingências

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judicial e administrativa decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A Administração da Braskem, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, em que a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

(a) Processos tributários e previdenciários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido dos devidos encargos; e

(b) Processos trabalhistas e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado, acrescido dos devidos encargos.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota e menor que a provável. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, ressalvados os casos derivados de combinação de negócios, a Companhia não faz provisão e destaca os de maior relevância na Nota Explicativa nº 24.2 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

Nas operações de combinação de negócios, atendendo ao disposto no CPC 15 e IFRS 3, a Companhia registra o valor justo dos processos com essa avaliação de perda. O valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic, multiplicado pelo percentual de probabilidade de perda.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia,



sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementados no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

As contingências da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

e) Provisão de gastos – Evento geológico em Alagoas

A provisão registrada decorre de ações e medidas de segurança com base em estudos e tratativas com as autoridades competentes conforme Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco (Termo), divulgado na Nota Explicativa nº 26.1 (i) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

As ações para fechamento e monitoramento de poços e apoio na desocupação de moradores da área de resguardo envolvem diversas estimativas na determinação dos gastos futuros para implementação dessas medidas. Portanto, fatores como o tempo de execução dos planos de ação, resultados de estudos futuros dos especialistas, alterações na estrutura dos poços, desfecho de ações judiciais em curso, entre outros, podem resultar em impacto material no valor da provisão.

f) Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principais fontes de dados as bolsas de valores de mercadorias e futuros, divulgações do Banco Central do Brasil e serviços de cotações, a exemplo de Bloomberg e Reuters. Deve-se ressaltar que a volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil vem causando mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros em períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor justo dos swaps e outros instrumentos financeiros.

Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e de títulos não listados em bolsa de valores não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Companhia.

As informações sobre os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.



## Hedge accounting

A Controladora designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira para a proteção do fluxo de caixa futuro gerado pelas suas exportações. Esta decisão foi baseada em dois conceitos e julgamentos importantes: (i) a realização de exportações previstas em seu plano de negócios, que são inerentes ao mercado e negócio em que atua, e (ii) a capacidade da Companhia de refinar seus passivos em dólar, uma vez que faz parte do direcionamento e estratégia da Companhia o financiamento prioritário em dólar e está previsto na Política Financeira da Companhia a manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em dólares.

A controlada Braskem Idesa designou a totalidade do financiamento obtido junto a instituições financeiras para a construção da sua planta industrial para a proteção de parte das vendas que serão realizadas na mesma moeda do financiamento, o dólar norte-americano. A estimativa das vendas está contemplada no projeto que foi apresentado aos bancos/financiadores que, devido à consistência das projeções, concederam à Braskem Idesa um financiamento que deverá ser pago exclusivamente com o caixa a ser gerado por essas vendas. Todas as considerações comerciais do projeto foram amparadas por estudos de mercado realizados por consultorias especializadas durante a análise da sua viabilidade.

Todas as operações de hedge da Companhia estão de acordo com os procedimentos e práticas contábeis adotadas pela Braskem e, trimestralmente, são realizados testes de efetividade para cada operação, comprovando a efetividade da sua estratégia de hedge.

A Companhia determinou que o objeto de hedge, tanto para a Controladora como para a controlada Braskem Idesa, será caracterizado pelas primeiras vendas em dólar realizadas em cada trimestre até atingir o montante designado em cada período (Notas Explicativas nº 20.4(a.i) e nº 20.4(a.ii) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019, respectivamente). Os passivos designados para hedge estarão alinhados com a agenda de vencimento do hedge e com a estratégia financeira da Companhia.

De acordo com a Política Financeira, a Companhia pode contratar derivativos financeiros (swaps, NDFs, opções etc.) para se proteger da volatilidade no resultado financeiro decorrente de variações de moedas e taxas. Estes derivativos podem ser designados para hedge accounting de acordo com o julgamento da Administração e quando for esperado que a designação proporcione uma melhora relevante na demonstração do efeito compensatório sobre as variações dos itens objeto de hedge. Atualmente, a Companhia possui derivativos designados para hedge accounting de fluxo de caixa divulgados na Nota Explicativa nº 20.3 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2019.

## **10.6 Itens Relevantes Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras**

***a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***



No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 10.7 Comentários sobre Itens Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

**b) Natureza e o propósito da operação**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

**c) Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

### 10.8 Plano de Negócios

**a) Investimentos**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O plano de negócios da Companhia é construído com base nos seguintes objetivos estratégicos: (i) buscar melhorias contínuas em produtividade e competitividade na operação atual, com foco em eficiência operacional e liderança em custo; (ii) diversificar o perfil de matéria-prima, aumentando a exposição ao gás e mantendo a flexibilidade de ativos; (iii) ampliar o footprint global fora do Brasil, com ganhos de escala em PE e PP, reforçando nossa liderança nas Américas; e (iv) fortalecer a imagem e reputação da Braskem, perante integrantes, sociedade e investidores, através de avanços em conformidade, sustentabilidade, inovação e gestão de pessoas.

Alinhado com estes objetivos, a Companhia desembolsou R\$ 2.776 milhões em investimentos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

#### Investimentos Operacionais 2019:

O investimento realizado foi de R\$ 1.873 milhões, 17,4% abaixo do previsto, devido à estratégia de otimização de capital da Companhia e cancelamento/postergação de projetos. Em dólares, o desembolso ficou 22,5% inferior ao estimado, explicado pela depreciação do real ante a expectativa do câmbio para o ano de 2019. Os maiores investimentos foram realizados nas paradas programadas da central petroquímica da Bahia, no Brasil, e da planta de La Porte, nos Estados Unidos.

#### Investimentos Estratégicos 2019:

O investimento em projetos estratégicos totalizou R\$ 903 milhões, 13,7% abaixo do previsto quando mensurado em reais. Os recursos foram direcionados para os projetos de: (i) construção da nova planta de PP nos Estados Unidos, que somou R\$ 678 milhões (US\$ 173 milhões), representando 75,1% do total investido em projetos estratégicos; (ii) upgrade de infraestrutura elétrica na planta de Neal, nos Estados Unidos; (iii) modernização do sistema elétrico no polo petroquímico do ABC; e (iv) retomada da produção de cloro-soda, em Maceió, através da aquisição de sal marinho.

#### Investimentos 2020

O investimento previsto para ser realizado ao longo de 2020 pela Braskem é de R\$ 3.010 milhões (US\$ 721 milhões). A Braskem Idesa deverá investir R\$ 94 milhões (US\$ 22 milhões) ao longo de 2020 em projetos relacionados a eficiência operacional, como o projeto de importação de etano, manutenção, produtividade e SSMA.

#### **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia busca atender o seu plano de investimentos, preferencialmente, com linhas de financiamento contratadas junto a agentes governamentais (inclusive instituições financeiras de fomento), nacionais e internacionais (tais como aquelas descritas no item 10.1(f) desta proposta da administração), uma vez que estes agentes, regra geral, oferecem condições menos onerosas à Companhia. Os investimentos que não são elegíveis para estas fontes de financiamento serão custeados por: (i) fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais da Companhia; ou por (ii) outras fontes como, por exemplo, empréstimos e financiamentos (tais como aqueles descritos em todos os demais subitens do item 10.1(f) desta proposta da administração).

#### **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há processo de desinvestimentos relevante em andamento e/ou previsto.



**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há processo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

**c) novos produtos e serviços**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas e (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o portfólio de Inovação e Tecnologia contemplava 258 projetos para o desenvolvimento de novos produtos e processos.

Uma parte relevante do valor do pipeline está representada por projetos de longo prazo e maior complexidade tecnológica, divididos em programas para desenvolvimentos de novas tecnologias, a criação de novas famílias de produtos e a conquista de novos mercados.

A importância do programa de inovação na Braskem e de seu pipeline também se reflete no resultado de lançamento de novos produtos de Poliolefinas em todas as regiões onde cerca de 16% do volume de vendas consolidadas são de produtos lançados nos últimos cinco anos. Em 2019, 21 novos grades de resinas foram adicionados ao seu portfólio, dentre os quais se destacam:

- O lançamento do PP RF70 é a nova solução da Braskem para uso em filme stretch produzida em multicamadas, conferindo um ótimo balanço de propriedades com benefícios para toda a cadeia de valor. Esta resina RF 70 pode ser usada em filmes convencionais de polipropileno, propiciando melhor comportamento de selagem na aplicação final e ótimas propriedades óticas.
- Evolução do portfólio de PEAD para o melhor atendimento ao mercado de agroquímicos, com o lançamento de diversas resinas com maior resistência química que são transformadas por extrusão-sopro. Por exemplo a resina HD4507UV para os grandes contêineres de 1.000 litros chamados IBC (Intermediate Bulk Container), HS5103 para os tambores de 200 litros e as resinas Rigeo GF4950HS e Rigeo HD1053H para as bombonas de 5, 10 e 20 litros.
- Uma nova família de produtos chamada Medcol foi lançada durante a Feira K, evento que aconteceu em Dusseldorf na Alemanha. Os grades Medcol foram desenvolvidos e são produzidos com os mais altos padrões de qualidade para atender o segmento de healthcare na Europa. Os produtos lançados são Medcol V4020, V4080, V4081 e V1070.

No ano, destacam-se ainda algumas das conquistas da área de Inovação & Tecnologia:

- Foram depositados 34 novos pedidos de patentes e 152 extensões. Atualmente a Companhia tem 652 documentos ativos, dos quais 282 com patentes concedidas;
- Quanto aos ativos dedicados a pesquisa e desenvolvimento, destacam-se:



- Investimentos superiores a R\$ 8 milhões no Centro de Tecnologia e Inovação (CTI) em Triunfo/RS, R\$ 2,9 milhões no CTI de Pittsburgh (EU) com o objetivo automação dos laboratórios, visando não só o aumento de produtividade, mas também o acesso a novas tecnologias. Foram instalados sistemas robotizados que aumentam a eficiência e precisão dos resultados e instalados sistemas automatizados em equipamentos para determinação de densidade, cujos principais benefícios são a redução de riscos ergonômicos e aumento de produtividade;
- O Projeto Eagle lançou um novo sistema de gestão das informações dos laboratórios, o LIMS-Laboratory Information Management System. O novo sistema também contempla o uso de um caderno eletrônico ELN-Electronic Lab Notebook, o qual permite o registro das pesquisas e inovações realizadas. Participaram do projeto integrantes de todos os laboratórios de I&T e Serviço Técnico da Braskem, incluindo Alemanha, Estados Unidos, México e Brasil, assim como integrantes das áreas de TI, Suprimentos, Jurídico e Digital;
- Apoio a 513 Clientes no nosso centro de tecnologia em Triunfo (Brasil), com mais de 50 mil análises. Em Pittsburgh (EUA), 16 mil análises foram realizadas para 57 Clientes em Pittsburgh (EUA);
- Avanço nas pesquisas em renováveis em Campinas, com foco em provas de conceito de rotas fermentativas para produção de solventes e plásticos de origem verde, a fim de substituir os petroquímicos utilizados hoje em dia. Além disso, houve também, na Dinamarca, a operação de uma planta em escala de demonstração de uma rota catalítica para produção de monômeros do PET a partir do açúcar. Estes projetos estão intimamente relacionados com a proposta de economia circular no início da cadeia de valor e sustentabilidade, buscando desenvolver produtos que contribuam para a captura de CO2 e reduzam a dependência de matéria-prima fóssil;
- A construção do novo prédio de mais de 4 mil m<sup>2</sup> de área em Triunfo/RS encontra-se em andamento, sendo que a infraestrutura civil e metálica está pronta. O investimento de aproximadamente R\$ 50 milhões no Centro de Tecnologia e Inovação da Braskem irá receber novos equipamentos e laboratórios nos quais serão desenvolvidas e testadas tecnologias para a fabricação de resinas termoplásticas em todo o mundo. A obra é um incentivo à inovação: o uso de materiais plásticos na construção foram identificados. São soluções que levam em conta a economia, a durabilidade, resistência e a versatilidade dos materiais;
- Início da construção em Pittsburgh (EUA) de 9 novos laboratórios de catálise. A construção será finalizada no segundo trimestre de 2020 com uma área construída de 640 m<sup>2</sup>. O custo total de construção está projetado para USD\$10 MM. Estes novos laboratórios irão apoiar pesquisas com foco tanto nos negócios de químicos quanto de poliolefinas. Eles terão laboratórios de desenvolvimento de catálise, de químicos, especialidades, polietileno, ciência dos polímeros e darão apoio a equipe de analítica; e
- Foi finalizada a avaliação de possíveis modelos de negócio e tecnologias para manufatura aditiva, e criamos um novo negócio cuja missão é gerar nova receita através do fornecimento de materiais



prontos para impressão 3D na forma de filamentos e pós. Avançamos no desenvolvimento de 5 novos produtos baseados em PP, PVC, bio-based PE e bio-based EVA, para atender a demanda por produtos de poliolefinas e vinílicos para impressão 3D via processos de Fabricação de Filamentos Fundidos (FFF) e Sinterização Seletiva a Laser (SLS).

- (ii) *montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços e*
- (iv) *montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Nos três últimos exercícios sociais, o montante total gasto pela Companhia foi o seguinte:

Exercício social encerrado em			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com P&D	R\$ 248 milhões	R\$ 200 milhões	R\$ 167 milhões
Investimento em P&D	R\$ 68 milhões	R\$ 44 milhões	R\$ 23,1 milhões
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 244 milhões</b>	<b>R\$ 244 milhões</b>	<b>R\$ 190,1 milhões</b>

## 10.9 Outros Fatores Com Influência Relevante

Não aplicável.



**BRASKEM S.A.**  
**C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70**  
**N.I.R.E. 29300006939**  
*Companhia Aberta*

**ANEXO II**  
**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.**  
**A SER REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020**

*Indicação de candidatos indicados pela Odebrecht e pela Petrobras para ocupar cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, nos termos do artigo 10, inciso I, da IN CVM 481*

**12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo indicado	Data de posse	Foi indicado pelo controlador	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					Percentual de participação nas reuniões (%)
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA	04/12/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 2º mandato



**CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo indicado	Data de posse	Foi indicado pelo controlador	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					Percentual de participação nas reuniões (%)
299.637.297-20	Engenheiro	Presidente de Conselho de Administração	29/05/2020	Sim	3
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					100%
<b>ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA</b>	18/07/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 3º mandato
520.609.346-72	Engenheiro Civil	Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	79
Faz parte do Comitê de Pessoas e Organização da Companhia, como membro efetivo.					0%
<b>JOÃO COX NETO</b>	02/05/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 3º mandato
239.577.781-15	Economista	Vice Presidente do Conselho de Adm. (Efetivo)	29/05/2020	Não	79
Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo (Coordenador).					94,9%
<b>MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ</b>	19/10/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 1º mandato
095.598.217-09	Advogada	Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Não	0
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%
<b>JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA</b>	13/08/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 2º mandato
546.600.417-00	Economista	Conselho de Administração (Efetivo)	29/05/2020	Sim	26
Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo (Coordenador).					100%
<b>MARCELO MANCINI STELLA</b>	11/01/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 3º mandato
110.902.258-14	Engenheiro de Produção	Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	79
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%

**CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo indicado	Data de posse	Foi indicado pelo controlador	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					Percentual de participação nas reuniões (%)
<b>DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES</b>	18/01/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 1º mandato
086.809.277-08	Economista e Advogado	Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Não	0
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%
<b>ROBERTO FALDINI</b>	06/09/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 2º mandato
070.206.438-68	Administrador de empresas	Conselho de Administração (Efetivo)	29/05/2020	Sim	26
Faz parte do Comitê de Pessoas e Organização da Companhia, como membro efetivo.					100%
<b>ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES</b>	10/11/1956	Pertence ao Conselho de Administração e à Diretoria	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 2º mandato
141.330.245-91	Engenheiro Mecânico	Outros Conselheiros / Diretores - Conselho de Administração (efetivo)	29/05/2020	Sim	23
Faz parte da Diretoria da Companhia como Diretor Presidente e do Comitê de Estratégia e Comunicação como membro efetivo					100%
<b>JOSÉ MARCELO LIMA PONTES</b>	31/03/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 2º mandato
016.121.743-53	Jornalista	Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	3
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					100%
<b>ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA</b>	11/06/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 2º mandato
889.539.205-15	Advogado	Conselho de Administração (Efetivo)	29/05/2020	Sim	8
Faz parte do Comitê de Estratégia e Comunicação da Companhia, como membro efetivo (Coordenador).					100%
<b>GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO</b>	17/05/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 3º mandato
013.784.028-47	Economista	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/05/2020	Sim	61

**CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo indicado	Data de posse	Foi indicado pelo controlador	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					Percentual de participação nas reuniões (%)
Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo.					97,6%
<b>MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA</b>	21/08/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 2º mandato
786.634.075-72	Economista	Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	26
Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo.					0%
<b>PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA</b>	01/03/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 3º mandato
726.224.745-04	Advogado	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/05/2020	Sim	61
Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo.					90,2%
<b>LAURO MARCOS MUNIZ BARRETTO COTTA</b>	21/10/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 1º mandato
495.608.167-72	Engenheiro Civil	Conselho de Adm(Efetivo)	29/05/2020	Não	0
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%
<b>JULIO SOARES DE MOURA NETO</b>	20/03/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 2º mandato
033.409.377-53	Oficial da Marinha do Brasil	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/05/2020	Não	26
Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo.					96,2%
<b>ANDREA DA MOTTA CHAMMA</b>	10/09/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 1º mandato
125.668.815-55	Administradora de Empresas	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/05/2020	Não	0
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%
<b>GUILHERME SIMÕES DE ABREU</b>	26/09/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 1º mandato

**CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo indicado	Data de posse	Foi indicado pelo controlador	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					Percentual de participação nas reuniões (%)
065.800.095-00	Administrador de Empresas	Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	0
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%
<b>GUILHERME DUARTE ABUD</b>	12/03/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/05/2020	2 ANOS (até AGO 2022)	A indicação é para o 1º mandato
312.584.388-01	Advogado	Conselho de Administração (Suplente)	29/05/2020	Sim	0
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%

**CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL**

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo indicado	Data de posse	Foi indicado pelo controlador	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					Percentual de participação nas reuniões (%)
<b>ISMAEL CAMPOS DE ABREU</b>	14/08/1955	Conselho Fiscal	29/05/2020	1 ANO	A indicação é para o 18º mandato
075.434.415-00	Contador	C.F. (Efetivo) Eleito p/ Controlador	29/05/2020	Sim	13
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					100%
<b>GILBERTO BRAGA</b>	08/10/1960	Conselho Fiscal	29/05/2020	1 ANO	A indicação é para o 4º mandato
595.468.247-04	Economista	C.F. (Efetivo) Eleito p/ Controlador	29/05/2020	Sim	13
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					92%
<b>CARLOS ALBERTO RECHELO NETO</b>	06/05/1978	Conselho Fiscal	29/05/2020	1 ANO	A indicação é para o 3º mandato
262.997.388-39	Engenheiro	C.F. (Efetivo) Eleito p/ Ordinarias	29/05/2020	Não	13



Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo indicado	Data de posse	Foi indicado pelo controlador	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					Percentual de participação nas reuniões (%)
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					100%
<b>IVAN SILVA DUARTE</b> 611.242.065-15	11/10/1973 Contador	Conselho Fiscal C.F. (Suplente) Eleito p/ Controlador	29/05/2020 29/05/2020	1 ANO Sim	A indicação é para o 5º mandato 13
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%
<b>AMÓS DA SILVA CANCIO</b> 991.201.867-20	30/08/1972 Contador	Conselho Fiscal C.F. (Efetivo) Eleito p/ Ordinárias	29/05/2020 29/05/2020	1 ANO Não	A indicação é para o 1º mandato 0
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%
<b>HERBERT LUIZ DE ARAÚJO GUIMARÃES</b> 080.503.857-44	25/09/1978 Engenheiro de Produção	Conselho Fiscal C.F. (Suplente) Eleito p/ Ordinárias	29/05/2020 29/05/2020	1 ANO Não	A indicação é para o 1º mandato 0
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%
<b>TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO</b> 951.929.135-00	28/04/1978 Adm. de Empresas	Conselho Fiscal C.F. (Suplente) Eleito p/ Controlador	29/05/2020 29/05/2020	1 ANO Sim	A indicação é para o 3º mandato 13
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%
<b>RAFAEL MENEZES PERES</b> 094.006.847-89	23/01/1982 Contador	Conselho Fiscal C.F. (Suplente) Eleito p/ Ordinárias	29/05/2020 29/05/2020	1 ANO Não	A indicação é para o 1º mandato 0
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					0%

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

**JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA - 299.637.297-20**

O Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha está sendo indicado como membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. José Mauro é membro do Conselho de Administração da Odebrecht S.A., desde outubro de 2019, e da Oi S.A., desde setembro de 2018, tendo anteriormente atuado como Presidente do Conselho de Administração da Oi S.A. desde 2009. O Sr. José Mauro iniciou a sua carreira como funcionário do BNDES, onde exerceu diversas funções e ocupou diversos cargos executivos (de 1974 a 1990), tendo sido também nomeado Diretor (de 1991 a 1998) e Vice-Presidente, responsável pelas áreas de Operações Industriais, Jurídica e Assuntos Fiscais (de 1998 a 2002). Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Membro titular do Conselho de



Administração da Telemar Participações S.A. (de 2008 até a incorporação da Telemar Participações S.A., em setembro de 2015); (ii) Membro Titular do Conselho de Administração da Vale S.A. (de 2010 a abril de 2015); (iii) Diretor Presidente interino da Oi S.A., em 2013; (iv) Presidente do Conselho e Administração das seguintes empresas: Tele Norte Leste Participações S.A. (de 1999 a 2003 e de 2007 a 2012), onde também atuou como Membro Suplente do Conselho de Administração, em 2006; Telemar Norte Leste S.A. (de 2007 a 2012); TNL PCS S.A. (de 2007 a 2012); Tele Norte Celular Participações S.A. (de 2008 a 2012); Coari Participações S.A. (de 2007 a 2012); Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A., anteriormente denominada Calais Participações S.A. (de 2007 a dezembro de 2016); (v) Membro Titular do Conselho de Administração da Log-In Logística Intermodal S.A. (de 2007 a 2011); (vi) Membro Titular do Conselho de Administração da Lupatech S.A. (de 2006 a 2012); (vii) Membro titular do Conselho de Administração da Santo Antonio Energia S.A. (de 2008 a 2016); (viii) Membro titular do Conselho de Administração das seguintes Companhias: (a) Braskem S.A. (de 2007 a 2010), na qual exerceu anteriormente o cargo de Vice-Presidente de Planejamento Estratégico (de 2003 a 2005); (b) LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. (de 1997 a 2000); (c) Aracruz Celulose S.A. (de 1997 a 2002); (d) Politeño Indústria e Comércio S.A. (de 2003 a 2004); (e) BANESTES S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo (de 2008 a 2009); e (f) Pharol, SGPS, S.A. (de 2015 a 2017). O Sr. José Mauro graduou-se em engenharia mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1971. Concluiu *Executive Program in Management* na Anderson School, Universidade da Califórnia, em dezembro de 2002.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. José Mauro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA - 520.609.346-72

O Sr. André Amaro da Silveira está sendo indicado como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Amaro foi Integrante da Organização Odebrecht de 1988 até 2018. Atualmente é membro titular dos Conselhos de Administração das empresas Ocyan e Odebrecht Transport e de seus respectivos Comitês de Conformidade, bem como é membro titular do Conselho de Administração do Santo Antonio Energia S.A. Iniciou a sua carreira em obras de infraestrutura pesada e liderou investimentos da Odebrecht nos programas de Concessão de serviços públicos no Brasil, Argentina e Portugal. Sua trajetória inclui também, Diretor de Financiamentos a Projetos e Exportação na Construtora Norberto Odebrecht, Vice Presidente de Planejamento e Pessoas da Braskem, Diretor de Pessoas da Odebrecht S.A., Presidente da Odebrecht Properties e da Odebrecht Defesa e Tecnologia. Foi membro titular dos Conselhos de Administração da Odebrecht Engenharia e



Construção, da Atvos e da OR, onde foi coordenador dos respectivos Comitês de Conformidade além de participar dos Comitês de Pessoas. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e tem Mestrado em Administração de Empresas pelo IMD.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. André Amaro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

JOÃO COX NETO - 239.577.781-15

O Sr. João Cox Neto está sendo indicado como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. É presidente do Conselho de Administração da Vivara Participações S.A e conselheiro da Petrobras, Embraer S.A., Linx S.A. e Qualicorp Participações S.A. É sócio fundador e sócio-administrador da Cox Investimentos & Consultoria Ltda. De 2006 a 2010, atuou como vice-presidente do Conselho e diretor-presidente da Claro. Em 2005, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cellcom Israel. Entre abril de 1999 e agosto de 2004, atuou como vice-presidente financeiro e de relações com investidores da Telemig Celular Participações e da Tele Norte Celular Participações e também como diretor-presidente da Telemig Celular e Amazônia Celular de agosto de 2002 a agosto de 2004. O Sr. Cox foi ainda membro dos Conselhos de Administração de outras empresas no Brasil, Argentina, Holanda e Israel. Também foi conselheiro do CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas e do IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. O Sr. Cox é formado em economia pela Universidade Federal da Bahia e estendeu seus estudos após a graduação em economia na Université du Québec à Montreal e no College of Petroleum Studies da Oxford University.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. João Cox declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.



MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ – 095.598.217-09

A Sr. Maria Isabel de Faria Perez está sendo indicada como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Gerente Geral na área de Integração de Negócios e Participações da Petrobras, tendo atuado anteriormente como Gerente no Jurídico da Petrobras. A Sra. Maria Isabel é graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possui Pós-Graduação em Gestão de Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), certificação Business Acumen for the Energy Executive pela McCombs School of Business University (University of Texas) e cursos de extensão em Compliance Anticorrupção para o Setor de Energia (IBP) e em Arbitragem Comercial Nacional e Internacional pelo IBMEC.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Maria Isabel declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA - 546.600.417-00

O Sr. João Pinheiro Nogueira Batista está sendo indicado como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. João Nogueira é economista pela PUC-RJ e tem MBA em Engenharia Econômica - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. Atua há mais de 10 anos em Conselhos de Administração de empresas no Brasil e no exterior. No Grupo Odebrecht, foi membro independente dos Conselhos de Administração da Odebrecht Engenharia e Construção desde junho de 2017 e da Ocyan desde abril de 2018, nos quais permaneceu até janeiro de 2019, e ingressou no Conselho de Administração da Odebrecht S.A. em novembro de 2018. Atualmente, o Sr. João Nogueira é CEO da Voltz Participações S.A. .Em sua ampla carreira executiva construída nos setores público e privado, foi CEO da Swiss Re, da Bertin S.A. e da Suzano Petroquímica, bem como ocupou diretorias em empresas como Petrobras, Dresdner Bank, Citibank, Radiobras e Siderbras. O Sr. João Nogueira é conselheiro em duas organizações do terceiro setor: Associação Maria Helen Drexel e Instituto de Reciclagem do Adolescente- Recicla.



O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. João Nogueira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99.

---

MARCELO MANCINI STELLA - 110.902.258-14

O Sr. Marcelo Mancini Stella está sendo indicado como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. Atua como Vice-Presidente responsável pela comercialização de Etanol, Açúcar e Energia, e pelos negócios de Planejamento, Logística, Fornecimento e Desenvolvimento de Negócios da Atvos desde 2010. Anteriormente, ocupou diversos cargos na Braskem entre 2002 e 2010, à frente das diretorias de Polietileno, Vinílicos e Polipropileno. Trabalhou na Pilkington Brasil Ltd. como diretor de vendas e marketing para o Brasil entre 1990 e 2002. É formado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA pela FIA-USP. Frequentou ainda os Curso de Finanças do INSEAD e de Marketing da Cranfield University.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Mancini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor

---

DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES – 086.809.277-08

O Sr. Daniel Pereira de Albuquerque Ennes está sendo indicado como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é membro efetivo do Conselho de Administração da Liquigás Distribuidora S.A. e Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras. Anteriormente, foi Coordenador de Mercado Bancário, Coordenador de Mercado de Capitais Doméstico e Coordenador de Agência de Crédito à Exportação da Petrobras. O Sr. Daniel Pereira é graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestrado Acadêmico em Economia Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Daniel Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

ROBERTO FALDINI - 070.206.438-68

O Sr. Roberto Faldini está sendo indicado como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (1972), possui especialização em (i) Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e INSEAD (1991); (ii) Empreendedorismo pela Babson College (2004) e (iii) Governança Corporativa (IFC e IBGC - 2009, 2011, 2013 e 2016). É Presidente e sócio da Faldini Estratégia Empresarial e Diretor Presidente da MBF Administração e Serviços. Atualmente é Presidente do Conselho da Metalúrgica Golin SA e membro dos Conselhos da Vulcabrás/Azaleia, Marfrig General Foods, Grupo CHP (Celulose Irani e Cia. Habitasul) e Odebrecht S.A. Participa voluntariamente como membro do Conselho Curador da Fundação Dorina Nowill para Cegos e da Fundação Crespi Prado. É diretor da Fundação Cultural Ema Gordon Klabin. O Sr. Roberto Faldini é professor convidado da Fundação Dom Cabral e arbitro da CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3 S.A.”). Participou como membro de Conselhos de Administração e Consultivos de diversas empresas no Brasil e do exterior, entre elas B3 S.A., Metal Leve, Maraú, Livrarias Siciliano, CPFL, Inpar, Klicknet e Sadia/BRF. Foi Cofundador do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 1995 e continua atuante em várias de suas comissões. É membro associado do IBEF - Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros e do FBN - Family Business Network. Por mais de 20 anos foi diretor executivo, acionista e membro do Conselho de Administração da Metal Leve S.A., foi Presidente da CVM em 1992. Foi coordenador por 5 anos (2002 - 2007) em São Paulo do Núcleo da Empresa Familiar – PDA, da Fundação Dom Cabral.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Faldini declara que não é pessoa exposta politicamente. O Sr. Roberto Faldini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91



O Sr. Roberto Lopes Pontes Simões é o atual Diretor Presidente da Braskem e está sendo indicado como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Roberto Simões atuou em Conselhos de Administração como Presidente ou membro em grandes empresas, tais como: Odebrecht Engenharia e Construção, Consorcio Baía de Sepetiba, Itaguaí Construções Navais, Petroquímica Paulínia, Ipiranga Química, Ipiranga Petroquímica, Refinaria Ipiranga, COPESUL, Petroflex e CETREL. Foi CEO da Ocyan S.A. (2012-2019), da Odebrecht Defesa e Tecnologia (2010-2012), Presidente da Santo Antônio Energia (2008-2010) e Vice-Presidente Executivo da Braskem (2004-2008). No iG-Internet Group, foi COO e CEO no período de 2000 a 2004. Foi Presidente da Opportrans Concessão Metroviária - Metro Rio de 1999 a 2000. Começou na Organização Odebrecht em 1994 como Diretor de Contratos da Tenenge e CNO atuando até 1999. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Bahia em 1978 fez também o Cemant - Curso de Engenharia de Manutenção e Projetos Petroquímicos (convênio Petrobras/UFBA). É membro da Assembleia das Obras Sociais de Irmã Dulce.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Simões declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99.

---

JOSÉ MARCELO LIMA PONTES - 016.121.743-53

O Sr. José Marcelo Lima Pontes está sendo indicado como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. José Marcelo é jornalista profissional, com 34 anos de atuação em alguns dos principais veículos de comunicação do país (entre eles, Jornal do Brasil, O Globo e Veja) e 22 anos de experiência em comunicação corporativa, dos quais sete na Odebrecht.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. José Marcelo declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.



ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA - 889.539.205-15

O Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira está sendo indicado como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Rogério Bautista é atualmente Conselheiro de Administração na OR Empreendimentos Imobiliários S.A e na Lagoa da Barra S.A; e, diretor jurídico da Odebrecht S.A. Anteriormente, atuou como Conselheiro de Administração na Santo Antonio Energia S.A e Odebrecht Comercializadora de Energia S.A, entre 2014 e 2015. Atuou, também, como diretor jurídico da OR Empreendimentos Imobiliários S.A., entre 2016 e 2019, e da Odebrecht Energia S.A, entre 2012 e 2016, e, ainda, como advogado na Odebrecht Energia S.A, entre 2008 e 2012, na Braskem S.A, entre 2002 e 2008, no escritório de advocacia Veirano Advogados, entre 2000 e 2001; e, na Deloitte, entre 1999 e 2000. O Sr. Rogério Bautista é formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador em 1999, possui especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rogério Bautista declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO – 013.784.028-47

O Sr. Gesner José de Oliveira Filho está sendo indicado como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Gesner Oliveira é conselheiro independente certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Além de Conselheiro da Braskem, é membro do Conselho da Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da TIM BRASIL; Presidente do Conselho de Administração da Estre Ambiental, membro do Conselho de Administração da Iguá Saneamento e do Instituto Iguá de Sustentabilidade, membro do Conselho Consultivo da ETCO, membro do Conselho Consultivo do CIEE e membro do Conselho de Autorregulação da FEBRABAN. Sua experiência em Conselhos de Administração, inclui empresas públicas e privadas como a SABESP, CESP, Nossa Caixa, VARIG e USIMINAS. É Sócio da GO Associados, Professor da EAESP / FGV, Coordenador do Grupo de Economia da Infraestrutura & Soluções Ambientais da FGV. Entre 2007 e 2011 foi Presidente da Sabesp - Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo. Atuou, também, como Consultor em projeto, para o Banco Mundial, para análise institucional de empresa de saneamento em Dhaka, Bangladesh em 2012. O Sr. Gesner Oliveira é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade



de São Paulo - FEA/USP, Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Gesner de Oliveira é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Gesner de Oliveira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA - 786.634.075-72

O Sr. Marcelo Rossini de Oliveira está sendo indicado como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. Atualmente é Diretor de Tesouraria e RI da Odebrecht S.A. De 2005 a 2018 atuou como analista financeiro, Gerente de Mercado de Capitais e Estruturação de Operações, Gerente de Tesouraria da Braskem S.A. Anteriormente, atuou como auditor Sênior e Analista Financeiro da Deloitte – Auditores e Consultores.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Rossini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA - 726.224.745-04

O Sr. Pedro Oliva Marcilio de Sousa está sendo indicado como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Klabin S.A. É fundador e diretor da CRD Capital Administração de Recursos Ltda. Foi membro do Comitê de Auditoria da B3 S.A. (2012-2017) e do Comitê de Auditoria da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar) (2013-2017). Foi, nesse período, Diretor do Grupo BR Partners.



O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Pedro Marcilio é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Pedro Marcilio declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

GUILHERME DUARTE ABUD - 312.584.388-01

O Sr. Guilherme Duarte Abud está sendo indicado como Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. Atualmente, é advogado da Odebrecht S.A. Anteriormente, atuou como Diretor Jurídico e de Governança Corporativa da Enseada Indústria Naval S.A. (entre 2012 e 2019), como Advogado da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (entre 2008 e 2012) e como advogado no escritório de advocacia Machado Meyer Advogados (entre 2002 e 2008). O Sr. Guilherme é formado em Direito pelo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e possui especialização (LL.M.) em Direito Societário pelo Insper São Paulo (2008).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Guilherme Abud declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo de administração em organização do terceiro setor.

---

LAURO MARCOS MUNIZ BARRETO COTTA – 495.608.167-72

O Sr. Lauro Marcos Muniz Barreto Cotta está sendo indicado como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O profissional é executivo sênior, com ampla experiência na Alta Administração de empresas no Brasil e no exterior. Atuou durante 14 anos como Diretor Presidente da SHV Energy no Brasil, sendo reconhecido como líder visionário; também atuou como membro da Diretoria da SHV Energy, assessor do Comitê Executivo da



SHV Holdings, membro do Conselho Consultivo da Makro Atacadista, e membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP). O Sr. Lauro Cotta é Engenheiro, com pós-graduação em Administração de Empresas, e possui certificação do Programa Executivo da Kellogg School of Management e da IMD Business School.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Lauro Cotta declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

JULIO SOARES DE MOURA NETO - 033.409.377-53

O Sr. Julio Soares de Moura Neto está sendo indicado como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Julio é Almirante-de-Esquadra, Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (Curso de Comando e Estado Maior), Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (Curso de Política e Estratégia Marítimas), possuindo, ainda, Curso Superior Naval de Guerra pelo Instituto Superior Naval de Guerra- Portugal. Possui experiência extra-Marinha no Conselho Consultivo Estratégico da Fundação (EZUTE-SP), no Conselho Consultivo da Cia Brasileira de Cartuchos (CBC-SP) e no Conselho Consultivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (SIMDE -SP).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Julio Soares de Moura Neto é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Julio Soares declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---



GUILHERME SIMÕES DE ABREU – 065.800.095-00

O Sr. Guilherme Simões de Abreu é indicado como Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. Atualmente exerce o cargo de Responsável por Pessoas, Comunicação e Organização da Odebrecht S.A., desde janeiro de 2020. De junho de 2018 a dezembro de 2019, exerceu o cargo de Secretário Executivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A. De 2013 a março de 2017, foi Gerente da Odebrecht S.A., para assuntos de Pessoas e Organização.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Guilherme Simões declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

ANDREA DA MOTTA CHAMMA – 125.668.815-55

A Sra. Andrea da Motta Chamma está sendo indicada como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é membro efetivo do Conselho de Administração e líder do Comitê de Pessoas do Grupo Fleury e Advisor e Conselheira Consultiva em startups Fintechs/Blockchain pela 3C Advisors. Anteriormente, atuou como Vice Chairman e Head of Equity Sales do Bank of America Merrill Lynch, e Diretora da corretora e equity sales na ABN Amro. A Sra. Andrea Chamma é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e possui cursos de especialização em gestão nas universidades de Harvard e Columbia.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, a Sra. Andrea Chamma é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. A Sra. Andrea Chamma declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99.

---



ISMAEL CAMPOS DE ABREU - 075.434.415-00

O Sr. Ismael Campos de Abreu está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Ismael Abreu atuou como Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. até maio de 2017. Entre 1995 e março de 2011 atuou como controller da Odebrecht S.A., sociedade que indiretamente detém participação superior a 5% de uma mesma espécie ou classe de valores mobiliários da Companhia. Entre 1978 e 1985, atuou como Gerente da divisão de tax consulting da PricewaterhouseCoopers. Entre 1986 e 1988, atuou como controller da Corrêa Ribeiro S.A. Comércio e Indústria. Entre 1989 e 1991, atuou como Gerente da área de consultoria da Arthur Andersen (setor de auditoria e contabilidade) e entre 1992 e 1995 como sócio da Performance Auditoria e Consultoria. Foi membro do Conselho Fiscal da Petroflex Indústria e Comércio S.A. (setor petroquímico) até a venda da participação detida pela Companhia na Petroflex em abril de 2008. Entre março de 2006 e março de 2008, atuou como membro do Conselho Fiscal da Companhia Petroquímica do Sul – Copesul (setor petroquímico). O Sr. Ismael Abreu é graduado em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairú e pós graduado em Engenharia Econômica pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial O Sr. Ismael Abreu declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

GILBERTO BRAGA - 595.468.247-04

O Sr. Gilberto Braga está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Gilberto Braga é consultor empresarial, perito judicial e arbitral e membro de conselhos de administração, fiscal e de comitês de auditoria e Sócio fundador e diretor da empresa 2B – Treinamento, Consultoria e Participações Ltda, além de atuar como membro fiscal, administração e de comitê de auditoria de companhias abertas e associações profissionais. Foi membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis dos Fundos de Investimentos da CVM, é professor universitário e de pós-graduação da Fundação Dom Cabral, IBMEC, UFF e FGV, comentarista da Rádio CBN, FM 94 do RJ e articulista do jornal O Dia. Formado em Economia pela UCAM Ipanema e Contabilidade pela UGF, pós-graduado pelo IAG-PUC Rio em Administração Financeira e mestre em Administração (Finanças e Mercado de Capitais) pelo IBMEC-Rio. É membro do IBGC.

O Sr. Gilberto Braga declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer,



exceto pelo processo administrativo sancionador nº PT1201558576 perante o BACEN, que o inabilitou para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do BACEN por 5 anos, e cuja decisão final administrativa foi suspensa por liminar no âmbito do Poder Judiciário pendente de julgamento. O Sr. Gilberto Braga declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

CARLOS ALBERTO RECHELO NETO - 262.997.388-39

O Sr. Carlos Alberto Rechelo Neto está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Carlos Rechelo ingressou na Petrobras em 2007, iniciando sua carreira na gestão de riscos de ativos e negócios de Gás & Energia. Como Gerente Executivo por quase 3 anos, liderou o processo de estruturação da gestão corporativa de riscos da Petrobras e coordenou, como líder da equipe de Governança, o esforço corporativo para ajustar políticas e procedimentos internos à Lei 13.303/2016, o que permitiu com que a Petrobras obtivesse grau máximo no processo de certificação Destaque em Governança da B3. Rechelo é atualmente CFO da Transportadora Brasileira Gasoduto BolíviaBrasil S.A. e Diretor da Petrobras Europe Limited (trading company da Petrobras em Londres). Formado em engenharia, possui especialização em Gestão de Portifolio pela Wharton, mestrado em Energia pela USP (parcialmente realizado na Ecole Nationale Supérieure du Pétrole et des Moteurs – Institut Français du Pétrole), MBA em Finanças pela UFRJ e Certificação Internacional FRM pelo GARP.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Carlos Rechelo declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

IVAN SILVA DUARTE - 611.242.065-15

O Sr. Ivan Silva Duarte está sendo indicado como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. O Sr. Ivan Silva Duarte é diretor da da Kieppe Participações e Administração Ltda. desde janeiro de 2016, as quais fazem parte do mesmo grupo econômico do emissor e detêm indiretamente participação superior a 5% do capital social. Anteriormente, o Sr. Ivan atuou como gerente da KPMG – Auditores Independentes de 1995 a 2001, quando então passou a atuar como



gerente sênior na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes até 2008. Entre 2008 e 2015 o Sr. Ivan foi diretor da EAO Empreendimentos Agropecuários e Obras S.A., Companhia pertencente ao Grupo Odebrecht, que atua nos segmentos Agropecuários e Alimentos e Bebidas. O Sr. Ivan é formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Salvador (UNIFACS), e tem MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Empreendedorismo pela Babson College (Boston/EUA).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ivan Silva Duarte declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

AMÓS DA SILVA CANCIO – 991.201.867-20

O Sr. Amós da Silva Cancio está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Gerente Geral de Contabilidade da Controladora, Subsidiárias e do Consolidado da Petrobras, tendo atuado anteriormente como Gerente de Planejamento e Orientações Contábeis. O Sr. Amós Cancio é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e possui MBA em Engenharia Econômica e Financeira e Mestrado em Engenharia de Produção (ênfase em Estratégia, Gestão e Finanças Corporativas) pela mesma instituição, além de Pós-Graduação em Gestão nos Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e certificação profissional para Contador Público Norte Americano (CPA).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Amós Cancio declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---



HERBERT LUIZ DE ARAUJO GUIMARÃES - 080.503.857-44

O Sr. Herbert Luiz de Araújo Guimarães está sendo indicado como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Coordenador na área de Análise Financeira e Seguros, tendo experiência anterior como Diretor Financeiro da Petrobras Paraguay Distribución Limited (UK) e Conselheiro Fiscal da empresa BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. O Sr. Herbert Guimarães é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e possui MBA em Finanças (ênfase em gestão de riscos) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Herbert Guimarães declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

---

TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO - 951.929.135-00

A Sra. Tatiana Macedo Costa Rego Tourinho está sendo indicada como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Odebrecht S.A. A Sra. Tatiana atualmente é responsável pela controladoria da OEC (Odebrecht Engenharia e Construção). Anteriormente, a Sr. Tatiana Tourinho atuou como Responsável pelo Planejamento Tributário da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”). No período de 2000 a abril de 2007, a Sra. Tatiana Tourinho atuou na área fiscal da VIVO S/A do setor de telefonia, tendo ocupado a função de Gerente de Divisão do Planejamento Tributário. Anteriormente, trabalhou por 2 anos na Arthur Andersen. A Sra. Tatiana Tourinho é graduada em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela Universidade Federal da Bahia e possui MBA em Gestão pela IBMEC. . A Sra. Tatiana não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Tatiana Tourinho declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.



RAFAEL MENEZES PERES – 094.006.847-89

O Sr. Rafael Menezes Peres está sendo indicado como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Gerente na área de Avaliação Tributária para os Negócios, tendo experiência anterior na área Tributária da Petrobras e Conselheiro Fiscal das empresas Termobahia S.A. e Gasbrasiliano S.A. O Sr. Rafael Menezes Peres é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior, e possui Pós Graduação pelo IBMEC.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rafael Peres declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

## 12.7 / 12.8 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Conforme previsto no artigo 26, inciso VI, Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá, dentre outras atividades, criar comitês especializados para apoio em seus processos deliberativos, bem como aprovar os eventuais regimentos internos de tais comitês. Nesse sentido, seguem abaixo os dados referentes à atual composição dos Comitês da Companhia, ressaltando, por oportuno, que os *curriculum vitae* dos membros dos Comitês abaixo relacionados constam no item 12.5 acima, no que se refere à qualificação dos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia.

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data de posse	Prazo de mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data de eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA	Outros Comitês	-	Outros	18/07/1963	30/04/2018	2 anos
520.609.346-72	COMITÊ DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2018	1	75%



Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data de posse	Prazo de mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data de eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro suplente.						
<b>PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA</b>	Outros Comitês	-	Outros	01/03/1973	30/04/2018	2 anos
726.224.745-04	COMITÊ DE CONFORMIDADE	Avogado	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2018	2	100%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
<b>JOÃO COX NETO</b>	Outros Comitês	-	Outros	02/05/1963	30/04/2018	2 anos
239.577.781-15	COMITÊ DE CONFORMIDADE	Economista	Membro e Coordenador do Comitê (Efetivo)	30/04/2018	3	100%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
<b>GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO</b>	Outros Comitês	-	Outros	17/05/1956	30/04/2018	2 anos
013.784.028-47	COMITÊ DE CONFORMIDADE	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2018	3	100%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
<b>JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA</b>	Outros Comitês	-	Outros	13/08/1956	17/04/2019	2 anos
546.600.417-00	COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS	Economista	Membro e Coordenador do Comitê (Efetivo)	16/04/2019	1	100%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
<b>JULIO SOARES DE MOURA NETO</b>	Outros Comitês	-	Outros	20/03/1943	22/04/2019	2 anos
033.409.377-53	COMITÊ DE CONFORMIDADE	Almirante de Esquadra	Membro do Comitê (Efetivo)	16/04/2019	1	90%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
<b>MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA</b>	Outros Comitês	-	Outros	21/08/1978	16/04/2019	2 anos
786.634.075-72	COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	06/12/2018	1	66,7%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro suplente.						
<b>ROBERTO FALDINI</b>	Outros Comitês	-	Outros	06/09/1948	22/05/2019	2 anos



Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data de posse	Prazo de mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data de eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
070.206.438-68	COMITÊ DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2019	1	75%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
<b>ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES</b>	Outros Comitês	-	Outros	10/11/1956	22/05/2019	2 anos
141.330.245-91	COMITÊ DE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO	Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2019	1	100%
Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo.						
<b>ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA</b>	Outros Comitês	-	Outros	11/06/1976	12/11/2019	2 anos
889.539.205-15	COMITÊ DE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO	Advogado	Membro e Coordenador do Comitê (Efetivo)	12/11/2019	1	100%

## 12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre:

Não há relações conjugais, de união estável ou parentesco a serem divulgadas.

### (a) Administradores da Companhia.

Não há relações familiares a serem divulgadas.

### (b) (i) administradores da Companhia; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há relações familiares a serem divulgadas.

### (c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não há relações familiares a serem divulgadas.

### (d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não há relações familiares a serem divulgadas.

## 12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

### 2019

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b>GUILHERME DUARTE ABUD</b> Membro Suplente do Conselho de Administração	312.584.388-01	Subordinação	Controlador Indireto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
ODEBRECHT S.A. O Sr. Guilherme é Advogado da Odebrecht S.A.	05.144.757/0001-72		
<b>CARLOS ALBERTO RECHELO NETO</b> Membro Efetivo do Conselho Fiscal	262.997.388-39	Subordinação	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Carlos Alberto foi Assistente do Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores da Petrobras.	33.000.167/0001-01		
<b>IVAN SILVA DUARTE</b> Membro Suplente do Conselho Fiscal	611.242.065-15	Prestação de serviços	Controlador Indireto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			



Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. O Sr. Ivan é Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial	04.215.837/0001-09		
<b>JOSÉ MARCELO LIMA PONTES</b> Membro Suplente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> ODEBRECHT S.A. O Sr. José Marcelo Pontes é comunicador corporativo da Odebrecht S.A.	016.121.743-53  05.144.757/0001-72	Subordinação	Controlador Indireto
<b>JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. O Sr. José Mauro foi membro efetivo do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A.	299.637.297-20  09.391.823/0001-60	Prestação de serviço	Fornecedor
<b>JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> ODEBRECHT S.A. O Sr. José Mauro é membro efetivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.	299.637.297-20  05.144.757/0001-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<b>MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA</b> Membro Suplente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> ODEBRECHT S.A. O Sr. Rossini é Diretor de Tesouraria e RI da Odebrecht S.A.	786.634.075-72  05.144.757/0001-72	Prestação de Serviço	Controlador Indireto
<b>JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> ODEBRECHT S.A. O Sr. João Pinheiro é membro efetivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.	546.600.417-00  05.144.757/0001-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<b>ROBERTO FALDINI</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> ODEBRECHT S.A. O Sr. Roberto Faldini é membro efetivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.	070.206.438-68  05.144.757/0001-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<b>LAURO MARCOS MUNIZ BARRETO COTTA</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS O Sr. Lauro Marcos é empregado (consultor da Presidência) da Petrobras	495.608.167-72  33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<b>JOÃO COX NETO</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS O Sr. João Cox é membro efetivo do Conselho de Administração da Petrobras	239.577.781-15  33.000.167/0001-01	Prestação de serviço	Fornecedor



Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA</b> Membro Efetivo do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> ODEBRECHT S.A. O Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira é Diretor Jurídico da Odebrecht S.A.	889.539.205-15  05.144.757/0001-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<b>AMÓS DA SILVA CANCIO</b> Membro Efetivo do Conselho Fiscal <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Amós é Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras	991.201.867-20 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<b>HERBERT LUIZ DE ARAUJO GUIMARÃES</b> Membro Suplente do Conselho Fiscal <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Herbert é profissional de Nível Superior da Petrobras	080.503.857-44 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<b>RAFAEL MENEZES PERES</b> Membro Suplente do Conselho Fiscal <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Rafael é profissional de Nível Superior Sênior da Petrobras	094.006.847-89 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<b>MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ</b> Membro Suplente do Conselho Administração <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS A Sra. Maria Isabel é Gerente Geral em Refino, Gás Natural e Energia da Petrobras	095.598.217-09 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<b>DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES</b> Membro Suplente do Conselho Administração <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Daniel Pereiral é Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras	086.809.277-08 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES</b> Membro Efetivo do Conselho Administração e Diretor Presidente <u>Pessoa Relacionada</u> Braskem Idesa S.AP.I O Sr. Roberto Simões é conselheiro titular da Braskem Idesa	141.330.245-91 N/A	Prestação de Serviço	Controlada Indireta
<b>ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES</b> Membro Efetivo do Conselho Administração e Diretor Presidente <u>Pessoa Relacionada</u> Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V O Sr. Roberto Simões é conselheiro titular da Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V	141.330.245-91 N/A	Prestação de Serviço	Controlada Indireta
<b>GUILHERME SIMÕES DE ABREU</b> Membro Suplente do Conselho Administração <u>Pessoa Relacionada</u> ODEBRECHT S.A. O Sr. Guilherme foi secretário executivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.	065.800.095-00 05.144.757/0001-72	Subordinação	Controlador Indireto

## 2018

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b>CARLOS ALBERTO RECHELO NETO</b> Membro Efetivo do Conselho de Fiscal <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Carlos Alberto foi Assistente do Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores da Petrobras.	262.997.388-39 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<b>IVAN SILVA DUARTE</b> Membro Suplente do Conselho Fiscal <u>Pessoa Relacionada</u> KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. O Sr. Ivan é Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial	611.242.065-15 04.215.837/0001-09	Prestação de Serviço	Controlador Indireto
<b>JOSÉ MARCELO LIMA PONTES</b> Membro Suplente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> ODEBRECHT S.A. O Sr. José Marcelo Pontes é comunicador corporativo da Odebrecht S.A	016.121.743-53 05.144.757/0001-72	Subordinação	Controlador Indireto
<b>JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA</b>	299.637.297-20	Prestação de serviço	Fornecedor



Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<p>Membro Efetivo do Conselho de Administração</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>SANTO ANTÔNIO ENRGIA S.A.</p> <p>O Sr. José Mauro foi membro efetivo do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A.</p>	09.391.823/0001-60		
<p><b>MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA</b></p> <p>Membro Suplente do Conselho de Administração</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>ODEBRECHT S.A.</p> <p>O Sr. Rossini é Diretor de Tesouraria e RI da Odebrecht S.A.</p>	786.634.075-72 05.144.757/0001-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<p><b>JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA</b></p> <p>Membro Efetivo do Conselho de Administração</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>ODEBRECHT S.A.</p> <p>O Sr. João Pinheiro é membro efetivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.</p>	546.600.417-00 05.144.757/0001-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<p><b>ROBERTO FALDINI</b></p> <p>Membro Efetivo do Conselho de Administração</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>ODEBRECHT S.A.</p> <p>O Sr. Roberto Faldini é membro efetivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.</p>	070.206.438-68 05.144.757/0001-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<p><b>AMÓS DA SILVA CANCIO</b></p> <p>Membro Efetivo do Conselho Fiscal</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS</p> <p>O Sr. Amós da Silva Cancio é Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras</p>	991.201.867-20 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<p><b>HERBERT LUIZ DE ARAUJO GUIMARÃES</b></p> <p>Membro Suplente do Conselho Fiscal</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS</p> <p>O Sr. Herbert Guimarães é profissional de Nível Superior da Petrobras</p>	080.503.857-44 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<p><b>RAFAEL MENEZES PERES</b></p> <p>Membro Suplente do Conselho Fiscal</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS</p> <p>O Sr. Rafael Peres é profissional de Nível Superior Sênior da</p>	094.006.847-89 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Petrobras</b>			
<b>MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ</b> Membro Suplente do Conselho Administração			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>	095.598.217-09	Subordinação	Fornecedor
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
A Srs. Maria Isabel Perez foi Gerente do Jurídico de Exploração e Produção da Petrobras			
<b>DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES</b> Membro Suplente do Conselho Administração			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>	086.809.277-08	Subordinação	Fornecedor
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. Daniel Pereiral é Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras.			
<b>GUILHERME SIMÕES DE ABREU</b> Membro Suplente do Conselho Administração			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>	065.800.095-00	Subordinação	Controlador Indireto
ODEBRECHT S.A.	05.144.757/0001-72		
O Sr. Guilherme foi Gerente da Odebrecht S.A.			

## 2017

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b>CARLOS ALBERTO RECHELO NETO</b> Membro Efetivo do Conselho de Fiscal			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>	262.997.388-39	Subordinação	Fornecedor
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS	33.000.167/0001-01		
O Sr. Carlos Rechelo foi coordenador da área de Estratégia e Finanças, do processo de estruturação da gestão de portfólio e do hedge de óleo da Petrobras			
<b>ISMAEL CAMPOS DE ABREU</b> Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>	075.434.415-00	Prestação de Serviço	Controlador Indireto
KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.	04.215.837/0001-09		
O Sr. Ismael Abreu foi Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda.			
<b>IVAN SILVA DUARTE</b>			
	611.242.065-15	Prestação de serviço	Controlador Indireto



Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<p>Membro Suplente do Conselho Fiscal</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.</p> <p>O Sr. Ivan Duarte é Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial</p>	04.215.837/0001-09		
<p><b>JOSÉ MARCELO LIMA PONTES</b></p> <p>Membro Suplente do Conselho de Administração</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>ODEBRECHT S.A.</p> <p>O Sr. José Marcelo Pontes é comunicador corporativo da Odebrecht S.A.</p>	016.121.743-53 05.144.757/0001-72	Subordinação	Controlador Indireto
<p><b>JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA</b></p> <p>Membro Efetivo do Conselho de Administração</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>SANTO ANTÔNIO ENRGIA S.A.</p> <p>O Sr. José Mauro foi membro efetivo do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A.</p>	299.637.297-20 09.391.823/0001-60	Prestação de serviço	Fornecedor
<p><b>AMÓS DA SILVA CANCIO</b></p> <p>Membro Efetivo do Conselho Fiscal</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS</p> <p>O Sr. Amós da Silva Cancioé Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras</p>	991.201.867-20 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<p><b>HERBERT LUIZ DE ARAUJO GUIMARÃES</b></p> <p>Membro Suplente do Conselho Fiscal</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS</p> <p>O Sr. Herbert Guimarães é profissional de Nível Superior da Petrobras</p>	080.503.857-44 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<p><b>RAFAEL MENEZES PERES</b></p> <p>Membro Suplente do Conselho Fiscal</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS</p> <p>O Sr. Rafael é profissional de Nível Superior Sênior da Petrobras</p>	094.006.847-89 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<p><b>MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ</b></p> <p>Membro Suplente do Conselho Administração</p> <p><b><u>Pessoa Relacionada</u></b></p> <p>PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS</p> <p>A Sra. Maria Isabel Perez foi Gerente do Jurídico de Exploração e</p>	095.598.217-09 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor



Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada / Tipo de pessoa relacionada	
Produção da Petrobras			
<b>DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES</b> Membro Suplente do Conselho Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Daniel Pereira é Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras	086.809.277-08 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
<b>GUILHERME SIMÕES DE ABREU</b> Membro Suplente do Conselho Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ODEBRECHT S.A. O Sr. Guilherme foi Gerente da Odebrecht S.A.	065.800.095-00 05.144.757/0001-72	Subordinação	Controlador Indireto

**BRASKEM S.A.**

**C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70  
N.I.R.E. 29300006939**

*Companhia Aberta*

**ANEXO III**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO  
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.  
A SER REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020**

***Proposta de remuneração dos administradores, nos termos do artigo 12, inciso I, da IN CVM 481***

**1. Proposta de Remuneração dos Administradores para 2020**

De acordo com a Política de Remuneração aprovada pelo Conselho de Administração, a proposta de remuneração global para os administradores da Companhia tem como base o indicado abaixo, sendo que os itens (ii) e (iii) são aplicáveis somente à Diretoria Estatutária:

- (i) Os resultados do estudo de remuneração executiva para o posicionamento dos honorários mensais e demais curvas de remuneração;
- (ii) Os indicadores econômico-financeiros pactuados para o exercício para a definição da partilha de resultados referentes à remuneração variável de curto prazo; e
- (iii) O planejamento previsto para a implementação do Plano de Incentivo de Longo Prazo em relação ao Programa Anual 2020.

O montante proposto anual para o exercício social de 2020 de honorários globais (Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia) e respectivos encargos, acrescido dos benefícios, totalizam R\$ 83.039.380,15 (oitenta e três milhões, trinta e nove mil, trezentos e oitenta reais e quinze centavos), contra R\$ 83.039.380,15 (oitenta e três milhões, trinta e nove mil, trezentos e oitenta reais e quinze centavos) do exercício social de 2019.

A proposta anual segue com o mesmo montante do exercício de 2019 e está baseada no alinhamento com a estratégia de remuneração para Conselho de Administração e Diretoria Estatutária com as referências de mercado.

**Resumo das principais variações dos valores das propostas em 2020 e em 2019**

Diretores 7 diretores estatutários	Conselho de Administração 11 membros do conselho e 11 suplentes	
(R\$ em mil)		
Discriminação	2020	2019
Honorários Mensais e de Curto Prazo (ICP)	56.041	56.130
Honorários de Longo Prazo (ILP)	12.239 <sup>6</sup>	12.194
Benefícios	1.103	1.050
Encargos	13.656	13.665

<sup>6</sup> Somente os Diretores Estatutários recebem remuneração baseada no ILP da Companhia.



<b>Total</b>	<b>83.039</b>	<b>83.039</b>
--------------	---------------	---------------

<b>Conselho Fiscal</b>		
<b>5 membros do conselho e 5 suplentes<sup>7</sup></b>		
<b>(R\$ em mil)</b>		
<b>Discriminação</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Honorários</b>	977	918
<b>Encargos</b>	195	184
<b>Total</b>	<b>1.172</b>	<b>1.102</b>

**2. Valores efetivamente realizados em 2019 versus valores propostos em 2019**

Diretores <b>7 diretores estatutários</b>	Conselho de Administração <b>11 membros do conselho e 11 suplentes</b>	
<b>(R\$ em mil)</b>		
Discriminação	<b>2019 Proposta</b>	<b>2019 Realizado</b>
<b>Total</b>	<b>83.039</b>	<b>62.234</b>

<b>Conselho Fiscal</b>		
<b>5 membros do conselho e 5 suplentes</b>		
<b>(R\$ em mil)</b>		
Discriminação	<b>2019 Proposta</b>	<b>2019 Realizado</b>
<b>Total</b>	<b>1.102</b>	<b>1.083</b>

<sup>7</sup> Os membros suplentes do Conselho Fiscal não recebem remuneração pelo exercício de suas funções.

**BRASKEM S.A.**

**C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70**

**N.I.R.E. 29300006939**

*Companhia Aberta*

**ANEXO IV**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO  
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.  
A SER REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020**

***Proposta de remuneração dos administradores, conforme informações do item 13 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 12, inciso II, da IN CVM 481***

**13. Remuneração dos Administradores**

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração**

A Companhia adota uma estratégia de remuneração competitiva e transparente, que busca atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais e remunerar seus administradores com base nas práticas do mercado, de acordo com seus deveres e responsabilidades na efetiva condução dos negócios. A prática da remuneração variável permite fortalecer o alinhamento de interesses dos acionistas com os dos Diretores Estatutários na obtenção e superação de resultados a curto e longo prazo.

**(b) composição da remuneração**

**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

**Conselho de Administração**

Os membros efetivos do Conselho de Administração são remunerados de maneira competitiva e por meio de honorários fixos baseados em pesquisas anuais de mercado. Não existe remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração, observada eventual remuneração que eles poderão receber por participação em Comitês, que também é fixa. Esta prática é avaliada anualmente pelo Comitê de Pessoas e Organização, pelo Conselho de Administração e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

**Diretoria Estatutária e Não Estatutária**

Os membros da diretoria estatutária e não estatutária possuem uma estratégia de remuneração competitiva, sendo composta por remuneração mensal, incentivos de curto e longo prazo e por benefícios. Todo posicionamento da remuneração leva em consideração o mercado anual de referência em todas localidades onde a Braskem tem presença e comparada a empresas com boas práticas de gestão de pessoas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia a todos os integrantes são os mesmos, tais como: assistência médica e odontológica, vale refeição, seguro de vida e previdência complementar.

A remuneração da Diretoria Estatutária é analisada anualmente pelo Comitê de Pessoas e Organização, pelo Conselho de Administração e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

### Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal são remunerados por meio de honorários fixos e conforme pesquisa de mercado. Tais honorários serão o maior entre: (i) o valor fixo mensal estabelecido em Assembleia Geral Ordinária da Companhia que elege o Conselho Fiscal; ou (ii) o limite mínimo previsto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

Não existe remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para este grupo.

### Comitês

Atualmente, a Companhia possui 1 comitê estatutário, o Comitê de Conformidade, de caráter permanente composto por, no mínimo, 3 membros independentes do Conselho de Administração, indicados pelo próprio Conselho, e 3 Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (todos não estatutários), quais sejam: (ii) Comitê de Finanças e Investimentos; (ii) Comitê de Pessoas e Organização; e (iii) Comitê de Estratégia e Comunicação. A Companhia diferencia os honorários mensais dos coordenadores e membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê. Esta estratégia está alinhada a práticas de mercado.

### **(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais qual a proporção de cada elemento na remuneração total:**

A proporção de cada elemento na remuneração total de cada órgão da administração da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais segue abaixo:

	% em relação à remuneração total – 2019			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	30,1%	67,6%	2,3%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

	% em relação à remuneração total – 2018			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	32,5%	64,5%	3%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

	% em relação à remuneração total – 2017			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	27,95%	70,41%	1,65%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

### **(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

#### Conselho de Administração

A estratégia de remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração é obtida por meio de pesquisas especializadas anuais tendo sua comparação realizada com empresas de porte similar e com boas práticas de governança. A remuneração é posicionada de maneira competitiva para o Conselheiro e composta pelos honorários fixos mensais. Com base na evolução da Governança da Braskem, a estratégia busca remunerar o Conselho de maneira competitiva em relação ao mercado de referência.

#### Comitês

Os membros do Conselho de Administração que fazem parte de Comitês da Companhia recebem uma remuneração adicional mensal e fixa por atuar e/ou liderar um destes Comitês. A Companhia diferencia os honorários mensais dos Coordenadores e membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê, levando em consideração comparativo de mercado realizado anualmente.

#### Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os valores de remuneração total paga pela Companhia aos membros da Diretoria estatutária e não estatutária são comparados anualmente com o mercado por meio de pesquisas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e, eventualmente, avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

Na remuneração mensal, anualmente se avalia a contribuição e desempenho individual de cada membro da Diretoria, seu posicionamento na faixa de remuneração e avalia-se há necessidade de algum ajuste na remuneração mensal.

Na remuneração variável, o incentivo de curto prazo é proposto conforme o desafio de cada membro e avalia-se o resultado operacional da Braskem (EBITDA, capital de Giro (KG) e investimentos (CAPEX). No incentivo de longo prazo (ILP), o Conselho de Administração avalia e aprova a lista de elegíveis, bem como a quantidade de ações a serem entregues (*matching*) conforme critérios específicos.

A Companhia almeja remunerar seus Diretores no 3º quartil de mercado, reconhecendo e incentivando-os para a obtenção e superação dos resultados a serem obtidos.

A Companhia oferece o mesmo conjunto de benefícios a todos os seus integrantes, incluindo diretores estatutários e não estatutários.

#### Conselho Fiscal

A remuneração mensal dos conselheiros efetivos é obtida por meio de pesquisas especializadas, através do comparativo com empresas de porte similar, respeitando o valor mínimo estabelecido pelo artigo 162, §3º, da Lei das S.A. A estratégia de remuneração busca competitividade para garantir atratividade, buscando posicionar de maneira competitiva quando comparada ao mercado.

### **(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

#### Conselho de Administração

As referências são obtidas pelos resultados de pesquisas especializadas realizadas com empresas de porte similar à Companhia.

Entende-se que os membros do Conselho de Administração devem fazer jus apenas à remuneração fixa para que se reflita o reconhecimento dado a sua função supervisora e orientadora dos negócios da Companhia, sem, no entanto, haver envolvimento com a sua execução.

### Comitês

A composição da remuneração está alinhada à prática de mercado comparando com empresas de porte similar e as diferenciações de membros e líderes de comitês fez-se necessárias para estar alinhada com as atribuições e responsabilidades.

### Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração dos Diretores estatutários e não estatutários da Companhia tem o propósito de atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais, baseando-se no que o mercado pratica com relação à remuneração fixa, variável e pacote de benefícios para cada cargo. A Companhia tem uma prática competitiva em relação à remuneração variável, pois entende que, dessa forma, alinha os interesses dos diretores com os da Companhia, compartilhando o risco e o resultado da Companhia com seus principais executivos, visando a obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

### Conselho Fiscal

As referências são obtidas pelos resultados de pesquisas especializadas realizadas com empresas de porte similar à Companhia, com atendimento ao disposto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A. para a remuneração mínima legal.

### **(v) membros não remunerados**

Membros suplentes do Conselho de Administração não recebem honorários fixos mensais. Porém, se participarem como Membros dos Comitês do Conselho de Administração, são remunerados por isso, conforme descrito no item 13.1.

### **(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

#### Conselho de Administração

A remuneração mensal fixa do Conselho de Administração é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Não há indicador de desempenho para a determinação da remuneração variável uma vez que este grupo não é elegível para tanto.

#### Diretoria Estatutária e Não Estatutária

O enquadramento da remuneração mensal de cada Diretor estatutário ou não da Companhia está atrelada à avaliação e classificação do cargo na estrutura salarial e comparativo de mercado, bem como do desempenho individual (meritocracia) e ainda da recomposição salarial conforme estudo da inflação anual.

A remuneração variável de curto prazo é condicionada à avaliação e ao cumprimento de metas individuais vinculadas aos desafios do seu programa de ação do ano e ao desempenho operacional e econômico da Companhia dentro do período em questão, considerando-se os seguintes elementos: (i) EBITDA operacional; (ii) variação do capital de giro; (iii) investimento operacional (CAPEX); e (iv) pagamento de dividendos.

A remuneração variável de Longo Prazo está atrelada ao cumprimento das condições descritas no item 13.4.

### Conselho Fiscal

A remuneração mensal fixa do Conselho Fiscal é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Não há indicador de desempenho para a determinação da remuneração variável uma vez que este grupo não é elegível para tanto. Vale ressaltar que é respeitado o valor mínimo estabelecido pelo artigo 162, §3º, da Lei das S.A.

### Comitês

A remuneração mensal fixa para os coordenadores e membros dos Comitês é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Não há indicador de desempenho para a determinação da remuneração variável uma vez que este grupo não é elegível para tanto.

### **(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

#### Conselho de Administração

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho de Administração da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

#### Diretoria Estatutária e Não Estatutária

As alterações nos itens da remuneração variável a curto prazo estão diretamente relacionadas à performance individual dos diretores e da Companhia e ao atingimento das metas estabelecidas para um determinado período. Já no longo prazo estão atreladas ao desempenho da ação da Companhia.

### Conselho Fiscal

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho Fiscal da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

### Comitês

Não aplicável, uma vez que os membros dos Comitês da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

### **(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A estratégia de remuneração está atrelada a fatores e premissas que a tornam mais: (i) equitativa (remunerar proporcionalmente de acordo com as habilidades, capacitação profissional e impacto nos resultados); (ii) competitiva (adequada aos padrões do mercado); (iii) eficaz (quanto a custos para a Companhia); e (iv) segura (comprometida com a continuidade e crescimento do negócio).

Na medida em que são cumpridas as metas a curto, médio e longo prazo, gera-se mais resultados para a Companhia, valorizando-a. Em contrapartida, esta distribui esses resultados em forma de remuneração variável de curto e longo prazo. Este ciclo faz com que a Companhia cresça e se desenvolva em busca de sua perpetuidade.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não existe nenhuma remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não existem elementos da remuneração vinculados à ocorrência de eventos societários.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

(i) As propostas de Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal são baseadas em estudos de mercado, conforme já mencionado, e são submetidas a análise do Comitê de Pessoas e Organização (“CPO”) do Conselho de Administração previamente à submissão para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (“AGO”). Após a aprovação em AGO, o CPO recomenda ao Conselho de Administração a proposta de individualização da Remuneração dos Administradores, a qual é aprovada posteriormente em Reunião do Conselho de Administração. (ii) A proposta de individualização da Remuneração dos Administradores é realizada conforme já descrito em relação ao comparativo de mercado e posicionamento estratégico dos membros do Conselho de Administração, bem como dos Diretores Estatutários. (iii) A frequência dos estudos para atualização e comparação com o mercado é anual.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/01/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	11,00	7,00	5,00	23,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	9.240.000,00	12.868.600,11	930.000,00	23.038.600,11
Benefícios diretos e indiretos	0,00	352.052,29	0,00	352.052,29
Participação em comitês	3.828.000,00	0,00	0,00	3.828.000,00
Outros	5.740.618,86	4.973.720,00	241.800,00	10.956.138,86
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a encargos somam R\$ 3.134.769,86 e verba contigencial no montante de R\$ 2.605.849,00	Os valores relativos a encargos somam R\$ 2.973.720,00 e verba contigencial no montante de R\$ 2.000.000,00	Os valores relativos a encargos somam R\$ 195.300,00 e verba contigencial no montante de R\$ 46.500,00	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	25.498.521,49	0,00	25.498.521,49
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	7.547.562,36	0,00	7.547.562,36

Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	Os valores relativos a encargos somam R\$ 7.547.562,36	0,00	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	751.014,70	0,00	751.014,70
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0,00	12.239.290,32	0,00	12.239.290,32
<b>Observação</b>	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	18.808.618,86	64.230.761,29	1.171.800,00	84.211.180,15

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros*</b>	11,00	7,00	5,00	23,00
<b>Nº de membros remunerados**</b>	11,00	7,00	5,00	23,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	8.907.500,0	12.066.746,97	902.700,00	21.876.946,97
Benefícios diretos e indiretos		273.508,20		273.508,20
Participação em comitês	2.459.366,65	N/A	N/A	2.459.366,65
Outros	2.273.373,33	2.413.349,39	180.540,00	4.867.262,72
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a encargos somam R\$ 2.273.373,33	Os valores relativos a encargos somam R\$ 2.413.349,39	Os valores relativos a encargos somam R\$ 180.540,00	-
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	N/A	N/A	0,00	0,00
Participação de resultados	N/A	15.669.842,36	0,00	15.669.842,36
Participação em reuniões	N/A	N/A	0,00	0,00
Comissões	N/A	N/A	0,00	0,00
Outros	N/A	7.873.424,66	0,00	7.873.424,66
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Os valores de encargos somam R\$ 7.873.424,66	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	N/A	823.816,84	0,00	823.816,84
<b>Cessação do cargo</b>	N/A	N/A	0,00	0,00
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	N/A	8.942.370	0,00	8.942.370
<b>Observação</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total da remuneração</b>	13.640.239,98	48.063.058,60	1.083.240,00	62.786.538,58

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros*</b>	11,00	7,00	5,00	23,00
<b>Nº de membros remunerados**</b>	11,00	7,00	5,00	23,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	7.061.072,40	10.773.526,65	844.000,00	18.678.599,05
Benefícios diretos e indiretos	N/A	250.127,05	N/A	250.127,05
Participação em comitês	3.301.583,33	N/A	N/A	3.301.583,33
Outros	2.072.531,15	2.154.705,33	168.800,00	4.396.036,48
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a INSS somam R\$ 2.072.531,15	Os valores relativos a INSS somam R\$ 2.154.705,33	Os valores relativos a INSS somam R\$ 168.800,00	-
<b>Remuneração variável</b>				

Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	18.962.786,00	N/A	18.962.786,00
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	0,00	N/A	N/A
Outros	N/A	5.056.596,07	N/A	5.056.596,07
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores de INSS somam R\$ 5.056.596,07	N/A	N/A
<b>Pós-emprego</b>	N/A	747.253,08	N/A	747.253,08
<b>Cessaçã o do cargo</b>	N/A	0,00	N/A	N/A
<b>Baseada em ações, incluindo opções (1)</b>	N/A	2.384.979,00	N/A	2.384.979,00
<b>Observaçã o</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total da remuneraçã o</b>	12.435.186,88	40.329.973,18	1.012.800,00	53.777.960,06

(1) Relativo ao Programa Anual de ILP 2018, com outorga prevista apenas para 3 anos (2021), conforme item 13.4.

Remuneraçã o total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administraçã o	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros*</b>	11,00	6,25	5,00	22,25
<b>Nº de membros remunerados**</b>	11,00	6,25	4,5	21,75
<b>Remuneraçã o fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	6.283.683,80	9.130.490,99	604.588,60	16.018.763,39
Benefícios diretos e indiretos	0,00	212.075,73	0,00	212.075,73
Participaçã o em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.256.736,76	1.826.098,20	120.917,72	3.203.752,68
Descriçã o de outras remuneraçã oes fixas	Os valores relativos a INSS somam R\$ 1.256.736,76	Os valores relativos a INSS somam R\$ 1.826.098,20	Os valores relativos a INSS somam R\$ 120.917,72	Os valores relativos a INSS somam R\$ 3.203.752,68
<b>Remuneraçã o variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participaçã o de resultados	0,00	23.004.418,35	0,00	23.004.418,35
Participaçã o em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.600.883,67	0,00	4.600.883,67
Descriçã o de outras remuneraçã oes variáveis	0,00	Os valores relativos a INSS somam R\$ 4.600.883,67	-	Os valores relativos a INSS somam R\$ 4.600.883,67
<b>Pós-emprego</b>	0,00	434.915,25	0,00	434.915,25
<b>Cessaçã o do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observaçã oes</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total da remuneraçã o (**)</b>	7.540.420,56	39.208.882,19	725.506,32	47.474.809,07

\*Obs.: O número total de membros do Conselho de Administraçã o, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgã o apurado mensalmente, com duas casas decimais.

\*\*Obs.: O número de membros remunerados de cada órgã o corresponde à média anual do número de membros de cada órgã o aos quais foram atribuídas remuneraçã oes reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - Exercício Social a encerrar-se em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	0,00	7,00	0,00	7,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	25.498.521	N/A	25.498.521
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	20.398.817	N/A	20.398.817
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A		N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	0,00	7,00	0,00	7,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	25.404.466,83	N/A	25.404.466,83
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	20.323.573,46	N/A	20.323.573,46
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	15.669.842,36	N/A	N/A



Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	0,00	7,00	0,00	7,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	24.206.250,00	N/A	24.206.250,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	19.365.000,00	N/A	19.365.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	18.962.786,00	N/A	18.962.786,00

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	6,25	5,00	22,25
Nº de membros remunerados**	0,00	6,25	0,00	6,25
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	22.150.000,00 <sup>(1)</sup>	N/A	22.150.000,00 <sup>(1)</sup>
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	17.720.000,00 <sup>(1)</sup>	N/A	17.720.000,00 <sup>(1)</sup>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	23.004.418,35	N/A	23.004.418,35

\*Obs.: O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

**\*\*Obs.:** O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.

<sup>(1)</sup> Não contempla encargos sociais, somente Participação nos Resultados.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

#### Conselho de Administração

A Companhia não possuía no último exercício social e não possui no exercício social corrente plano de remuneração baseado em ações para os membros do conselho de administração.

#### Diretoria Estatutária

A Companhia já possuía no último exercício social plano de remuneração baseado em ações para os membros da Diretoria Estatutária considerando que, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2018, foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia contemplando, dentre outros integrantes, os Diretores Estatutários. O Plano de Outorga de Ações Restritas pode ser encontrado nos sites da Companhia ([www.braskem-ri.com.br](http://www.braskem-ri.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### **(a) termos e condições gerais**

Poderão ser indicados para participar do Plano de Outorga de Ações Restritas da Braskem S.A. (“Plano”) as pessoas naturais que trabalham e que integram a Companhia ou as sociedades por ela controladas, incluindo, mas não se limitando, aos Diretores. O Conselho de Administração definirá, dentre tais integrantes, aqueles que poderão participar de cada programa anual de outorga de ações restritas (respectivamente “Pessoas Elegíveis” e “Programa”).

As Pessoas Elegíveis deverão manifestar a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa, mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, passando a ser designadas como “Participantes”.

A outorga das Ações Restritas (“Contrapartida”) será condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de ações próprias (“Ações Próprias”), sendo que as Pessoas Elegíveis poderão investir voluntariamente, com recursos financeiros próprios, o valor mínimo de 10% e máximo de 20% do valor bruto do seu incentivo de curto prazo planejado.

A meta do Plano é que se outorgue para cada 01 (uma) Ação Própria 02 (duas) Ações Restritas. No entanto, poderá o Conselho de Administração definir, de forma excepcional e justificada, a cada Programa, múltiplo diverso de Ações Restritas a ser transferida para cada Ação Própria nos termos e condições do Contrato de Outorga aplicável, observado o mínimo de 01 (uma) Ação Restrita e o máximo de 03 (três) Ações Restritas para cada Ação Própria. O número será definido a exclusivo critério do Conselho de Administração a partir da análise dos seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Outorga; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos 03 (três) exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das Ações Restritas negociadas na B3 S.A. na data de aprovação de cada Programa.

Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga (“Período de Carência”), e, cumulativamente; (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

**(b) principais objetivos do plano**

O Plano tem por objetivo promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas; e (b) o estímulo da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas.

**(c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

O Plano é um importante componente para assegurar a estratégia de remuneração total, garantindo a competitividade com o mercado, e ao mesmo tempo, mantendo o engajamento e comprometimento dos Participantes com a Companhia e com os desafios do ciclo petroquímico.

Neste sentido, a implementação do Plano contribui para assegurar a convergência de interesses entre Integrantes e acionistas para a criação de valor para a Companhia.

**(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O Plano é um dos componentes do pacote de remuneração.

Um dos conceitos definidos na Política de Remuneração da Companhia é que a remuneração é definida em função da capacidade dos integrantes gerarem e superarem os resultados e com a partilha de parte destes resultados com os integrantes responsáveis por sua geração. Neste sentido, o Plano é um importante componente de remuneração variável para complementar e assegurar a estratégia de remuneração total, buscando resultados a longo prazo para a Companhia, na valorização das suas ações, e atua como forte componente na retenção dos Participantes.

**(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

A implementação do Plano é uma maneira de assegurar a convergência de interesses entre integrantes e acionistas para a criação de valor a curto, médio e longo prazo para a Companhia. Por meio dele, líder e liderados assumem o compromisso com a obtenção e superação dos resultados planejados e com a partilha de parte destes resultados com os integrantes responsáveis por sua geração.

O Período de Carência previsto no Plano, durante o qual as Ações Restritas não são transferidas ao Participante, favorecem a retenção dos Participantes durante esse período.

**(f) número máximo de ações abrangidas**

O número máximo de ações abrangidas pelo Plano é de 1,5% do Capital Social da Companhia, que corresponde, nesta data, a 11.958.278 (onze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentas e setenta e oito) ações de um total de 797.218.554 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e dezoito mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações.

**(g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

**(h) condições de aquisição de ações**

A Contrapartida será condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de Ações Próprias.

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de

3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

**(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita na localidade de cada Participante no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva transferência das Ações Restritas, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante.

**(j) critérios para fixação do prazo de exercício**

O Período de Carência será de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga.

Durante o Período de Carência, o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia ou às sociedades por ela controladas mantendo a propriedade ininterrupta de suas Ações Próprias para que tenha direito à transferência das Ações Restritas pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Outorga, observadas as regras relativas às hipóteses de desligamento da Companhia, conforme previstas no Plano e respectivos Contratos de Outorga.

**(k) forma de liquidação**

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato de Outorga aplicável, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia ou as sociedades por ela controladas transferirão, por meio de operação privada, para o nome dos Participantes, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias, a quantidade de Ações Restritas a que os Participantes façam jus. Exceto no que se refere aos tributos que serão abatidos, a Companhia ou as sociedades por ela controladas, conforme o caso, arcarão com os eventuais custos incidentes para a realização da transferência das Ações Restritas para os Participantes. Na hipótese de não ser possível entregar as referidas Ações Restritas aos Participantes, a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas poderão pagar aos Participantes, com recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente da respectiva localidade de atuação do Participante, o montante equivalente às Ações Restritas outorgadas considerando Preço de Referência das Ações Restritas, líquido dos tributos eventualmente incidentes.

**(l) restrições à transferência das ações**

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

**(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Na hipótese de: (i) Alteração de Controle da Companhia (conforme definido no Plano); (ii) realização de oferta pública de fechamento de capital da Companhia; (iii) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária, os Participantes farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência do evento estabelecido nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos Participantes, ainda que as Ações

Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelos Participantes, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados.

O Plano também prevê que, nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações restritas em qualquer das jurisdições onde este será implementado, poderá levar à revisão integral do Plano, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Por fim, o direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Outorga aplicáveis extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

**(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Na hipótese de Desligamento de um Participante (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, (ii) por solicitação do Participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador), ou (iii) qualquer evento de aposentadoria que não seja uma Aposentadoria Acordada (conforme definido no Plano), o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas sob o Plano, qualquer Programa e Contrato de Outorga, o qual restará automaticamente extinto na data de Desligamento (conforme definido no Plano), de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante, exceto pelas Ações Restritas já obtidas até a data efetiva do Desligamento, ainda que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) demissão pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas sem justa causa; (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades; ou (iii) transferência do Participante para ocupar cargo em sociedade do mesmo grupo da Companhia que não seja participante do Plano, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) de uma quantidade pro rata das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, levando-se em conta para o referido cálculo pro rata a quantidade de meses completos em que tal Participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Período de Carência, sendo que as Ações Restritas remanescentes restarão automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, excepcionalmente e a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição não tenham sido plenamente adquiridos pelo Participante na data de Desligamento. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do

Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) falecimento; ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga.

Ainda, o Conselho de Administração possui a prerrogativa de estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais da Companhia serão melhor atendidos pelas medidas acima ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis ou arcar com tributos incidentes.

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possuía no último exercício social e não possui no exercício social corrente plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração. Com relação à Diretoria Estatutária, esta possui um plano de remuneração baseado em ações, conforme Plano aprovado em AGE em 21/03/2018 e Programas aprovados pelo CA em reuniões realizadas em 28/03/2018, 13/03/2019 e 19/03/2020.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	11	7
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	7
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>	N/A	N/A
<b>(a) Das ações em aberto no início do exercício social</b>	N/A	N/A
<b>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</b>	N/A	N/A
<b>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</b>	N/A	N/A
<b>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</b>	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	N/A

### 13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não havia e não há, até a presente data, qualquer opção em aberto detida pela Diretoria Estatutária da Companhia ao final do último exercício social. Com relação ao Conselho de Administração, cumpre esclarecer que inexistia no último exercício social (e inexistia no exercício social corrente) plano de remuneração baseado em ações para seus membros.

### 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração.

Os Diretores Estatutários da Companhia não recebem Opções, pois não existem planos com esse modelo de outorga. Para o Plano de Ações Restritas, houve a transferência de custódia de 11.252 ações preferenciais classe A da Companhia para os Diretores Estatutários que foram designados da Companhia no exercício, visto que fizeram jus ao recebimento pro-rata do período trabalhado.

#### Ações Restritas do exercício social encerrado em 31/12/2017

Não havia planos de Ações Restritas durante o exercício de 2017.

#### Ações Restritas do exercício social encerrado em 31/12/2018

A – Órgão	Diretores Estatutários	
<b>B - Nº de membros</b>	<b>7</b>	<b>Total</b>
<b>C - Ações Restritas Total do Programa (D+E+F)</b>	<b>Outorga 2018</b>	<b>Total</b>
C i - Quantidade	209.333	209.333
<b>D - Ações Restritas ainda não exercíveis</b>	<b>Outorga 2018</b>	<b>Total</b>
D i - Quantidade	209.333	209.333
D ii - Data em que se tornarão exercíveis	Abril/2021	Abril/2021
<b>E - Ações Restritas Transferidas</b>	<b>Outorga 2018</b>	<b>Total</b>
E i - Quantidade	0	0
<b>F - Ações Restritas Prescritas</b>	<b>Outorga 2018</b>	<b>Total</b>
F i - Quantidade	0	0

#### Ações Restritas do exercício social em 31/12/2019

A – Órgão	Diretores Estatutários		
<b>B - Nº de membros</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>Total</b>
<b>C - Ações Restritas Total do Programa (D+E+F)</b>	<b>Outorga 2018</b>	<b>Outorga 2019</b>	<b>Total</b>
C i - Quantidade	209.333	157.353	366.686
<b>D - Ações Restritas ainda não exercíveis</b>	<b>Outorga 2018</b>	<b>Outorga 2019</b>	<b>Total</b>
D i - Quantidade	180.032	141.673	321.705
D ii - Data em que se tornarão exercíveis	Abril/2021	Março/2022	Março/2022
<b>E - Ações Restritas Transferidas</b>	<b>Outorga 2018</b>	<b>Outorga 2019</b>	<b>Total</b>
E i - Quantidade	10.378	874	11.252
<b>F - Ações Restritas Prescritas</b>	<b>Outorga 2018</b>	<b>Outorga 2019</b>	<b>Total</b>
F i - Quantidade	18.923	14.806	33.729

### **13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável.

### **13.9 – Informações sobre a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal:**

Sociedade	Categoria	Em 31/12/2019			Total
		Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	
<b>Emissor</b>					
Braskem S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0

Ações				
Preferenciais – Classe A	0	83.518	0	83.518
Ações				
Preferenciais – Classe B	0	0	0	0

**Controladores diretos e indiretos**

<b>Odbinv S.A.</b>	Ações				
	Ordinárias	0	0	0	0
	Ações				
	Preferenciais	0	0	0	0

**Em 31/12/2018**

Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
<b>Emissor</b>					
<b>Braskem S.A.</b>	Ações Ordinárias	0	0	1.000	1.000
	Ações Preferenciais – Classe A	11.726	84.242	2.000	97.968
	Ações Preferenciais – Classe B	0	0	0	0

**Controladores diretos e indiretos**

<b>Odbinv S.A.</b>	Ações Ordinárias	0	0	0	0
	Ações Preferenciais	0	0	0	0

**Em 31/12/2017**

Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
<b>Emissor</b>					
<b>Braskem S.A.</b>	Ações Ordinárias	0	0	0	0
	Ações Preferenciais – Classe A	11.726	510	0	12.236
	Ações Preferenciais – Classe B	0	0	0	0

**Controladores diretos e indiretos**

<b>Odbinv S.A.</b>	Ações Ordinárias	1.683.394.556	0	0	1.683.394.556
	Ações Preferenciais	0	0	0	0

(\*) A tabela acima apresenta apenas controladores diretos e indiretos da Companhia nos quais os membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal ora indicados para eleição na Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como nossos Diretores Estatutários em exercício, detêm participação. Para visualizar o controle acionário direto e indireto da Companhia, favor consultar os itens 15.1 e 15.2 do Formulário de Referência da Companhia disponível no Sistema IPE.

### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Abaixo apresentamos as informações sobre o plano de previdência da Companhia em vigor no último exercício social:

	Conselho de Administração (Efetivos)	Diretoria Estatutária
Número total de membros	11	7
Número de membros remunerados*	0	7
Nome de plano	N/A	Odebrecht Previdência
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	7
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa à contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	4.857.913,50.
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	561.514,72
Possibilidade e condições para resgate antecipado	N/A	Não há possibilidade de resgate antecipado

\*Obs.: O número de membros remunerados de cada órgão corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao plano de previdência da Companhia.

### 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	7	7	6,25	11	11	11	5	5	5
Nº de membros remunerados	7	7	6,25	11	11	11	5	5	4,5
Valor da maior remuneração(R\$)	21.124.337,61	14.738.146,47	13.115.784,05	2.804.920,00	2.724.000,00	1.164.000,00	220.320,00	202.560,00	162.724,80
Valor da menor remuneração(R\$)	4.733.203,84	2.133.502,21	4.624.112,26	823.600,00	792.000,00	223.330,51	220.320,00	202.560,00	162.724,80
Valor médio da remuneração(R\$)	6.866.151,23	5.761.424,74	6.273.421,15	1.240.021,82	1.105.162,44	685.492,78	220.320,00	202.560,00	161.223,63

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. Em 2019, o item menor remuneração foi apurado com a exclusão de 4 membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração individual da Diretoria Estatutária contempla evento não recorrente referente a reconhecimento de direito relativo a Programas decorrentes do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. O montante com encargos já reconhecido totaliza R\$ 9.388 mil.
31/12/2018	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. Em 2018, o item maior e menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais.

	Em 2017, o item maior e menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses.
<b>Conselho de Administração</b>	
31/12/2019	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
<b>Conselho Fiscal</b>	
31/12/2019	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

### 13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, com exceção dos direitos relativos ao Programa de Incentivo de Longo Prazo aplicáveis apenas aos diretores e demais integrantes que sejam elegíveis, conforme descrito no item 13.4 do Formulário de Referência.

Os administradores da Companhia são cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), emitida pela Tokio Marine Seguradora, com cobertura válida até 18 de setembro de 2020. A apólice conta com abrangência em todo o território mundial, e o prêmio líquido da apólice vigente foi de USD 2.124 mil.

Nos termos da apólice, os administradores serão indenizados por perdas e danos (inclusive custos de defesa) resultantes de reclamações de terceiros contra os administradores fundamentadas em omissões ou atos danosos praticados no exercício de suas funções (contanto que não seja caracterizado dolo ou culpa grave equiparada ao dolo).

Em complemento ao Seguro de D&O descrito acima, a Companhia está autorizada a firmar compromisso de indenidade com seus ex-administradores, nos termos da Política de Indenidade de Administradores e Integrantes, aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2017 e atualizada conforme determinadas disposições do Parecer de Orientação nº 38 da CVM em 14/02/2019 (“Política de Indenidade”) que encontra-se disponível nos sites da Companhia ([www.braskem-ri.com.br](http://www.braskem-ri.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). Para mais informações vide item 12.11 do Formulário de Referência.

### 13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
2019	10,64%	0,00%	0,00%
2018	8,60%	0,00%	0,00%

2017	6,07%	0,00%	0,00%
------	-------	-------	-------

### 13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos três exercícios sociais, não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

### 13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, nos últimos três exercícios sociais nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia foi reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, seja a título de exercício de suas funções de administradores, seja qualquer outro título.

### 13.16 - Outras informações relevantes

#### Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do CA. (Valores já reportados na Remuneração prevista para o exercício Social encerrado em 31/12/2019).

	Conselho de Administração	Total
Nº total de membros	4	4
Nº de membros remunerados	4	4
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	443.000	443.000
Outros	88.600	88.600
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a encargos somam 88.600	Os valores relativos a encargos somam 88.600
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração	531.600	531.600

#### Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do CA. (Valores já reportados na Remuneração prevista para o exercício Social encerrado em 31/12/2018)

	Conselho de Administração	Total
Nº total de membros	2	2
Nº de membros remunerados	2	2

Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	232.000,00	232.000,00
Outros	46.400,00	46.400,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a INSS somam 46.400	Os valores relativos a INSS somam 46.400
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
<b>Total da remuneração</b>	<b>278.400,00</b>	<b>278.400,00</b>

#### Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do CA.

	Conselho de Administração	Total
Nº total de membros	2	2
Nº de membros remunerados	2	2
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	100.000,00	100.000,00
Outros	20.000,00	20.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores relativos a INSS somam 20.000	Os valores relativos a INSS somam 20.000
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
<b>Total da remuneração</b>	<b>120.000,00</b>	<b>120.000,00</b>